

GILVANETE DANTAS DE OLIVEIRA PEREIRA

**EFEITOS DO MICROCRÉDITO SOBRE O FORTALECIMENTO DOS
MICROEMPREENDIMENTOS E SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS
MICROEMPREENDEDORES: UM ESTUDO DO CEAPE/PB, NO PERÍODO DE 2001
A 2004.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA**

JOÃO PESSOA – PB

2005

GILVANETE DANTAS DE OLIVEIRA PEREIRA

**EFEITOS DO MICROCRÉDITO SOBRE O FORTALECIMENTO DOS
MICROEMPREENDIMIENTOS E SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS
MICROEMPREENDEDORES: UM ESTUDO DO CEAPE/PB, NO PERÍODO DE 2001 A 2004.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de mestre do Programa de Pós-Graduação em Economia.

Orientador: Prof. Ivan Targino Moreira

João Pessoa – PB

2005

P436e Pereira, Gilvanete Dantas de Oliveira.

Efeitos do microcrédito sobre o fortalecimento dos microempreendimentos e sobre as condições de vida dos microempreendedores: um estudo do CEAPE/PB, no período de 2001 a 2004/Gilvanete Dantas de Oliveira Pereira.- João Pessoa, 2005.

110 p. : il.-

Orientador: Ivan Targino Moreira.

Dissertação (mestrado) – UFPB/CCSA.

1.Economia. 2. Microcrédito. 3. Setor Informal 4.Pobreza
5. Dados em painel.

UFPB/BC

CDU: 33(043)

GILVANETE DANTAS DE OLIVEIRA PEREIRA

EFEITOS DO MICROCRÉDITO SOBRE O FORTALECIMENTO DOS MICROEMPREENHIMENTOS E SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS MICROEMPREENHEDORES: UM ESTUDO DO CEAPE/PB, NO PERÍODO DE 2001 A 2004.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

PROF. IVAN TARGINO MOREIRA
ORIENTADOR- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/PPGE

PROF. DR. PEDRO SABINO DA SILVA NETO
EXAMINADOR EXTERNO- UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE/PPGA

PROF. DR. SINÉZIO FERNANDES MAIA
EXAMINADOR INTERNO- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/PPGE

*A Deus, meu amigo e companheiro de
todas as horas.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por permitir a minha presença aqui na Terra.

Aos meus pais, esposo e filhos, pela força que me deram para a realização desta Pós-Graduação.

Ao professor e orientador Ivan Targino, pelos conhecimentos oferecidos e pelo total apoio durante a realização desta dissertação.

A Prof. Sandoval Farias da Mata, presidente do CEAPE/PB, pela oportunidade, pelo empenho e pela dedicação dispensada ao meu trabalho.

E a todos os colegas de trabalho do CEAPE-PB, que, de alguma maneira, contribuíram para a realização deste trabalho.

“O microcrédito é uma simples ferramenta que libera os sonhos dos homens e ajuda até mesmo o mais pobre entre os pobres a atingir a dignidade, o respeito e um sentido para a sua vida.”

Muhammad Yunus

ABSTRACT

This work intends to analyze the impact of micro credit to the entrepreneurs who benefit from the job, Income and Citizenship Generation Program, developed by the Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos do Estado da Paraíba (CEAPE/PB), in the period from 2001 to 2004. To reach the considered objective, an econometrical model was applied, using the panel data technique, in data obtained in the data base of the related Institution. Data published by the Brazilian Institute of Geography and Statistic (IBGE) has also been analyzed, especially data published in the research of Urban of Human Development (ECINF) and by the Program of the United Nations (PNUD), in its Atlases of Human Development. The tested hypothesis indicates that the micro credit strengthens the micro enterprises, through the increase of the total current assets, and the improvement of the quality of life of the entrepreneurs and their families, through the increase of the pro-it works it and of the total net profit.

RESUMO

Este trabalho propõe-se a analisar o impacto do microcrédito junto a empreendedores beneficiados pelo Programa de Geração de Emprego e Renda, desenvolvido pelo Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos do Estado da Paraíba (CEAPE/PB), no período de 2001 a 2004. Para atingir o objetivo proposto, foi aplicado um modelo econométrico, utilizando a técnica de dados em painel, nos dados retirados do banco de dados da Instituição. Também foram analisados dados publicados pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente publicados na pesquisa da Economia Informal Urbana (Encif) e pelo Programa das Nações Unidas (PNUD), no seu Atlas de Desenvolvimento Humano. A hipótese testada indica que o microcrédito fortalece os microempreendimentos, através do aumento do Ativo Circulante Total e da melhoria da qualidade de vida dos empreendedores e de suas famílias, através do aumento do pró-labore e do lucro líquido total.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	13
CAPITULO 2- REVISÃO DA LITERATURA	16
2.1. Microcrédito	16
2.2. Pobreza	18
2.3. Setor informal	26
CAPÍTULO 3 -METODOLOGIA	31
3.1. Tipo e natureza do estudo	31
3.2. Caracterização do universo da pesquisa	32
3.3. Os dados da pesquisa	36
3.4. Ordenamento e tratamento dos dados	37
3.5. Modelo econométrico	38
CAPÍTULO 4 – MICROCRÉDITO, SETOR INFORMAL, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E POBREZA NO BRASIL E NA PARAÍBA	44
4.1. Microcrédito no Brasil e na Paraíba	44
4.1.1. Processo metodológico e desempenho institucional, creditício e operacional de uma instituição de microcrédito	45
4.1.2. Microcredito no Brasil e na Paraíba	50
4.2. Setor informal no Brasil e na Paraíba	53
4.3. Pobreza no Brasil e na Paraíba	58
4.4. Precarização do trabalho no Brasil e na Paraíba	60
CAPÍTULO 5 –ESTUDO DE CASO	62
5.1. Caracterizando o CEAPE/PB	62
5.2. Características dos microempreendimentos, dos empreendedores e microcreditos do CEAPE/PB, em 31/12/04	64
5.2.1. Características dos microempreendimentos	65
5.2.2. Algumas características dos proprietários dos microempreendimentos	67
5.2.3. Características dos microcréditos	71
5.3. Efeitos do microcrédito	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	80
ANEXOS	84

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Valores de n e t para os painéis	41
QUADRO 2 - Indicadores de desempenho institucional	47
QUADRO 3 - Indicadores de desempenho creditício	48
QUADRO 4 - Indicadores de desempenho operacional	49
QUADRO 5 – Método para cálculo da provisão para devedores duvidosos	50
QUADRO 6 – Legislações sobre microcrédito no Brasil	52
QUADRO 7- Resultados financeiros das empresas no setor informal 2003	55
QUADRO 8- Alguns indicadores sociais do Brasil e da Paraíba 2000	59
QUADRO 9 – Distribuição em percentual das pessoas ocupadas no setor informal (1997-2003)	61

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Quantidade de empreendedores atendidos e de microcréditos liberados segundo quantidade de créditos (2001-2004)	33
TABELA 2 - Quantidades de créditos liberados segundo os postos do CEAPE/PB em janeiro de 2001	34
TABELA 3 – Quantidade de empreendedores da amostra segundo os postos de atendimento	35
TABELA 4 – Numero de distribuições segundo quantidade de recebimentos de microcréditos	35
TABELA 5- Carteira ativa, clientes ativos, recursos liberados e media de créditos do sistema CEAPE -2004	63
TABELA 6 – Clientes ativos por unidade e % de distribuição entre as unidades	64
TABELA 7 – Distribuição em % dos clientes ativos com relação ao tempo de existência do empreendimento	66
TABELA 8 – Origem do capital	66
TABELA 9 – Faixa etária	67
TABELA 10- Nível de escolaridade	68
TABELA 11 - Alternativa de fonte de renda familiar	69
TABELA 12 – Nível de rendimento por nível de escolaridade	69
TABELA 13- Quantidade de clientes ativos cuja renda per capita e renda per capita é menor que um e dois dólares por dia	70
TABELA 14- Resultado da estimação do ativo circulante dos empreendimentos que receberam 16,15,13 ou 12 microcréditos – 2001-2004	72
TABELA 15- Resultado da estimação do ativo fixo dos empreendimentos que receberam 16,15,13 ou 12 microcréditos – 2001-2004	74
TABELA 16- Resultado da estimação do patrimônio líquido dos empreendimentos que receberam 16,15,13 ou 12 microcréditos – 2001-2004	75
TABELA 17- Resultado da estimação do pró-labore dos empreendimentos que receberam 16,15,13 ou 12 microcréditos – 2001-2004	76
TABELA 18- Resultado da estimação do lucro líquido dos empreendimentos que receberam 16,15,13 ou 12 microcréditos – 2001-2004	77

CAPITULO 1 – INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU) decretou o ano de 2005 como o *Ano Internacional do Microcrédito*. Tal decisão foi tomada por enxergar no microcrédito um poderoso instrumento de combate à pobreza, através da geração de ocupações e rendas, em todo o mundo, para a camada menos favorecida da população.

A ONU traçou como primeiro objetivo, para o período de 1990 a 2015, erradicar a extrema pobreza e a fome, em todo o mundo, em 50%. Para atingir esse objetivo, e entendendo o microcrédito como a prestação de serviços creditícios a empreendimentos geridos por pessoas de baixa renda, com utilização de metodologia específica¹, a ONU está apoiando, em todo o mundo, o microcrédito, através de divulgação, implantação e fortalecimento de entidades operadoras.

Um outro aspecto que vem sendo observado no microcrédito é que este recurso, além de contribuir para a redução da pobreza, também corrobora o fortalecimento dos microempreendimentos, bem como a promoção de toda uma mudança ideológica e social, através da melhoria da qualidade de vida dos que o recebem, conforme será observado ao longo desta dissertação e foi constatado por Yunus (2001) em seu livro “O Banqueiro dos Pobres”.

Atualmente, o microcrédito aponta como um tema de grande interesse das nações do mundo, apesar de haver uma relativa carência de publicações sobre o assunto. Na literatura internacional, o tema é estudado e divulgado desde a década de 1980, especialmente do ponto de vista metodológico e da avaliação das instituições operadoras de microcrédito. No Brasil, só recentemente é que se começou a publicar textos sobre o tema, especialmente com o apoio do Governo Federal, através do Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES), do Programa de Desenvolvimento Informacional (PDI), textos também relativos a aspectos metodológicos e a avaliações institucionais.

Em 2002, a Accion Internacional², apoiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), propôs um estudo pioneiro sobre o perfil da pobreza de clientes de instituições afiliadas, utilizando um modelo de regressão múltipla, no intuito de desenvolver

¹ A metodologia do microcrédito inclui visita *in locu* e acompanhamento aos empreendimentos por pessoas especialmente treinadas para tal fim.

² A Accion Internacional é uma organização privada, sem fins lucrativos, com sede nos Estados Unidos. Atualmente, envolve uma rede de programas de microfinanças em diversos países da América Latina, assessorando-os na metodologia de atuação e no desenvolvimento institucional.

produtos específicos para o Setor de Microfinanças³, tendo sido publicados, até o momento, três estudos, a saber: Mibanco, no Peru (2003), SOGESOL, no Haiti (2003), e BancoSol, da Bolívia (2005).

Mas analisar o microcrédito sob a ótica do impacto nos microempreendimentos, aplicando um modelo econométrico e utilizando a técnica de dados em painel, até o presente momento, do que se conhece na literatura é algo inédito, pois só foram encontradas publicações com relatos de estudos de casos isolados, sobre empreendedores que se sobressaíram aos demais, de maneira que foi abordado um ou outro caso, mas não o agregado dos empreendedores beneficiados por uma instituição operadora de microcrédito.

Após essas explicações iniciais, tem-se que, neste trabalho, o problema a ser pesquisado é: como o microcrédito pode contribuir para o fortalecimento dos pequenos empreendimentos?

Entendendo o microcrédito como Microcrédito Produtivo Popular, tal como definido pelo Governo Federal, na Lei nº 11.110/05⁴, este trabalho tem por objetivo verificar e analisar os efeitos do microcrédito sobre o desempenho econômico dos pequenos empreendimentos e sobre as condições de vida dos empreendedores e de sua família.

De forma mais específica, têm-se os seguintes objetivos: conceituar e discutir a importância do microcrédito enquanto política de combate a pobreza; traçar um perfil da pobreza no Brasil e na Paraíba; analisar a importância do setor informal no Brasil e na Paraíba; estimar os impactos do microcrédito sobre indicadores de desempenho dos microempreendimentos.

Com este trabalho, busca-se fornecer subsídios para uma reflexão teórica e prática acerca do microcrédito e o fortalecimento dos pequenos empreendimentos no Estado da Paraíba.

Este estudo também será útil para montar estratégias econômico-financeiras para os microempreendimentos e estratégias sociais para os empreendedores e suas famílias, que forem beneficiados por programas de microcréditos.

Além da introdução, esta dissertação é composta por mais outros cinco capítulos.

No segundo capítulo, são apresentados os principais conceitos e definições de terminologias empregadas no decorrer do trabalho, a saber: microcrédito, setor informal e pobreza.

No terceiro capítulo, são abordados os aspectos metodológicos, explicitando, inclusive, o modelo econométrico utilizado.

³ Com a ampliação dos serviços do microcrédito, originou-se internacionalmente a denominada *Indústria das Microfinanças*, que engloba não apenas a concessão do microcrédito, mas também outros serviços financeiros e não-financeiros para empreendedores de baixa renda.

⁴ A Lei nº 11.110/05, de 25 de abril de 2005, considera microcrédito produtivo orientado o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando uso de metodologia específica na liberação, acompanhamento e retorno do crédito.

O quarto capítulo refere-se ao microcrédito, setor informal, pobreza e precarização do trabalho, no Brasil e na Paraíba, no período de 2001 a 2004.

No quinto capítulo, será realizado um estudo de caso. Neste capítulo, será realizada uma análise descritiva dos empreendedores, empreendimentos e microcréditos com crédito aberto, em 31 de dezembro de 2004, e uma análise dos resultados econométricos, aplicando a técnica de dados em painel. Todas as análises e considerações aqui desenvolvidas foram apoiadas nos dados do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos do Estado da Paraíba (CEAPE/PB).

E, por fim, o sexto capítulo foi reservado às considerações finais.

CAPÍTULO 2 - REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo tem por finalidade fazer uma resenha das principais abordagens sobre microcrédito, pobreza e setor informal, variáveis centrais desse estudo dissertativo.

2.1 Microcrédito

Microcrédito⁵ é um assunto relativamente novo no Brasil e no mundo. Segundo Dantas (1999:2) o microcrédito surgiu no Brasil⁶ em 1973, mas o grande marco mundial ocorreu em fevereiro de 1997, em Washington (USA), na Primeira Conferência Mundial do Microcrédito, quando o economista Muhammad Yunus⁷ lançou o desafio de fazer o microcrédito chegar a 100 milhões de famílias no ano de 2005.

Neste sentido, inúmeras organizações governamentais e não-governamentais em todo o planeta foram mobilizadas, legislações específicas⁸ foram modificadas e/ou criadas para atender a uma camada especial da população: pessoas desprovidas de bens para oferecer como garantia real, os quais eram uma exigência das instituições financeiras por ocasião de concessão do crédito.

Mas o que é microcrédito? À primeira vista, microcrédito pode sugerir a idéia de um empréstimo de pequeno valor. Desde junho de 2003, na esfera do Governo Federal⁹, o termo vem tendo esta conotação. Mas Parente (2002b:14), uma especialista na área de microcrédito, discorda desse posicionamento do governo, destacando que o conceito de microcrédito não se esgota na noção de valor, pois aquele “carrega um conjunto de atributos relativos à forma como o crédito é concedido e restituído, à finalidade do empréstimo e ao público apto a figurar como tomador”(2002b:14).

⁵ Atualmente, também é conhecido no Brasil como Microcrédito Produtivo Popular, conforme Lei nº 11.110/05.

⁶ Em 1973, a União Nordestina (UNO), sediada em Recife-Pernambuco-Brasil, concedeu o primeiro microcrédito do mundo.

⁷ Criador e Presidente do Grameen Bank, maior instituição de microcrédito do mundo, situado em Bangladesh.

⁸ Neste trabalho, as leis brasileiras para o setor estão relacionadas no capítulo 4.

⁹ A 25 de junho de 2003, em solenidade no Palácio do Planalto, foi anunciado um conjunto de medidas adotadas pelo Governo Federal para o Setor de Microfinanças. Ficou estabelecido que qualquer pequeno empréstimo, para pessoa física é microcrédito, conforme pode-se perceber nas palavras de Alves e Soares, Banco Central do Brasil, quando trata do aumento da oferta de crédito dos bancos. “O Bradesco, por exemplo, informa que destinará R\$ 220 milhões ao segmento na primeira fase do programa. O volume se somará aos cerca de R\$ 3 bilhões que devem ser ofertados por Banco do Brasil (BB) – que já está sendo oferecido microcrédito a aposentados e pensionistas do INSS que recebem pelo banco – e pela Caixa.”(ALVES & SOARES, 2004: 49)

Para Yunus (2001:246), o microcrédito também é muito mais que dar e receber dinheiro de volta, pois ele é “uma espécie de passaporte para a autodescoberta e a auto-exploração. Quem o recebe começa a explorar seu potencial e a perceber sua criatividade oculta”. Yunus enfatiza de forma significativa o papel social que deve ser atribuído ao microcrédito.

De forma bastante simples, o único conceito encontrado até o presente momento na literatura brasileira que aborda o tema foi o de Barone et al. (2002:14):

“...microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendimentos informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção¹⁰ (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica”.

Esse conceito não incorpora todos os aspectos do microcrédito, uma vez que pelo menos três termos ficam indefinidos, a saber: baixo valor, crédito destinado à produção e utilização de metodologia específica. O conceito também não incorpora o aspecto social do microcrédito.

Mas, de uma maneira geral, o microcrédito se associa a uma prestação de serviço aos proprietários de pequenos empreendimentos informais¹¹ ou a microempresas, através de *pequenos créditos*¹² renováveis e crescentes, para serem utilizados, no intuito de expansão dessas empresas, com utilização de metodologia específica¹³. As pessoas beneficiadas, geralmente, não possuem acesso às facilidades de financiamentos dos sistemas financeiros governamental ou privado. São empreendedores, em sua maioria, de famílias de baixa renda, que encontram no pequeno empreendimento uma alternativa para as necessidades de sobrevivência.

Os benefícios do microcrédito são atestados atualmente, sob diversos aspectos, no mundo inteiro, seja como fortalecimento de ocupação e renda, como política social de combate à pobreza, como controle de natalidade ou como programa de habitação popular, dentre outros aspectos. Segundo Yunus (2001:192), “as vantagens do microcrédito não são apenas políticas, mas também sociais”.

¹⁰ O microcrédito é ofertado no Brasil principalmente para os empreendimentos localizados na zona urbana, nos setores de produção, comércio e prestação de serviços.

¹¹ O conceito de setor informal será discutido no item 2.3.

¹² É importante destacar que o prioritário em microcrédito não é o valor do crédito, mas o público alvo, tal como apregoado por Parente.

¹³ A metodologia do microcrédito, na visão de Parente (2002b: 62) pode ser composta nas seguintes etapas: pesquisa, promoção, solicitação, desembolso, acompanhamento e renovação. Destaque é dado ao papel do agente de crédito, principal responsável por toda aplicação da metodologia, e ao crédito solidário.

Um aspecto salutar deste termo criado é que através do microcrédito os microempreendimentos têm-se mostrado dinâmicos e capazes de se reproduzir, observando o aspecto não só da reprodução simples ou ampliada do capital, mas essencialmente a reprodução da própria vida dos que sobrevivem (proprietários, empregados e respectivos familiares) com as “rendas” neles geradas com qualidade crescente.

Com a ampliação dos serviços do microcrédito, originou-se internacionalmente a denominada *Indústria das Microfinanças*, que engloba não apenas a concessão do microcrédito, mas também outros serviços financeiros e não-financeiros para empreendedores de baixa renda, tais como seguro, consórcio de farmácia, cartão de crédito, empréstimo pessoal, plano de saúde, poupança, dentre outros.

Após um amplo crescimento e discussão a nível internacional, em novembro de 2004, a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou que 2005 seria o *Ano Internacional do Microcrédito*, por acreditar que este recurso é um instrumento capaz de reduzir a pobreza e aumentar o emprego.

2.2 Pobreza

Um tema intimamente associado ao microcrédito é a pobreza, que, coincidentemente, também começou a ser estudado mais intensamente, no meio acadêmico e por organismos de desenvolvimento internacionais, como um problema social, apenas a partir dos anos 1970¹⁴, quando, segundo Rocha (2003:9) “as questões básicas relativas às desigualdades sociais e à pobreza não estavam sendo equacionadas como resultado do crescimento econômico”.

No intuito de delimitar melhor o estudo, na presente dissertação, faz-se necessário definir o que vem a ser pobreza para diferentes estudiosos do tema, uma vez que se apresenta como um fenômeno complexo, para o qual não existe uma definição inequívoca, estando, na maior parte da literatura sobre o tema, associado à ocorrência de carências relativas aos diferentes aspectos da condição de vida dos indivíduos nos diferentes *Modos de Produção*.

Na literatura econômica, especialmente na denominada Escola Clássica¹⁵, cujos principais fundadores e representantes são: Adam Smith, Malthus, David Ricardo, Jean Baptiste Say, John Stuart Mill e Sênior, encontram-se os primeiros estudiosos a incorporar nos seus estudos econômicos a pobreza.

¹⁴ Apesar de ser um problema que remonta desde os primórdios da história do homem na Terra. Mas, neste estudo, toda análise far-se-á dentro do Modo de Produção Capitalista.

¹⁵ Linha de Pensamento econômico que vai de 1776 a 1848, segundo Sandroni (2003).

Adam Smith, fundador da Escola Clássica, na década de 1770, mostra no seu livro *A Riqueza das Nações* o problema da pobreza no início do capitalismo, no capítulo que trata da questão dos salários do trabalho. Ao constatar que a maior parte da população àquela época se encontrava nas *camadas mais baixas de renda*, ele questionava se isso não afetaria o desenvolvimento da sociedade como um todo, conforme pode-se perceber no trecho transcrito, a seguir:

“Os criados, trabalhadores e operários dos diversos tipos representam a maior parte de toda grande sociedade política...Nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz, se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis. A pobreza, embora sempre desestimele o casamento, nem sempre o impede. Pelo contrário, parece até favorecer mais a procriação. Uma mulher das regiões montanhosas, que passa fome, muitas vezes gera mais de vinte filhos, ao passo que uma mulher fina e bem alimentada muitas vezes não se dispõe sequer a gerar um, e na maioria dos casos sente-se esgotada se tiver 2 ou 3.”(SMITH, 1985:102).

Smith (1985) defende que o *salário deve ser justo*¹⁶, como forma de melhorar o nível educacional e reduzir os índices de mortalidade infantil, entendendo que a pobreza é extremamente desfavorável à educação dos filhos e principal responsável pelos elevados índices de mortalidade infantil do século XVIII.

Malthus¹⁷ (apud HUNT, 1989:97) associou a pobreza aos diferentes ritmos de crescimento dos alimentos e da população, respectivamente, aritméticos e geométricos, definindo “a miséria e o vício” como a principal característica “moral ou amoral” que conduzia os homens a procriarem e que apenas uma evolução nos costumes morais e religiosos é que poderia reduzir o ritmo de crescimento populacional. Ele era extremamente contrário a qualquer forma de redistribuição de riqueza entre os pobres, julgando que tais medidas, além de serem inúteis, teriam conseqüências socialmente nocivas à sociedade como um todo.

David Ricardo (apud HUNT, 1989:254), outro integrante da Escola Clássica apontou, indiretamente, a substituição do homem pela máquina como uma possível causa do aumento da pobreza, uma vez que, na sua opinião, na própria evolução da Economia Política haveria uma redução na apropriação das rendas por parte da classe trabalhadora, conduzindo a uma diminuição na massa salarial e ao aumento do desemprego. Este fenômeno seria um comportamento da economia ao curto prazo. Outro fator que poderia ocasionar a pobreza, na

¹⁶ Posição confirmada no trecho, a seguir: “A remuneração generosa do trabalho, possibilitando aos trabalhadores cuidar melhor de seus filhos, e conseqüentemente cria um numero maior deles, tende naturalmente a ampliar e estender esses limites... Assim como a remuneração generosa do trabalho estimula a propagação da espécie, da mesma forma aumenta a laboriosidade”(1985: 103).

¹⁷ Segundo BLAUG (1991:111), Malthus foi o primeiro estudioso a conseguir elaborar uma teoria do crescimento da população.

visão de Ricardo, era o pagamento de salários abaixo do *mínimo indispensável*¹⁸ à sobrevivência do trabalhador e de sua família. Na sua opinião, assim como na de Smith e Malthus, o homem não poderia receber um salário inferior ao mínimo necessário a sua manutenção, pois isso comprometeria toda a espécie humana.

Para Sênior (apud HUNT, 1989:157), em 1832, as principais causas da pobreza, num primeiro momento, foram atribuídas às leis para os pobres e desempregados e que a saída para a redução deste mal seria a criação de um fundo para a manutenção dos trabalhadores, por parte dos capitalistas. Sênior, em um segundo momento, também partilhava das idéias de Malthus e atribuía, ao caráter moral, a pobreza de alguns indivíduos e que, na sua opinião, se a moral não fosse melhorada a miséria seria inevitável.

John Stuart Mill (apud HUNT, 1989:215), último representante da linha histórica da Escola Clássica, acreditava que a origem da pobreza estava nos efeitos adversos do capitalismo e, partilhando das primeiras idéias de Sênior, era extremamente favorável à redistribuição de riqueza entre os pobres, através da caridade pública, chegando inclusive a sugerir a criação de uma dotação orçamentária suficiente para extinguir a pobreza extrema durante toda uma geração.

Karl Marx (apud HUNT, 1989:218-247), fundador e principal representante da Escola Marxista¹⁹, inicia seu contato com a *miséria operária* no início de sua atividade jornalística, como redator da Gazeta Renana, em 1842. Ele transfere a análise da pobreza para uma condição inerente do próprio modo de produção capitalista, em que vão existir duas classes sociais antagônicas. A primeira detém todos os meios de produção e a outra é desprovida de qualquer meio de produção tendo apenas a sua capacidade de trabalho para ofertar no mercado. *A lei geral absoluta da acumulação capitalista* cria e recria as condições para o aprofundamento dos conflitos sociais, ao gerar uma *Superpopulação Relativa* e a conseqüente pauperização da classe trabalhadora. O capitalismo, no seu entendimento, deveria ser abolido, por originar guerras, exploração colonial, e, principalmente, por conduzir a um desperdício de recursos humanos através do desemprego. Marx era favorável ao socialismo, vendo-o como um sistema capaz de garantir o pleno emprego, maior controle da classe trabalhadora sobre as

¹⁸ Essa idéia ficou conhecida na Teoria Econômica como Lei de Ferro dos Salários e foi popularizada por Lassalle, mas teve como precursores Ricardo e Malthus. A Lei de Ferro dos Salários defende que os salários oscilavam em torno de um mínimo necessário à sobrevivência do trabalhador e de sua família, e a população era o fator regulador para que os níveis salariais se mantivessem em torno desse mínimo. Se os salários pagos fossem inferiores ao mínimo de subsistência, aconteceria a miséria, pois haveria um aumento da mortalidade e conseqüentemente uma estagnação ou queda da população. (apud SANDRONI, 2003:543)

¹⁹ Linha de pensamento econômica fundada por Marx e Engels.

suas condições de trabalho, emancipação do indivíduo, libertação de novas energias culturais e paz internacional.

Jevons, Walras e Menger (apud HUNT & SHERMAN, 1987: 115) fundaram a Escola Neoclássica²⁰, na década de 1870. Essa escola não tratou diretamente da questão da pobreza, uma vez que seus principais representantes concebiam uma economia composta por grande número de pequenos produtores e consumidores, nenhum dos quais, tomado isoladamente, tinha poder suficiente para influenciar o mercado em escala significativa. Um outro postulado dessa corrente de pensamento é a inexistência de crises econômicas, admitidas apenas como acidentes ou conseqüências de erros. Em outras palavras, para essa corrente, o desemprego constituía um “ajuste” meramente conjuntural e efêmero, uma situação de desequilíbrio temporário. Outros economistas dessa escola perceberam a concentração e centralização do capital e trataram de modificar a teoria para torná-la mais adequada à realidade. Eles incluíram em suas análises a questão da imperfeição do mercado, cujas principais falhas, segundo Hunt & Sherman (1987:121), eram as seguintes:

- “(1) alguns compradores e vendedores tinham o poder de influir sobre os preços; além do mais, as economias caracterizadas pela produção em larga escala pareciam tornar isso inevitável;
- (2) A produção e venda de determinadas mercadorias “consumidas socialmente” jamais seriam lucrativas numa economia capitalista de livre ocorrência, ainda que fossem consideradas as mais desejáveis pela maioria dos cidadãos (por exemplo, estradas, escolas, exército);
- (3) os custos de produção de determinada mercadoria poderiam diferir consideravelmente dos custos sociais decorrente da produção desta mercadoria”.

Simultaneamente, surgiu uma outra vertente que ficou conhecida como os *darwinistas sociais*, que trataram a questão da pobreza como um fenômeno relacionado ao próprio comportamento da natureza, pois, na visão dessa corrente, se a pobreza existia era “porque a natureza, ou talvez o diabo, gerou alguns homens fracos e imbecis, outros preguiçosos e imprestáveis, e nem o homem nem Deus podem fazer muito por aqueles que nada fazem por si mesmo” (apud HUNT & SHERMAN, 1987:121)

Após um longo período de prosperidade econômica, em 1929, precisamente a 24 de outubro, que ficou conhecido como a “Quinta-feira Negra”, devido à quebra da Bolsa de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América (EUA), a mais próspera potência mundial entrou numa crise sem precedentes, lançando milhões de pessoas na mais profunda e

²⁰ Linha de pensamento econômico predominante entre 1870 e a primeira guerra mundial. Também conhecida como escola marginalista, cujas análises eram puramente microeconômicas.

desesperadora miséria. Devido a essa crise, em 1936 surge uma nova Escola de Pensamento Econômico, que ficou conhecida como a Escola Keynesiana.

Keynes (apud HUNT, 1989: 435), fundador da Escola Keynesiana e da Macroeconomia, diferentemente das escolas anteriores, apregoava a intervenção do governo na economia, no intuito de sustentar a demanda efetiva, para manter alto o nível de emprego e renda, de forma que a cada elevação da renda, o consumo e o investimento também crescessem. Ele colocava também que o pleno emprego era uma situação possível, porém o desemprego era a situação mais recorrente.

Atualmente, vários são os estudiosos que tratam da questão da pobreza, mas, neste estudo, foi dada uma atenção especial a Amartya Sen, a nível internacional, por associar a pobreza ao desenvolvimento, e a Sônia Rocha, no Brasil, por tratar da pobreza associada ao nível de renda, tal como apregoado pelo CEAPE/PB.

Amartya Sen (2000:190) afirma que “a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda”. Justificando sua opinião pelos seguintes aspectos:

“1) A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são *intrinsecamente* importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas *instrumentalmente*). 2) Existem *outras* influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades). 3) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é *variável* entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional)” (2002, p. 109-110).

Sen (2000:110-111) também defende a tese de que “a “pobreza real” (no que se refere à privação de capacidades) pode ser, em um sentido significativo, mais intensa do que pode parecer no espaço da renda”.

Sen (2000:131-132) acrescenta ainda que:

“se há motivo de queixa, ele reside sobretudo na importância relativa que se atribui, em boa parte dos trabalhos de economistas, à desigualdade em uma esfera muito restrita, a esfera da *desigualdade de renda*. Essa limitação tem o efeito de contribuir para que se negligenciem outros modos de ver a desigualdade e a equidade, modos que influenciam de maneira muito mais abrangente a elaboração das políticas econômicas. Os debates sobre políticas realmente têm sido distorcidos pela ênfase excessiva dada à pobreza e à desigualdade medidas pela renda, em detrimento das privações relacionadas a outras variáveis como desemprego, doença, baixo nível de instrução e exclusão social. Lamentavelmente, a identificação de desigualdade econômica com desigualdade de renda é muito comum em economia, e as duas muitas vezes são efetivamente consideradas a mesma coisa.”

Franco (2002:38), estudioso brasileiro, adepto de Amartya Sen, vai mais além ao acrescentar que a pobreza é a falta de capacidade de desenvolver potencialidades e de aproveitar oportunidades.

Sônia Rocha (2003), em seu livro intitulado *Pobreza no Brasil – Afinal, de que se trata?*, identifica, na literatura, três principais abordagens acerca da pobreza, mensuração e definição, conforme apresentadas a seguir: pobreza absoluta *versus* pobreza relativa, insuficiência de renda²¹ e pobreza associada a necessidades básicas²².

Segundo o estudo realizado por Rocha (2003:13), “o conceito de pobreza absoluta está estreitamente vinculado às questões de sobrevivência física”, enquanto que “o conceito de pobreza relativa define as necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão”.

Quanto à abordagem do ponto de vista da renda²³, a autora a descreve conforme o trecho transcrito, a seguir:

“Nas economias modernas e monetizadas, onde parcela ponderável das necessidades das pessoas é atendida através de trocas mercantis, é natural que a noção de atendimento às necessidades seja operacionalizada de forma indireta, via renda. Trata-se de estabelecer um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias de uma pessoa de uma determinada população. Quando se trata especificamente das necessidades nutricionais, esse valor é denominado linha de indigência, ou de pobreza extrema, em referência ao caráter essencial das necessidades alimentares. Quando se refere ao conjunto mais amplo das necessidades, trata-se da chamada linha de pobreza. Esses parâmetros são utilizados como crivo para distinguir, na população total, dois subgrupos, de acordo com a sua renda; respectivamente, indigentes e não indigentes, no caso de linha de indigência, e pobres e não-pobres, quando se utiliza linha de pobreza. Assim, pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto dos pobres, são aqueles cuja renda é inferior à necessária para atender apenas às necessidades nutricionais.”(2003, p. 12-13).

Finalmente, principalmente a partir dos anos de 1970, diversos organismos internacionais passaram a utilizar o conceito de pobreza com base nas chamadas *basic needs*, como uma oposição à abordagem via linha da pobreza, segundo Rocha, por três motivos principais, a saber:

“Primeiro, porque abandona a renda como indicador-chave, tanto devido às desvantagens da renda (...) como pelo interesse em adotar parâmetros que reflitam resultados efetivos em termos de qualidade de vida, e não em termos de insumos ou instrumentos. Em segundo lugar, a abordagem das *basic needs* se diferencia daquela da linha de pobreza por estabelecer objetivos e medir resultados para a sociedade como um todo, não delimitando uma subpopulação pobre

²¹ Nessa abordagem os seus defensores chegam a calcular as chamadas linhas de indigência e de pobreza, que tem por base o custo de uma cesta básica ou um valor derivado da distribuição de renda.

²² Nessa abordagem foram criados diversos indicadores tais como: basic needs, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Gini. Todos eles são utilizados para gerir políticas públicas antipobreza.

²³ Permitindo criar as chamadas linha de pobreza. Foi utilizada de forma pioneira por Rowntree, em 1901, segundo Rocha, em um estudo sobre pobreza na cidade de York, Inglaterra.

preferencialmente. Em terceiro lugar, contrariamente à abordagem da renda, a ótica das *basic needs* dá ênfase ao caráter multidimensional da pobreza e ao reconhecimento da inter-relação entre as diversas carências.” (2003, p. 20)

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) propôs o chamado *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH), para calcular os índices de pobreza. Trata-se de um indicador baseado na média aritmética simples de três indicadores relativos a aspectos fundamentais da condição de vida, a saber: a esperança de vida ao nascer, o nível educacional e o PIB *per capita*.

Mas, segundo Sônia Rocha (2003: 26),

“o IDH não trouxe uma solução adequada para comparação e monitoramento da incidência de pobreza nos diferentes países. Mesmo abstraindo as dificuldades de garantir a compatibilidade em função de especificidades culturais, isto se deve ao fato de que todos os indicadores utilizados na construção do IDH são médias, o que mascara a ocorrência de situações extremas associadas à desigualdade de bem-estar entre indivíduos”.

Em 1997, o PNUD após perceber algumas deficiências no IDH, propõe no *Relatório de Desenvolvimento Humano* um novo índice sintético, denominado Índice de Pobreza Humana (IPH), definido de forma diversa, conforme se trate de países em vias de desenvolvimento (IPH-1) e países industrializados (IPH-2).

Rocha (op.cit.:31), faz sua revisão bibliográfica, mostra que, segundo esse novo critério, os países podem ser classificados de três formas, a saber:

“No primeiro grupo, são classificados os países nos quais a renda nacional é insuficiente para garantir o mínimo considerado indispensável a cada um de seus cidadãos. Desse modo, a renda *per capita* é baixa e a pobreza absoluta inevitável, quaisquer que sejam as características da distribuição da renda.

Um segundo grupo é formado por países desenvolvidos, onde a renda *per capita* é elevada e a desigualdade de renda entre indivíduos é em grande parte compensada por transferências de renda e pela universalização de acesso a serviços públicos de boa qualidade.

Um terceiro grupo de países²⁴ se situa numa posição intermediária. Nesse caso, o valor atingido pela renda *per capita* mostra que o montante de recursos disponíveis seria suficiente para garantir o mínimo essencial a todos, de modo que a persistência de pobreza absoluta se deve à má distribuição de renda.”

Rocha (2003:9) aborda a pobreza como “um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”, acreditando ela mesma ser este um conceito vago e impreciso, pois, para a operacionalização da pobreza, a partir dessa definição, fica ampla e vaga, dependendo de um

²⁴ Segundo Rocha (2003:31), o Brasil se classifica neste terceiro grupo, pois, para ela, a incidência de pobreza absoluta decorre da forte desigualdade na distribuição do rendimento.

conceito subjetivo de definição sobre qual seria o nível adequado. “A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive”. (ROCHA, 2003:10)

Spink (2000:125), em seu discurso de abertura em oficina sobre emprego e renda, em São Paulo, afirmou que a pobreza “não se resume à renda monetária e ao que pode ser adquirido com ela no mercado, mas envolve necessariamente as dimensões políticas e de acesso aos benefícios sociais coletivamente gerados e disponíveis”. Segundo ele, “é importante conceber pobreza em termos de cidadania, incluindo as problemáticas de desigualdade e exclusão social não apenas em termos de renda monetária, mas de acesso a serviços e políticas públicas e aos centros decisórios do processo político”.

Para Barros, Henrique e Mendonça (2000:31), a pobreza é “definida pela parcela da população que auferir uma renda familiar inferior a um mínimo básico, é a consequência mais direta das desigualdades na distribuição de rendas e de oportunidades”. Segundo eles, “a erradicação da pobreza está intimamente vinculada à educação, reforma agrária e acesso ao crédito, como políticas redistributivas com impacto de médios e longos prazos e a de renda mínima, como políticas redistributivas compensatórias”. Eles afirmam também que “o crescimento econômico, apesar de ser fundamental na diminuição da pobreza, tem efeitos lentos e vem sendo insuficiente”.

Neste trabalho, será adotado o conceito de pobreza a partir de linhas de pobreza, aceitando os argumentos propostos por Rocha (2003: 43), conforme transcrição a seguir:

“A adoção de linhas de pobreza é uma abordagem adequada no contexto brasileiro. Por um lado, a economia brasileira é largamente monetizada, de modo que a renda se revela uma boa *proxy* do bem-estar das famílias, pelo menos no que concerne ao consumo no âmbito privado. (...) Por outro lado, a abordagem da renda é adequada porque, desde a década de 1970, se dispõe de informações de consumo, de rendimento e de características socioeconômicas das pessoas e das famílias que permitem tanto estabelecer as linhas de pobreza a partir do consumo observado com base em pesquisas de orçamentos familiares, como utilizar esses parâmetros juntamente com as informações anuais de rendimento das PNADs, delimitando e caracterizando a subpopulação pobre.”

Optou-se pela utilização desse conceito, porque no banco de dados do CEAPE/PB, a linha de pobreza, para os empreendedores beneficiados através do Programa de Geração de Emprego, Renda e Cidadania, pode ser facilmente calculada através da renda familiar auferida em razão do número de dependentes.

2.3 Setor informal

Um outro tema, intimamente ligado ao microcrédito é o setor informal, uma vez que este setor se constitui no público alvo dos programas de microcrédito.

Smith (1985:92) relata uma situação particular na Europa no início da Revolução Industrial, que nos leva a crer na presença de atividades informais naquela época, embora em menor número em relação aos dias atuais:

“Às vezes, ocorre realmente que um trabalhador independente tenha capital suficiente tanto para comprar os materiais para seu trabalho, como para manter-se até completá-lo. Nesse caso, ele é ao mesmo tempo patrão e operário, desfrutando sozinho do produto integral de seu trabalho, ou seja, do valor integral que seu trabalho acrescenta aos materiais por ele processados. Esse valor inclui o que geralmente são duas rendas diferentes, pertencentes a duas pessoas distintas: o lucro do capital e os salários do trabalhador.

Contudo, esses casos não são muitos freqüentes, e em todas as partes da Europa, para cada trabalhador autônomo existem vinte que servem a um patrão; subentende-se que os salários do trabalho são em todos os lugares como geralmente são, quando o trabalhador é uma pessoa, e o proprietário do capital que emprega o trabalhador é outra pessoa.”.

Diferente do que ocorreu na Europa, no século XVIII, atualmente, no Brasil, verifica-se a predominância de trabalhadores autônomos, ao se constatar que cerca de 11,29% da População Economicamente Ativa (PEA) urbana do país, vive das atividades do tipo por conta própria.

Mas, voltando ao problema do setor informal do ponto de vista teórico, são muitas as dificuldades e controvérsias existentes na literatura ao abordar o tema setor informal²⁵. Não se chega a uma definição exata, nem a um consenso quanto à natureza e ao tamanho deste setor. Sabe-se apenas que o termo surgiu e difundiu-se por meio de inúmeros estudos realizados no âmbito do Programa Mundial de Emprego, lançado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), na década de 1970²⁶.

De acordo com a OIT (apud ROCHA, 2001:85), o setor informal seria identificado por um conjunto de características, tais como: (a) propriedade familiar do empreendimento; (b) origem e aporte próprios dos recursos; (c) pequena escala de produção; (d) facilidade de ingresso; (e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; (f) aquisição das

²⁵ O setor informal também é conhecido como economia informal, setor submerso, marginal, desorganizado, dentre outras nomenclaturas.

²⁶ Segundo Jakobsen (2000:13), em 1972, a OIT utilizou o conceito de setor informal pela primeira vez, em seu relatório sobre o Gana e o Quênia, defendendo que o maior problema social daquela época não era o desemprego, mas a existência de um grande número de trabalhadores pobres, ocupados em produzir bens e serviços sem que suas atividades estivessem reconhecidas, registradas, protegidas ou regulamentadas pelas autoridades públicas.

qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e (g) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado.

Olhando sob esse enfoque, pode-se afirmar que este setor é definido de acordo com a dinâmica econômica dos microempreendimentos, ou seja, do ângulo da formação e manutenção dos próprios microempreendimentos.

Jakobsen (2000:13) fez uma análise sobre a dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil, no qual aponta que,

“Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe (PREALC) da OIT, o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir a diferença entre o capital e o trabalho. Estas atividades se utilizam de pouco capital, técnicas rudimentares e mão-de-obra pouco qualificada, que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. O setor também se caracteriza pela falta de acesso aos financiamentos e créditos e normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de acumulação de capital e riqueza.”

O autor afirma ainda que, para os economistas liberais, “a economia informal não é definida com precisão, pois inclui todas as atividades econômicas extralegais, incluindo o comércio e a produção orientados para o mercado ou para a subsistência direta. A origem da informalidade é atribuída à excessiva regulamentação da economia pelo Estado”. (JAKOBSEN, 2000:14)

Segundo ele também afirma que, para a corrente estruturalista, “o setor informal é o conjunto de atividades geradoras de renda desregulamentadas pelo Estado em ambientes sociais em que as atividades similares são regulamentadas” (JAKOBSEN,2000:14).

Francisco de Oliveira (2003), economista da corrente estruturalista, tece considerações importantes sobre esse setor:

“No passado, no subdesenvolvimento, o “informal” poderia ser uma situação passageira, a transição para a formalização completa das relações salariais, o que chegou a mostrar-se nos últimos anos da década de 1970; na minha própria interpretação, tratava-se de uma forma que combinava acumulação insuficiente com o privilegiamento da acumulação propriamente industrial. Em termos teóricos, tratava-se de uma forma aquém do valor, isto é, utilizava-se a própria mão-de-obra criada pelo movimento em direção às cidades- e não de uma reserva pré-capitalista- para prover de serviços as cidades que se industrializavam. Avassalada pela Terceira Revolução Industrial, ou molecular-digital, em combinação com o movimento da mundialização do capital, a produtividade do trabalho dá um salto mortal em direção à plenitude do trabalho abstrato.....Aqui, fundem-se mais-valias absolutas e relativas: na forma absoluta, o trabalho informal não produz mais do que uma reposição constante, por produto, do que seria o salário; e o capital usa o trabalhador somente quando necessita dele; na forma relativa, é o avanço da produtividade do trabalho nos setores hard da acumulação molecular digital que permite a utilização do trabalho informal. A contradição: a jornada da mais-valia relativa deveria ser de diminuição do trabalho não-pago, mas é o seu contrario, pela combinação das duas formas. Então, graças à produtividade

do trabalho, desaparecem os tempos de não-trabalho; todo o tempo de trabalho é tempo de produção....
 Nas formas da terceirização, do trabalho precário, e entre nós, do que continua a se chamar “trabalho informal”, esta uma mudança radical na determinação do capital variável. Mas o setor informal apenas anuncia o futuro do setor formal” (2003: 135-6).

Outra concepção para o termo *setor informal* é aquela que o define sob o aspecto da legalidade, ou seja, sob o aspecto jurídico ou em suas relações capital-trabalho, conforme pode ser identificado em Vasconcellos, Gremaud e Júnior (1999:93) que definem a economia informal como “as atividades que não respeitam as regras institucionais impostas na sociedade, especialmente as legislações fiscais e trabalhistas”. Cacciamali (apud MELO e TELES, 2000:8) também partilha desta visão ao afirmar que o setor informal “é composto por agentes que atuam à margem da regulação do Estado”.

Melo e Teles (2000:6) percebem, através de uma revisão da literatura sobre o tema, que a “economia informal pode representar fenômenos distintos, que vão desde a pura e simples evasão fiscal até meras atividades de sobrevivência de populações marginalizadas no mercado de trabalho”.

Para Kraychete (2000:22)

“a conceituação do setor informal assemelha-se mais a uma descrição de atividades ou situações, envolvendo um conglomerado que, tratado como um conjunto, não responderia a nenhuma lógica específica. Ou melhor, o setor informal seria um movimento reflexo do setor formal ou moderno: cresceria nos momentos de crise, amortecendo o desemprego gerado no setor formal” (2000: 22).

Kraychete (2000) ainda afirma que o setor informal era entendido como um subproduto de um eventual período de crise ou insuficiente desenvolvimento do setor moderno, e que seria superado pelo crescimento econômico. Não se esperava a permanência, um crescimento rápido e a precarização dos postos de trabalho.

Desta forma, um novo ângulo pode ser acrescentado ao setor informal, que é o do mercado de trabalho, sendo aquele setor muitas vezes caracterizado como o setor da precariedade da ocupação, da flexibilização, do desequilíbrio no mercado de trabalho, dentre outros aspectos.

Melo e Teles (2000) também compartilham dessa abordagem e apontam que os estudos sobre a economia informal nos países desenvolvidos, a partir dos anos de 1990. Explicavam o crescimento do setor informal como um excesso de mão-de-obra transitória na economia e que essa mão-de-obra voltaria para a formalidade à medida que o crescimento econômico avançasse. Mas, segundo Melo e Teles (2000: 6), essa “realidade acabou sendo

diferente e os empregos estáveis e em tempo integral têm sido substituídos por uma nova forma de organização produtiva, cuja principal característica é uma enorme flexibilização nas relações de trabalho”.

Segundo Souza (1980, apud MELO e TELES, 2000:8), o setor informal “é composto por empresas organizadas de formas outras que não a capitalista de produção, em que não se distingue a propriedade do trabalho e do capital, e onde o salário não é a forma usual de remuneração do trabalho”, e ainda, por empresas não organizadas do ponto de vista jurídico. “Empresas que, preenchendo a condição de serem capitalistas no sentido que se acaba de mencionar, por serem demasiadamente pequenas, não cumprem todas as obrigações legais referentes à legislação social, às leis do salário mínimo etc.”.

O conceito de setor informal, na visão de Theodoro (2000: 9), vem isolar a questão do mercado de trabalho, justificando a ação do Estado, que seria o motor da ação e instrumento maior na marcha em direção ao desenvolvimento, formulando políticas e programas para o setor informal. Na década de 1970, também nas colocações de Theodoro (2000: 11), o setor informal era o mal a ser combatido e o mote da ação do Estado era a formalização do informal. Isso significaria, grosso modo, adotar ações de fomento à regularização dos empreendimentos e/ou atividades e incremento da renda, ou seja, “o informal era então visto como um fenômeno passageiro a ser combatido”, no sentido de ser formalizado.

Theodoro (2000: 12) afirma que “na década de 1980 a nova perspectiva ensejada pelo discurso oficial, o objetivo maior e mais imediato da ação do Estado era o resgate da cidadania, tendo em vista a existência de uma expressiva parcela da população tida como *os excluídos do milagre*”.

Lautier (1994, apud Theodoro, 2000:12) chamou a década de 1980, como a Segunda Idade do informal, mostrando que já não se tratava mais de um fenômeno tido como passageiro, mas de uma estratégia de sobrevivência, uma resposta da força de trabalho à ausência de emprego e de um sistema de seguridade universalizado. O setor informal passava a ser visto não como algo transitório, mas como um dos pilares da absorção e da reprodução da força de trabalho.

Do ponto de vista legal, no Brasil, também existem controvérsias nos diversos órgãos gerenciados pelo governo e na legislação vigente do país, conforme se pode observar nas definições de setor informal adotadas pelo Ministério do Trabalho e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de um lado, e no Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Lei nº 9.841 de 05/10/94; na Lei nº 9.317/96 para recolhimento de impostos, denominada de SIMPLES, e na Lei 9.849/99 e seu decreto regulamentador, que

operam, para fins de apoio creditício à exportação, sob a legislação vigente no país, por outro lado.

A perspectiva adotada pelo Ministério do Trabalho, através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) defende que todas as empresas registradas integram o setor formal e as demais fazem parte do setor informal. Enquanto que, para o IBGE, seguindo os critérios adotados pela OIT, o setor informal é composto das atividades não-agrícolas que produzem bens e serviços, com o objetivo principal de gerar emprego e renda, com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, excluídas as voltadas para o auto-consumo.

Observando o aspecto legislativo do país, tem-se o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Lei nº 9.841 de 05/10/94; nele, tem-se o conceito de Micro e Pequena Empresa, que são correlatas do tema, seguindo os critérios expostos a seguir:

“microempresa é a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 244 mil e a empresa de pequeno porte é a pessoa jurídica e a firma individual mercantil que, não enquadrada como microempresa tiver receita bruta anual superior a R\$ 244 mil e igual ou inferior a R\$ 1.200 mil”.
(1999: 15)

Já os critérios para a adoção do SIMPLES, Lei para recolhimento de impostos, são diferentes dos estipulados pela Lei descrita anteriormente. Microempresa é, de acordo com a Lei 9.317/96, aquela que tenha receita bruta anual inferior ou igual a R\$ 120 mil, e empresas de pequeno porte são aquelas com receita entre R\$ 120 mil e R\$ 1,2 milhão.

Por sua vez, a Lei 9.849/99 em seu decreto regulamentador, para fins de apoio creditício à exportação, considera microempresa industrial aquela que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 720.440,00 e como microempresa comercial ou de serviços aquela que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.220,00. Já a pequena empresa industrial é aquela com faturamento anual bruto inferior a R\$ 6.303.850,00, e pequena empresa comercial aquela com faturamento de até R\$ 2.701.650,00.

O CEAPE/PB utiliza o conceito de setor informal adotado pelo Ministério do Trabalho, segundo o qual todas as empresas registradas integram o setor formal e as demais fazem parte do setor informal. Embora também aceite como contra argumento de que os empreendimentos informais são “unidades muito pequenas, geradoras de renda familiar, cujos proprietários trabalham diretamente nos negócios, acumulando funções produtivas e erenciais, com pequeno número de pessoas ocupadas, recorrendo principalmente aos membros da família, dispondo de pouco capital e tecnologia rudimentar”, conforme conceito adotado pela OIT. O CEAPE, ainda, acrescenta que essas unidades são irregulares quanto à aplicação das leis sociais e empresariais.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

Este capítulo tem por objetivo explicitar os procedimentos metodológicos utilizados na realização deste trabalho, passando pela natureza e tipo do estudo, caracterização do universo e da amostra da pesquisa, e, finalmente, ao modelo econométrico utilizado, explicitando e justificando as variáveis utilizadas no intuito de atingir o objetivo principal deste trabalho.

3.1 Tipo e natureza do estudo

Este trabalho é um estudo de caso, pois esse tipo de estudo, segundo Santos (1999: 27), caracteriza-se pela seleção de “um objeto de pesquisa restrito, com o objetivo de aprofundar-lhe os aspectos característicos” e pelo caráter descritivo, uma vez que foi realizado “um levantamento ou observações sistemáticas dos fatos/fenômeno/problema escolhido” (SANTOS 1999: 26). Além disso, através desse tipo de estudo, “o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para modificá-la” (RUDIO, 1999: 69).

No tocante às fontes de informações, esta é uma pesquisa bibliográfica, composta por um “conjunto de materiais escritos/gravados, mecânica ou eletronicamente, que contêm informações já elaboradas e publicadas por outros autores” (SANTOS 1999: 29); e também uma pesquisa documental, uma vez que é composta pela “utilização de documentos que ainda não receberam organização, tratamento analítico e publicação. Sendo compostos principalmente de tabelas estatísticas, relatórios, documentos informativos arquivados”(idem, ibidem).

Para realização do presente estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os seguintes aspectos relacionados ao objeto em análise: microcrédito, pobreza e setor informal. Para modelagem, teste econométrico e análise dos resultados foi realizada uma pesquisa documental, no CEAPE/PB, em dados disponíveis em meios eletrônicos, especialmente em tabelas estatísticas de créditos liberados e dos empreendedores atendidos, do software INFOCRED²⁷.

²⁷ O INFOCRED é um software de propriedade do CEAPE NACIONAL, desenvolvido especialmente para a liberação e gestão dos créditos concedidos nas instituições afiliadas. Atualmente o software esta disponível para comercialização através da empresa INCLUDE.

3.2 Caracterização do universo da pesquisa

O universo da pesquisa foi composto pelos beneficiários do Programa de Geração de Renda, Trabalho e Cidadania, desenvolvido pelo CEAPE/PB, que receberam 16, 15, 13 e/ou 12 créditos entre o período de 01/01/01 a 31/12/04, no Estado da Paraíba, adotando o mês de janeiro de 2001 como referência.

O número de créditos concedidos pelo CEAPE/PB, por ano, a cada empreendedor varia de acordo com os ciclos operacionais²⁸ das atividades econômicas atendidas. Em sua grande maioria, os ciclos operacionais dos empreendedores atendidos correspondem a quatro ou três meses, correspondendo a três ou quatro ciclos operacionais por ano. Mas, alguns empreendedores optam por aumentar ou reduzir a periodicidade, conforme percebem algumas vantagens competitivas para seus empreendimentos, daí existirem ciclos operacionais ligeiramente maiores que os supra informados.

A escolha de 16, 15, 13 e 12 créditos (Tabela 1), por empreendedor, foi realizada por terem sido as maiores quantidades de créditos recebidos pelos empreendedores beneficiados no período analisado, para a mesma periodicidade.

²⁸ O ciclo operacional de um empreendimento do setor de comércio, por exemplo, compreende o período entre a compra das mercadorias e o recebimento das vendas.

Tabela 1 – Quantidade de empreendedores atendidos e de microcréditos liberados, segundo a quantidade de créditos (2001 – 2004)

Quantidade de microcréditos	Quantidade de empreendedores atendidos	Quantidade total de microcréditos liberados	
		Frequência absoluta	Frequência relativa
1	2.000	2.000	9,75
2	1.330	2.660	12,96
3	771	2.313	11,27
4	511	2.044	9,96
5	398	1.990	9,70
6	209	1.254	6,11
7	175	1.225	5,97
8	145	1.160	5,65
9	118	1.062	5,17
10	81	810	3,95
11	87	957	4,66
12	65	780	3,80
13	60	780	3,80
14	27	378	1,84
15	29	435	2,12
16	40	640	3,12
17	2	34	0,17
Total	6.048	20.522	100,00

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados filtrados do INFOCRED.

Desta forma, a maior quantidade de períodos analisados propiciou um estudo mais detalhado a fim de cumprir o objetivo deste trabalho, que é observar se, o microcrédito proporciona o fortalecimento dos microempreendimentos e a melhoria da qualidade de vida do empreendedor e de sua família através do fortalecimento da renda do empreendedor.

A escolha do período 2001 a 2004, deu-se, após análise minuciosa do banco de dados do CEAPE/PB, pois, apesar de a instituição ter iniciado seu processo de automação, com a implantação de um software de gerenciamento e liberação dos créditos em julho de 1999, no banco de dados existiam vários campos em branco até dezembro de 2000, quando foi instalada uma outra versão da ferramenta, corrigindo algumas falhas de programação do software, e complementando outras tarefas que antes não eram realizadas automaticamente pela ferramenta.

Outras justificativas para a escolha do período, foram:a) a padronização na alimentação no banco de dados a partir de treinamento aos colaboradores da instituição, ocorrido em setembro de 2000, e b) o processo de crescimento institucional, através do aumento do fundo rotativo da Instituição, tendo recebido, à época, recursos na qualidade de

mandatário do BNDES, no valor de R\$ 398 mil. Isto permitiu atender a uma maior quantidade de empreendedores.

O universo do presente estudo, compreende 366 ocorrências (Tabela 2), que representam os empreendedores que receberam crédito no mês de janeiro de 2001. Desse total foram escolhidos 56 empreendedores, representando 15,30% dos clientes atendidos no referido mês, para compor a amostra da pesquisa. Foi escolhido o mês de janeiro de 2001 em virtude desse mês ser referência dos ciclos operacionais, conforme explicitado anteriormente.

Tabela 2 - Quantidade de créditos liberados segundo os postos do CEAPE/PB, janeiro de 2001

Postos	Quantidade de microcréditos liberados
Campina Grande	205
João Pessoa	81
Guarabira	80
Total	366

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados filtrados do INFOCRED.

Os empreendedores que compõem a amostra deste estudo possuem seus empreendimentos localizados nos municípios de Campina Grande, João Pessoa e Guarabira, na Paraíba. A quantidade de empreendimentos da amostra por município estão detalhadas na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 – Quantidade de empreendedores da amostra segundo os postos de atendimento

Postos	Quantidade de empreendedores por posto	
	Frequência absoluta	Frequência relativa
Campina Grande	43	76,79
João Pessoa	11	19,24
Guarabira	2	3,57
Total	56	100,00

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados filtrados do INFOCRED.

Os 56 empreendedores selecionados receberam um total de 779 microcréditos, tendo 31,71% dos empreendedores, nos quatro anos observados, recebido 13 microcréditos; 26,70% dos empreendedores recebido 16 microcréditos; 23,10% recebido 15 e 18,19% recebido 12 microcréditos, conforme Tabela 4, a seguir:

Tabela 4 – Número de observações segundo a quantidade de recebimento de microcréditos

Quantidade de microcréditos	Quantidade de observações	
	Frequência absoluta	Frequência relativa
16 microcréditos	208	26,70
15 microcréditos	180	23,10
13 microcréditos	247	31,71
12 microcréditos	144	18,19
Total	779	100,00

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados filtrados do INFOCRED.

3.3 Os dados da pesquisa

Foram utilizados dados de fontes secundárias, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relacionados ao Brasil e a Paraíba, especialmente da Economia Informal Urbana (ECINF), tais como: quantidade de empreendedores, sexo, idade, nível de escolaridade, realizadas em 1997 e 2003. Também foram utilizados outros dados divulgados pelo IBGE, mas que foram tratados com maior profundidade pelo PNUD, no Atlas de Desenvolvimento Humano, tais como: renda per capita, índice de Gini, rendas provenientes do trabalho e das transferências governamentais, linhas de pobreza e indigência, todas relativas ao ano de 2000. Também foram consultados a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) e o Índice de Preços ao Consumidor por Atacado (IPCA). Estes dados foram trabalhados no capítulo quatro, que tratará do microcrédito, setor informal, precarização do trabalho e pobreza no Brasil e na Paraíba.

A maior parte dos dados utilizados foram retirados de fontes documentais oriundos do banco de dados do CEAPE/PB. Os documentos utilizados foram: Ficha Cadastral, Ficha de Informação Básica da Atividade Econômica (FIBAE) e Ficha de Assessoria, cujos modelos encontram-se em anexo. As Fichas Cadastrais dos empreendedores foram preenchidas nos pontos de atendimentos do CEAPE/PB enquanto que as FIBAEs e as Fichas de Assessorias foram preenchidas, no campo, pelos técnicos em crédito²⁹, junto aos empreendedores, tomadores de microcrédito na Instituição, sendo posteriormente transferidas para o software INFOCRED, para análise, preparação, liberação e gestão dos créditos.

No banco de dados eletrônico, existem informações disponíveis quanto às características gerais dos empreendedores e dos empreendimentos. No tocante às informações dos empreendedores, constam informações quanto a idade, sexo, estado civil, renda familiar, número de dependentes, dentre outras.

No que diz respeito à atividade econômica, nesses documentos há informações quanto a: setor, ramo, atividade, local, origem do capital, razões da abertura do negócio, tempo de vida do negócio, volume de emprego, aspectos administrativos e econômicos, tipos de controles, indicadores econômicos e financeiros, dentre outros.

Outro dado utilizado também de fonte documental, foi o de quantidade e valor dos créditos liberados pelo CEAPE/PB, no período de 01/01/01 a 31/12/04.

²⁹ Segundo a Lei nº 11.110/05 em seu Art. 1º, o técnico em crédito, ou mais comumente conhecido como agente de crédito, “ é a pessoa treinada para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa

3.4 Ordenamento e tratamento dos dados

Os dados documentais do CEAPE/PB foram tratados a partir do próprio banco de dados, o qual foi tercerizado com um programador uma *query analyzer*³⁰ para filtrar todos os dados disponíveis dos clientes que receberam microcrédito na Instituição, no período compreendido entre 1/01/01 a 31/12/04 e os clientes ativos em 31/12/04, para análise estatística descritiva e econométrica.

Foram utilizadas, fundamentalmente, três tabelas do banco de dados da Instituição, a saber: clientes, FIBAEs e créditos liberados. Esses dados, após o tratamento específico, foram exportados para pacote econométrico e planilha eletrônica, para as respectivas análises descritiva e econométrica.

Para análise descritiva foi utilizado um software econométrico, tendo sido exportados os dados relativos aos empreendimentos e empreendedores que possuíam crédito aberto na instituição em 31/12/04, bem como os dados relativos aos microcréditos concedidos em 2004 pelo CEAPE/PB.

As principais variáveis trabalhadas para os empreendimentos, na análise descritiva, foram: *setores e ramos de atividades, tempo de funcionamento, média de faturamento, média de lucro, condição de legalização, posse e idade das microempresas*. Quanto às características dos empreendedores, foram eleitas: *sexo, idade, nível de escolaridade, condições de moradia*. Finalmente, têm-se as características dos microcréditos concedidos sendo analisadas: a média dos valores liberados, a faixa de valor e a modalidade dos empréstimos. Os resultados serão apresentados e analisados no capítulo cinco deste trabalho.

Para modelagem e análise econométrica utilizou-se os softwares econométricos e planilha eletrônica. Foi utilizando a técnica de dados em painel, na modelagem econométrica e os resultados também serão apresentados e analisados no capítulo cinco.

Os dados para modelagem econométrica, utilizando a técnica de dados em painel, é do tipo série de dados temporais, uma vez que existia no banco de dados do CEAPE/PB um conjunto de observações de valores que uma variável assume em diferentes momentos, tais como: valores dos microcréditos, ativo circulante total, ativo fixo total, patrimônio líquido, pró-labore, lucro líquido, faturamento, outros custos e despesas, dentre outros, dos empreendedores atendidos a cada nova liberação de crédito. Esses dados também se

sobre o planejamento do negócio para definição das necessidades de crédito e gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento”

³⁰ Programação que busca informações mais elaboradas, diretamente no banco de dados.

apresentam de forma estática e foram deflacionados pelo Índice de Preços por Atacado ao Consumidor (IPCA), do IBGE, adotando como mês de referência dezembro de 2004.

3.5 Modelo econométrico

Para análise e interpretação do modelo econométrico, foi utilizada a técnica de dados em painel, cujo termo, segundo Maddala (2001:308), “refere-se aos conjuntos de dados nos quais se têm dados sobre o mesmo *indivíduo*³¹ ao longo de vários períodos de tempo”. Na base de dados³² do CEAPE/PB havia diversas variáveis que puderam ser testadas na proposição de um modelo econométrico para este estudo, tais como: ativo circulante total, ativo fixo total, passivo circulante, patrimônio líquido, lucro bruto, retirada, valor do microcrédito concedido, número de dependentes, renda familiar, empregos gerados e fortalecidos, idade do empreendedor, tempo de funcionamento do empreendimento, se é registrado ou não, nível educacional, dentre outras. Aqui, no intuito de testar a hipótese de que o microcrédito contribui para o fortalecimento dos pequenos empreendimentos e da melhoria da qualidade de vida dos empreendedores e de suas famílias, após minuciosa análise dos dados disponíveis no CEAPE/PB, neste estudo foram utilizados especialmente os dados relativos a valores dos microcréditos, ativo circulante total, ativo fixo total, patrimônio líquido, pró-labore e lucro líquido total.

As variáveis ativo circulante total (ACT), ativo fixo total (AFT), patrimônio líquido (PL), pró-labore (PLab) e lucro líquido total (LLT), como as variáveis dependentes, as quais assumiriam, uma a uma, a posição de variável dependente em cinco modelos e a variável valor do microcrédito (Mic) como variável independente³³, no intuito de evidenciar o objetivo geral e parte dos objetivos específicos do presente estudo. As variáveis ACT, AFT e PL foram tomadas como *proxys* da situação dos empreendimentos, enquanto que as variáveis PLab e LLT como *proxys* da condição de vida dos empreendedores.

³¹ Neste estudo foram considerados os empreendedores que receberam 16, 15, 13 e ou 12 microcréditos no período de 01/01/2001 a 31/12/04, e cujo primeiro crédito, no período tenha sido recebido em janeiro de 2001.

³² Base de dados que encontra-se na forma digital e documental nas pastas dos clientes.

³³ Se a variável microcrédito assumisse o papel de variável dependente só estaríamos justificando o valor do microcrédito com segurança, o que é realizado para análises de credit score, que é uma técnica de análise de crédito baseada em métodos estatísticos que pontua o solicitante de crédito, a partir de variáveis do banco de dados da instituição ofertante de crédito, após tratamento estatístico associado a probabilidade de perda.

As variáveis: *ativo circulante total* (ACT), *ativo fixo total* (AFT) e *patrimônio líquido* (PL), representam contas do Balanço Patrimonial³⁴, enquanto que as variáveis *pró-labore* (PLab) e *lucro líquido total* (LLT) representam contas de resultado que integram a Demonstração de Resultados³⁵, (DRE) do empreendimento. Importante salientar que, no microcrédito, trabalha-se basicamente com empreendimentos informais, que, em sua grande maioria, não realizam registros contábeis, e, muitas vezes, nenhum tipo de controle da sua atividade econômica. Para suprir essa deficiência, o técnico em crédito elabora, juntamente com o empreendedor, o Balanço Patrimonial e a DRE a cada momento de solicitação ou renovação do crédito.

O *ativo circulante* no empreendimento corresponde ao somatório do valor em moeda corrente nacional, no seu Balanço Patrimonial³⁶, do dinheiro em caixa e/ou banco, dos valores a receber durante o ano, dos estoques de mercadorias e/ou matérias primas, dos produtos em processo e dos produtos acabados. Por outro lado, o *ativo fixo* corresponde ao somatório do valor, em moeda corrente nacional das instalações, dos móveis e utensílios, das máquinas e equipamentos, dos veículos e dos imóveis. No Balanço Patrimonial, essas contas, juntas, formam o Ativo.

O Patrimônio Líquido é um conceito fundamental de contabilidade e representa, no Balanço Patrimonial, a diferença entre o ativo (que são os bens e direitos) e o passivo (que são as obrigações) do empreendimento. Esse conceito é aplicado independentemente de a diferença ser positiva ou negativa.

O Pró-Labore representa, na DRE, tal como utilizado no CEAPE/PB, uma despesa para manutenção do proprietário do empreendimento. É uma remuneração pela utilização da sua força de trabalho em seu próprio empreendimento, enquanto que o lucro líquido representa a remuneração do capital investido no empreendimento, após coberto todas as despesas ou custos. Na teoria econômica, existem diferentes enfoques para a conceituação de lucro, cabendo inclusive aqui a conceituação de juros como a remuneração do capital investido.

³⁴ O Balanço Patrimonial, segundo Ross et al (2000: 56) é uma demonstração financeira que mostra os valores contábeis da empresa em um determinado momento. Para os empreendedores atendidos no CEAPE/PB, utiliza-se o modelo que encontra-se em anexo.

³⁵ A Demonstração de Resultados (DRE), segundo Ross et al. (2000: 56), “mede o desempenho de uma empresa ao longo de um determinado período”. A equação básica é Receita – Custos = Lucro. Os técnicos em crédito do CEAPE/PB, utilizam junto aos empreendedores atendidos o modelo que se encontra no anexo, salientando que o período considerado é o de um mês.

³⁶ Neste estudo foram considerados os empreendedores que receberam 16, 15, 13 e ou 12 microcréditos no período de 01/01/2001 a 31/12/04, e cujo primeiro crédito, no período tenha sido recebido em janeiro de 2001.

Mas, neste estudo, será fundamental a averiguação *do lucro líquido total*, apesar de não existir na literatura uma definição específica para esse termo. Foi considerada como *lucro líquido total* a soma do lucro líquido e do pró-labore, por concordar com Carvalho e Abramovay (2004:33) de que a característica fundamental dos trabalhadores por conta própria é a fusão entre domicílio e negócio num organismo único.

Voltando à modelagem econométrica, os modelos com as variáveis acima mencionadas terão como variável independente o valor do microcrédito, a variável que contribui ou não para o fortalecimento do empreendimento e as demais serão testadas isoladamente, como variáveis dependentes, ou explicadas pelo valor do microcrédito.

No painel as variáveis foram representadas da seguinte forma:

$$(ACT_{it}, Mic_{it}), i=1, \dots, n \text{ e } t=1, \dots, T \quad (1)$$

$$(AFT_{it}, Mic_{it}), i=1, \dots, n \text{ e } t=1, \dots, T \quad (2)$$

$$(PL_{it}, Mic_{it}), i=1, \dots, n \text{ e } t=1, \dots, T \quad (3)$$

$$(PLab_{it}, Mic_{it}), i=1, \dots, n \text{ e } t=1, \dots, T \quad (4)$$

$$(LLT_{it}, Mic_{it}), i=1, \dots, n \text{ e } t=1, \dots, T \quad (5)$$

O primeiro subscrito i , refere-se ao empreendimento em observação, que irá de 1 a n , último empreendimento a ser observado; e o segundo subscrito, t , refere-se a quantidade de períodos em que foi observada a variável, no caso aqui específico a quantidade de microcréditos, desde o instante 1 até o último período T .

Os valores de n e T (Quadro 1) variaram conforme o número de empreendimentos e da quantidade de microcréditos concedidos, com os quais foram formados quatro painéis e cujos resultados serão apresentados no capítulo cinco.

Quadro 1 – Valores de n e T para os painéis

Valor de n	Valor de T
13 empreendimentos	16 microcréditos
12 empreendimentos	15 microcréditos
19 empreendimentos	13 microcréditos
12 empreendimentos	12 microcréditos

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados filtrados do INFOCRED.

Na revisão da literatura para dados em painel, duas são as abordagens principais para painéis estáticos: a primeira, refere-se à de efeitos fixos, e, a segunda, à de efeitos aleatórios.

Na primeira abordagem, a de efeitos fixos, Stock e Watson (2004: 190), afirmam que “é um método para controlar variáveis omitidas em dados de painel quando elas variam de *entidade*, mas não ao longo do tempo”. Em outras palavras, essa abordagem toma o efeito individual como um termo constante específico de um empreendimento no modelo de regressão.

A estimação no modelo de efeitos fixos é realizada pelo método de mínimos quadrados ordinários, chamado de LSVD (*Least Square Variable Model*), que fornece um estimador consistente e eficiente. Esse modelo, também, apresenta cinco hipóteses de mínimos quadrados para um único regressor, a saber:

- a) $E(u_{it} | X_{i1}, X_{i2}, \dots, X_{iT}, \alpha_i) = 0$;
- b) $(X_{i1}, X_{i2}, \dots, X_{iT}, Y_{i1}, Y_{i2}, \dots, Y_{iT})$, $i = 1, \dots, n$ são amostrais i.i.d. de sua distribuição conjunta;
- c) (X_{it}, u_{it}) possuem quartos momentos finitos diferentes de zero;
- d) não há multicolinearidade perfeita;
- e) $\text{cov}(u_{it}, u_{is} | X_{it}, X_{is}, \alpha_i) = 0$, para t diferente de s .

O modelo de efeitos fixos foi representado, neste estudo, pela equação:

$$VD_{it} = b_0 + b_1 Mic_{it} + u_i + e_{it}, \quad i = 1, \dots, N \text{ e } t = 1, \dots, n$$

Sendo:

VD_{it} = a variável dependente, neste estudo foram representadas individualmente por AC, AF, PL, PLab, e LLT;

b_0 = termo de intercepto;

Mic_{it} = valor do microcrédito liberado;

u_i = efeito não observado específico de cada empreendimento;

e_{it} = distúrbio aleatório.

A segunda abordagem, a de efeitos aleatórios, especifica que o efeito individual é um ruído específico de cada grupo, similar ao erro. Ele também é conhecido como modelo de componentes variantes e segundo Johnston e Dinardo (2001:424) “é um modo de lidar com o fato de ter T observações sobre n indivíduos não é o mesmo que ter nT indivíduos diferentes”. Para Maddala (2003:309), “no modelo de efeitos aleatórios os α_{it} são tratados como variáveis aleatórias. Assume-se que os α_{it} são independentes dos erros u_{it} e também são mutuamente independentes”. Em outras palavras, esse modelo pressupõe que o comportamento dos indivíduos e períodos de tempo são desconhecidos, não podendo portanto, ser observado e nem medido, pois faz parte da nossa ignorância, podendo ser representados sob a forma de uma variável aleatória normal.

No modelo de efeitos aleatórios, para estimação, utiliza-se o método dos mínimos quadrados generalizados, admitindo que os interceptos sejam independentes e identicamente distribuídos.

Os modelos do tipo aleatório, neste estudo, apresentaram a seguinte forma:

$$VD = bMic_{it} + e_{it},$$

Onde,

$$e_{it} = \alpha_{it} + \eta_{it}$$

Sendo:

VD = variável dependente, neste estudo foram representadas individualmente por AC, AF, PL, PLab, e LLT;

Mic = valor do microcrédito;

e_{it} = distúrbio aleatório.

A identificação de qual dos dois modelos é o mais adequado a cada painel depende das informações sobre as características da amostra e sobre os objetivos específicos da estimação, por um lado, ou do resultado da aplicação de testes estatísticos, por outro lado.

Os testes estatísticos comumente utilizados são: o teste F, para efeitos fixos, e o teste de Hausman, para efeitos aleatórios.

O teste F (de Fischer) testa a hipótese de que o termo constante seja igual para todos os grupos $\{(\alpha_{it} = (\alpha_{it} \text{ para } i \text{ diferente de } j))\}$. A hipótese nula é, portanto, de que existe apenas um intercepto para todos os empreendimentos.

O teste de Hausman é um teste de correlação entre variáveis independentes e o termo do erro. Segundo Maddala (2003:311), esse teste é frequentemente aplicado a testes de efeitos fixos contra efeitos aleatórios. No modelo de efeitos aleatórios, ele verifica a existência de correlação entre os efeitos individuais e as variáveis independentes. Caso essa correlação não exista, o modelo de efeitos aleatórios é consistente e eficiente e o modelo de efeitos fixos é consistente, todavia não é eficiente. No caso inverso, quando os efeitos individuais são correlacionados com as variáveis independentes, o estimador de efeitos fixos é consistente e eficiente, mas o estimador de efeitos aleatórios é inconsistente. (apud MADDALA, 2003:264)

Importante salientar, também, que a estatística do teste de Hausman tem distribuição qui quadrado sob a hipótese nula de que o estimador de efeitos aleatórios é correto, com k graus de liberdade, onde k é a dimensionalidade do estimador de efeitos aleatórios.

Neste estudo, as equações foram estimadas tanto para o modelo de efeitos fixos quanto para o modelo de efeitos aleatórios, para os quatro painéis e para as cinco variáveis que estão sendo testadas isoladamente.

A escolha do modelo adequado a cada painel foi definido individualmente a partir do teste de F, para o de efeitos fixos, e do teste de Hausman³⁷, para os de efeitos aleatórios.

Em cada um dos modelos, espera-se que as variáveis *ativo circulante total* (ACT), *ativo fixo total* (AFT), *patrimônio líquido* (PL), *pró-labore* (PLab) e *lucro líquido total* (LLT) apresentem correlação positiva com o valor do microcrédito liberado, a um nível de significância de 5%.

Outro dado importante a ressaltar é que todos os painéis foram do tipo equilibrado³⁸, uma vez que existem nos painéis mesmo número de observações para cada empreendedor e empreendimento analisado, durante o período de 01/01/2001 a 31/12/04, e em todas as amostras analisadas.

³⁷ Para calcular o teste de Hausman foi utilizado a fórmula $m = ((b_i - c_i)^2) / (\text{var}(b_i) - \text{var}(c_i))$ seguindo uma qui quadrado, com k graus de liberdade. Sendo b_i o estimador de efeito fixo e c_i o estimador de efeito aleatório. (apud MADDALA, 2003:264)

³⁸ Definição utilizada por Johnston e Dinardo, bem como por Stock e Watson.

CAPÍTULO 4 – MICROCRÉDITO, SETOR INFORMAL, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E POBREZA NO BRASIL E NA PARAÍBA

Estando os temas *setor informal e pobreza* intimamente relacionados à problemática do microcrédito, no presente capítulo, serão expostos como se encontram o setor informal e a pobreza no Brasil e na Paraíba, a partir da contextualização da revisão bibliográfica realizada no segundo capítulo, bem como a partir de dados secundários, disponibilizados pelo IBGE. Também serão abordadas as problemáticas da precarização do trabalho no Brasil e na Paraíba, sob o prisma da informalidade.

Mas, inicialmente, serão apresentados o processo metodológico e indicadores ótimos de desempenho para o setor, bem como um breve histórico do Microcrédito no Brasil e na Paraíba.

4.1 – Microcrédito no Brasil e na Paraíba

Conforme pôde ser observado no capítulo dois, desta dissertação, de uma maneira geral, o microcrédito associa-se a uma prestação de serviço aos proprietários de pequenas unidades econômicas informais ou a microempresas, através de pequenos créditos renováveis e crescentes, para serem utilizados, no intuito de expansão dos microempreendimentos. A grande maioria desses financiamentos, no Brasil, tem sido concedido para incremento do capital de giro, especialmente dos estoques ou financiamento das vendas dos microempreendimentos.

As pessoas beneficiadas, geralmente, não possuem acesso às facilidades de financiamentos dos sistemas financeiro governamental ou privado e o custo de não obter o crédito. Na maioria dos casos, o custo de não obter financiamento termina sendo muito maior pela falta de oportunidade de expansão dos microempreendimentos ou por terminar sendo envolvidas com empréstimos junto a “agiotas”.

No setor das microfinanças, prega-se a autosustentabilidade das instituições, daí toda uma metodologia ser empregada no intuito de reduzir os custos e aumentar a eficiência na concessão do crédito. Serão os processo metodológico e os desempenhos: institucional, creditício e operacional, o próximo item a ser abordado, neste trabalho.

4.1.1 Processo metodológico e desempenho institucional, creditício e operacional de uma instituição de microfinanças

A metodologia de microcrédito, segundo Parente (2003:69), é um “conjunto de procedimentos harmônicos e padronizados, desenvolvidos para viabilizar o acesso dos microempreendedores aos serviços financeiros e minimizar os riscos na concessão do crédito, através da construção de uma relação de confiança entre a organização e o cliente”.

Parente (2003:69) também afirma que não existe apenas uma metodologia, mas no geral as instituições microfinanceiras adotam as seguintes etapas: pesquisa de mercado potencial, promoção, solicitação, análise, liberação, acompanhamento e renovação. Todas essas etapas são basicamente realizadas nos empreendimentos, pois a idéia do microcrédito é ir ao empreendedor, ficando apenas a etapa de liberação para ser realizada na instituição, por uma questão de segurança.

Quanto a melhor gestão da empresa de microcrédito, a mesma é realizada a partir de diversos aspectos. Inicialmente, tem-se a definição da taxa de juros, que deverá ser compatível com o mercado, e alguns indicadores baseados no desempenho institucional, no desempenho creditício e no desempenho operacional, depois perpassa pelas políticas de castigo de carteira e de provisão para devedores duvidosos.

No tocante a taxa de juros, existem modelos para defini-la. Ela deverá ser compatível com a sustentabilidade da instituição, bem como no intuito de manutenção das especificidades de sua atividade-fim. Segundo o Manual de Técnicas de Gestão Microfinanceira, do BNDES (2002, apud CEAPE NACIONAL, 2003:25), o cálculo da taxa de juros de uma IMF deve levar em consideração os seguintes aspectos:

- a) Os custos diretos ligados ao funcionamento da entidade, ou seja, os seus custos administrativos;
- b) Os custos financeiros indiretos, ou seja, a provisão para devedores duvidosos e a taxa de capitalização desejada;
- c) Os custos financeiros diretos, tendo como parâmetro o “custo de oportunidade”, ou seja, o custo de captação de recursos;
- d) A receita obtida através de outras fontes, ou seja, as receitas não operacionais.

Seguindo essa lógica, a taxa de juros pode ser calculada a partir da seguinte fórmula:

$$TEq = [(CA + TP + CF + TC) / (1 - TP)] - RI$$

Em que:

TEq = Taxa de juros de equilíbrio;

CA = é a razão entre os custos administrativos e a carteira ativa média, e o resultado multiplicado por 100;

TP = percentual de perdas durante o ano;

CF = representa a taxa do custo de oportunidade. É calculado a partir do custo médio ponderado de capital sobre os recursos próprios da instituição;

TC = margem percentual que a empresa deseja obter de superávit;

RI = percentual de rendimento dos recursos da instituição que estão aplicados no mercado financeiro.

Os custos administrativos³⁹ anuais são os custos advindos de despesas de aluguel, pessoal, transportes, materiais de escritório, utilitários, combustível, depreciação. Enquanto que a taxa de perdas é a razão entre o prejuízo anual ocasionado pelo não recebimento dos empréstimos concedidos e vencidos no referido período com a carteira ativa média. Já os custos financeiros devem ser calculado com base nas taxas comerciais praticadas pelo mercado, entendendo que os recursos disponíveis para o fundo rotativo poderia ser aplicado no mercado financeiro.

A taxa de capitalização é definida como o percentual que a instituição deseja obter de incremento nas suas operações de microcrédito, para ampliação e/ou fortalecimento do seu fundo rotativo, em outras palavras é o percentual de margem acima dos custos operacionais, que possam tornar a instituição sustentável e crescente com o tempo. Finalmente, a receita dos investimentos⁴⁰ diz respeito a toda aplicação dos recursos da instituição, que não aquelas da carteira ativa, mas que devem ser aplicados no mercado financeiro, porém de forma cautelosa, para que também gerem receitas.

Parente (2002a:96) apresenta um cálculo diferente para a taxa de juros a ser praticada pela instituição microfinanceira. Ela acrescenta na metodologia de cálculo a parametrização

³⁹ Nessa conta são excluídas as despesas financeiras e a Provisão para Devedores Duvidosos PDD, que recebem tratamentos diferenciados.

⁴⁰ Nessa conta são excluídas as receitas advindas da carteira ativa.

ótima para o setor e a comparação que a instituição deve fazer com as taxas praticadas pelos concorrentes no mercado.

Tão importante quanto definir a taxa de juros que será cobrada dos usuários é definir através de mecanismos de gerenciamento os desempenhos: institucional, creditício e operacional.

O desempenho institucional refere-se à solidez da instituição de microcrédito e são descritos no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - Indicadores de desempenho institucional

Indicador	Cálculo	Meta
Composição do ativo	Ativo Circulante/Ativo Total	80% a 90%
Alavancagem Institucional	(Passivo + Patrimônio Líquido) / Patrimônio Líquido	Entre 3 e 6
Retorno Sobre Ativos (ROA)	[(Receitas de crédito + Receitas financeiras) – (Despesas Operacionais + Despesas Financeiras)]/Ativo Médio	4% a 6%

Fonte: Manual para operadores de microcrédito: uma experiência do Sistema CEAPE: 2003.

Os principais indicadores desse grupo são: a composição do ativo, a alavancagem institucional e o retorno sobre os ativos.

A composição dos ativos é considerada ótima quando 90% dos recursos disponíveis para fundo rotativo encontram-se nas mãos dos empreendedores, através da carteira ativa. A instituição, também, deve ser ousada e trabalhar com recursos de terceiros, atentando para uma alavancagem máxima de 6% do valor do patrimônio líquido e deve ter uma taxa de retorno anual sobre os seus ativos em torno de 6%, para que possa cobrir inclusive a taxa de inflação.

O desempenho creditício refere-se à atividade fim, adotando como referência a evolução da qualidade e tamanho da carteira ativa. Tem como principais indicadores os índices de inadimplência, que devem ser inferiores a 5%; a carteira renegociada, cujo indicador deve ser inferior a 6%; e a carteira castigada, cujas perdas anuais, deve ser inferior a 2%. Todos esses indicadores estão resumidos no Quadro 3, abaixo:

Quadro 3 - Indicadores de desempenho creditício

Indicador	Cálculo	Meta
Inadimplência	Valor das parcelas em atraso há mais de 30 dias/Valor da carteira ativa.	Menor do que 3%
Carteira renegociada	Valor do saldo devedor dos créditos renegociados/Valor da carteira ativa	Menor do que 5%
Carteira castigada	Valor dos créditos castigados nos últimos 12 meses/Valor médio da carteira ativa nos últimos 12 meses	Até 2%
Taxa de renovação	Número de empréstimos renovados/Número de empréstimos quitados.	Acima de 80%
Rentabilidade da carteira	Receita anual de crédito/ Valor médio anual da carteira.	Próxima à taxa efetiva de juros cobrados pelos créditos. Maior do que 15%

Fonte: Manual para operadores de microcrédito: uma experiência do Sistema CEAPE: 2003.

Outro indicador muito importante da análise creditícia é a taxa de renovações, que mede o grau de satisfação e fidelização do cliente ao Programa. A nível internacional, a mesma deve ser superior a 80%.

Finalmente, têm-se os indicadores de desempenho operacional. O Quadro 4 mostra os indicadores ótimos de produtividade e a sustentabilidade da instituição, merecendo destaque a produtividade por agente de crédito, que deve ser superior a 250 clientes ativos por técnico, e a auto-sustentação operativa, em que a taxa de juros cobrada dos empreendedores deve ser suficiente para cobrir todos os custos operacionais.

Quadro 4 - Indicadores de desempenho operacional

Indicador	Cálculo	Meta
Produtividade Técnica	Numero de clientes ativos/ Numero de técnicos em credito	Maior do que 250
Utilização da Capacidade Financeira	Valor da carteira Ativa / Montante de Recursos disponíveis para credito.	Entre 80% e 90%
Auto-suficiência operacional	Receitas das operações de credito/ Despesas operacionais.	Maior do que 100%
Auto-suficiência financeira	(Receitas das operações de credito + receitas financeiras)/(despesas operacionais + despesas financeiras)..	Maior do que 100%

Fonte: Manual para operadores de microcrédito: uma experiência do Sistema CEAPE: 2003.

No intuito de maior transparência no setor, também é recomendada a adoção de políticas de castigo de carteira e de *Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)*⁴¹. O *Castigo da Carteira* ocorre quando determinados “valores a receber” são considerados, a partir de critérios previamente estabelecidos, como comprometidos, devendo ser contabilizados como perdas e a PDD deve estar ajustada à qualidade da carteira, ou seja, aos níveis de inadimplência e à correspondente estimativa de perda potencial, da instituição.

Existem diversos modelos para o cálculo do PDD, sendo os elaborados pela *Accion* e pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) os mais adotados pelas instituições, conforme Quadro 5, a seguir:

⁴¹ São considerados como valores ótimos para o setor a PDD inferior a 6% da carteira ativa e a taxa de perdas inferior a 2% a.a.

Quadro 5 – Método para cálculo da provisão para devedores duvidosos

Faixa de créditos em atraso	Provisão para devedores duvidosos	
	Modelo <i>Accion</i>	Modelo BNDES
Sem atraso	0%	3%
De 1 a 30 dias	10%	10%
De 31 a 60 dias	20%	50%
De 61 a 90 dias	30%	75%
De 91 a 120 dias	50%	100%
De 121 a 150 dias	70%	100%
De 151 a 180 dias	90%	100%
Mais de 180 dias	100%	100%

Fonte: Manual para operadores de microcrédito: uma experiência do Sistema CEAPE: 2003.

Após essas considerações gerais, sobre os aspectos operacionais e gerenciais das instituições de microcrédito, passa-se a apresentar um pouco da história do microcrédito no Brasil e na Paraíba.

4.1.2 Histórico do microcrédito no Brasil e na Paraíba

O Brasil foi o precursor mundial do microcrédito urbano. Em 1973, segundo Dantas (1999:4), a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), Instituição fundada por iniciativa e com assessoria técnica da *Acción Internacional*⁴², junto a entidades empresariais de Pernambuco e da Bahia, liberou o primeiro crédito em Recife.

Ao longo da década de 1970, a UNO desenvolveu uma base técnica de análise de crédito adaptada aos empreendedores de baixa renda, formou profissionais e financiou milhares de empreendimentos nos estados de Pernambuco e da Bahia, momento em que introduziu uma metodologia de crédito focalizada em um público, que não oferecia garantias reais e não possuía acesso a crédito bancário.

No Brasil, no final da década de 80 e início dos anos 90, foi constituída a Rede CEAPE, formada pelos Centros de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE's), em especial na Região Nordeste, sendo atualmente a maior rede privada de microcrédito do país.

⁴² A *Accion Internacional*, é uma organização privada, sem fins lucrativos, com sede nos Estados Unidos. Atualmente, envolve uma rede de programas em diversos países da América Latina, assessorando-os na metodologia de atuação e no desenvolvimento institucional.

A partir de 1994, com o crescimento do desemprego, cresceu o interesse dos governos estadual e municipal em apoiar a criação de organizações não governamentais (ONGs), especializadas em microcrédito em todo o país.

Em 1997, foi implantado o Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste (BN), denominado CrediAmigo. Em apenas dois anos de funcionamento, este Programa tornou o BN a segunda maior instituição de microcrédito da América Latina.

Em agosto de 2003, o Governo Federal lançou um programa de expansão do microcrédito, que envolveu bancos oficiais, como o Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CX) e estimulou os bancos privados a participarem do programa

É importante salientar que, todo o desenvolvimento do setor só foi possível com a instituição do Comunidade Solidária, o qual permitiu que o Brasil evoluísse em seu Marco Legal, criando Leis, normas e regulamentos especiais, para regerem o funcionamento das organizações de microcrédito. Até 1999, a maioria das instituições de microcrédito, infringiam as leis do país, cometendo crime de Lei da Usura, uma vez que, cobravam taxas de juros acima de 12% a.a. As Leis, Normas, Circulares e Resoluções para o setor de microcrédito, incluindo o Microcrédito Produtivo Orientado, estão resumidos no Quadro 6, abaixo, e foram divulgados no IV Seminário de Microcrédito do Banco Central, ocorrido recentemente, em Salvador.

Quadro 6– Legislações sobre microcrédito no Brasil

Cooperativas de crédito	Leis 4.595/64, 5.764/71, 10.865/04 / Res. CMN 3.106/03 e 2.707/00
Organização da Sociedade Civil de Interesse Público	Lei 9.790/99, MP 2.143-33/01 e 2.113-32/01 e Decreto 3.100/99 e Port. MJ 361/99 e 256/02.
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	Lei 10.194/01 e Res. CMN 2.874/01 e 3.182/03
Contas simplificadas	Res. CMN 3.211/04
Crédito Consignado	Lei 10.820/03 e Decreto 4.961/04 e Res CMN 2.718/00
Correspondentes Bancários	Res. CMN 3.156/03, 3.110/03 e 2.707/00
Risco e Garantia	Res. CMN 2.682/99, 1.559/88 e 3.258/05 / Circular BC 3.163/05
Bancos Cooperativos	Res. CMN 3.188/04 e 2.788/00
Agências de Fomento	MP 2.192-70/01 e Res. CMN 2.828/01
FAMPE (SEBRAE)	Lei 8.029 e Lei 11.110/05
Banco Popular do Brasil	Lei 10.738/03
Contas correntes	Gerais - Res. CMN 2.025/93, 2.747/00 e 2.953/02 Eletrônicas – Res. CMN 2.817/01 e 2.953/02
Fundo de Amparo ao Trabalhador - Funproger	Leis 7.998/90, 8.019/90, 8.352/91, 9.872/99 e Lei 11.110/05 e Res CMN 3.091/03
Tributação Crédito	Leis 9.311/96, 10.865/04, 10.892/04, Lei 11.110/05 e Port MF 244/04
Depósitos especiais	Lei 10.735/03, Lei 11.110/05, Res. CMN 3.229/04, 3.220/04, 3.212/04 e 3.109/03 e
Programa de Microcrédito Produtivo Orientado	Lei 11.110/05, Decreto 5.288/04 e Res CMN 3.229/04

Fonte: [www. bc.gov.br](http://www.bc.gov.br). IV Seminário de Microcrédito do Banco Central, acesso em 20/06/2005.

Atualmente o setor no Brasil é composto por aproximadamente 170 Instituições de Micro Finanças (IMF), com diferentes formas legais de constituição. Sendo 24 SCMs, e, as demais, associações sem fins lucrativos (OSCIPs e ONGs), ou Cooperativas de Crédito. Dessas empresas, 45% estão localizadas no Sudeste, 25% no Nordeste, 20% no Sul e 10% no Norte e Centro-Oeste.

Segundo dados divulgados pela Planet Finance⁴³(2003), havia em 2000, no Brasil, 200 mil clientes ativos⁴⁴ e uma carteira ativa⁴⁵ de R\$ 250 milhões. Esse mesmo relatório aponta uma demanda potencial de seis milhões de clientes.

Explicar o porquê da disparidade entre a penetração de mercado junto ao público potencial é algo desafiador, e não está como principal objetivo deste trabalho. Essa disparidade pode ser explicada por duas razões principais: a) dificuldade de acesso a fundo rotativo pelas instituições de microfinanças, b) desconhecimento ou/ temor por parte dos empreendedores de demandar microcrédito junto as instituições fornecedoras.

A nível internacional, os principais apoiadores das IMF brasileiras, para fundo rotativo e ou cooperação técnica, são o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁴⁶, e a nível nacional, os principais repassadores são: o BNDES e o SEBRAE.

Na Paraíba, os principais operadores de Microcrédito Produtivo Orientado são: CEAPE/PB e Banco do Nordeste. O CEAPE/PB atua desde 1993 e o BN, através do CrediAmigo, opera desde 1997.

4.2 – Setor informal no Brasil e na Paraíba

Se foi difícil chegar a uma definição para o setor informal, registrar estatísticas e números torna-se mais difícil ainda. Mas, em 1997⁴⁷, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no intuito de conhecer o setor no Brasil, realizou uma pesquisa pioneira, com o título de "Economia Informal Urbana", conhecida como ECINF, adotando como critérios as recomendações da 15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho, promovida pela OIT, realizada em janeiro de 1993.

Nova pesquisa da ECINF, seguindo a mesma metodologia, foi aplicada em 2003, acrescentando outras variáveis no tocante a características da regularização do empreendimento, o acesso aos serviços não-financeiros e de créditos, e algumas características individuais dos proprietários e das pessoas ocupadas. Os resultados da pesquisa

⁴³ Organização não governamental de origem francesa que realiza missões de avaliação de instituições de microfinanças utilizando a metodologia GIRAFE.

⁴⁴ Empreendedores com operações de microcréditos em instituições de microfinanças.

⁴⁵ Empreendedores com operações de microcréditos em instituições de microfinanças.

⁴⁶ O BID, desde a década de 1970 até 2004, aplicou, no Brasil, U\$ 15970000, no setor de microfinanças, tanto em financiamento de fundo rotativo como em doações para assistência técnica, através do Programa de Pequenos Projetos, atualmente denominados de Programa de Empresariado Social.

foram divulgados recentemente no site www.ibge.gov.br, do IBGE, conforme exposto a seguir.

A pesquisa de 2003, tal como a de 1997, delimitou como pertencentes ao setor informal todas as unidades econômicas⁴⁸ de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados ou trabalhadores sem remuneração, registradas ou não em órgãos públicos⁴⁹, moradores de áreas urbanas⁵⁰. Ainda ressaltam que essas unidades econômicas devem produzir bens e serviços com o objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas⁵¹.

Para serem considerados informais, os empreendimentos possuíam ainda como características principais: baixa escala de produção, baixo nível de organização e quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção.

Segundo a ECINF, em 2003, existiam cerca de 10,5 milhões de empresas informais, e, destas, 88% pertenciam aos “trabalhadores por conta própria” e 12% pertenciam aos pequenos empregadores; 9,2 milhões de empresas não possuíam qualquer registro junto aos órgãos públicos e 8,4 milhões de empreendimentos ocupavam apenas uma pessoa, o proprietário.

As atividades econômicas preponderantes no setor informal eram as de comércio e as de serviços de reparação, com 33% das empresas, o que se justifica devido ao baixo investimento de capital necessário a sua implementação, conforme pode ser corroborado pelos dados da pesquisa, os quais confirmam que 33% dos proprietários das empresas não precisaram de capital para começar o empreendimento. O setor de comércio era o que apresentava maior faturamento, mas não era o mais lucrativo.

A receita média dos empreendimentos em 2003 foi de R\$ 1.754,00, segundo a ECINF, mas é importante salientar que a receita média dos empregadores, em 63% dos casos, era superior a R\$ 2.000,00. O Quadro 7, a seguir, mostra os principais resultados financeiros do Setor Informal, em 2003:

⁴⁷ Essa pesquisa já vinha sendo planejada desde 1990, tendo, inclusive, sido realizada na forma de pesquisa piloto no município do Rio de Janeiro, em 1994, antes de ser realizada em todo o país.

⁴⁸ Entendida como uma unidade de produção, excluindo o conceito de trabalhador individual ou a ocupação exercida.

⁴⁹ Não é levado em consideração se existem registros ou não, em algum órgão público, da unidade econômica.

⁵⁰ Só são considerados os empreendimentos da zona urbana, excluindo-se os da zona rural.

⁵¹ Sendo excluídas as unidades econômicas que produzam apenas para o autoconsumo.

Quadro 7 – Brasil: resultados financeiros das empresas do setor informal - 2003

Resultados financeiros	Total	Conta própria	Empregadores
Receita média mensal em R\$	1.754	1.164	6.033
Lucro médio mensal em R\$	911	671	2.360

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

Em 2003, apenas 73% das empresas eram lucrativas; entre estas, aquelas do tipo *por conta própria* apresentavam os piores desempenhos. O setor de comércio apresentou o maior índice de lucratividade.

Outra característica importante é que os empreendedores do setor informal como um todo não gerenciavam seus empreendimentos através de controles da atividade econômica. A determinação do preço das mercadorias, em sua grande maioria, era determinado pelas leis de oferta e procura, tal como no modelo de mercado de concorrência perfeita.

A falta de clientes, na opinião da grande maioria dos proprietários dos empreendimentos, foi a principal dificuldade enfrentada em 2003 para desenvolver o negócio.

Em termos regionais, o Sudeste detém praticamente metade das empresas (46%), seguido pelo Nordeste, com 26% de participação. Em relação à receita, a região Sul apresentou a média mais alta (R\$1.724,00) e o Nordeste a mais baixa (R\$849,00). O Nordeste também obteve em média o lucro mais baixo (R\$ 326,00), enquanto o Sudeste obteve o mais alto (R\$ 782,00).

O setor informal como um todo ocupava, em 2003, cerca de 13,9 milhões de pessoas, entre empreendedores e trabalhadores assalariados, com e sem carteira assinada, e os não remunerados. O que equivale a 1,3 trabalhadores por empreendimento.

Quanto ao perfil dos empreendedores do setor, tem-se que 64% são do sexo masculino, 42% estão na faixa etária de 25 a 39 anos e 42% na faixa etária de 40 a 59 anos,

mas, enquanto os homens estão mais presentes na segunda (42%), as mulheres predominam na faixa etária mais jovem (44%). O nível de instrução preponderante dos proprietários é o mesmo para ambos os sexos: primeiro grau incompleto. Apenas 26% do total de proprietários têm nível superior ou segundo grau completo.

Quanto ao pró-labore, com exceção dos não remunerados, entre os quais é maior o número de mulheres (62%), o rendimento médio mensal dos proprietários do setor informal gira em torno de R\$ 564,00, mas o dos empregadores é maior que o daqueles por conta própria: R\$ 1.154,00 contra R\$ 457,00. Também foram detectadas diferenças de pró-labores regionais, apresentando a região Sudeste do país o pró-labore mais elevado (R\$ 699,00) e a região Nordeste o mais baixo (R\$ 322,00).

Para cerca de 25% dos proprietários dos empreendimentos, de um modo geral o fato de não ter encontrado emprego foi o motivo preponderante que os levou a iniciar o empreendimento, resultado semelhante para os proprietários do sexo masculino. Para as empreendedoras, a complementação da renda familiar foi o fator mais importante.

Grande parte dos empreendedores (62%) já estava no setor informal há mais de três anos e tinha planos de expansão da sua atividade econômica. O que faz com que essas pessoas tenham como meta continuar no setor é o rendimento, uma vez que possuem, em sua grande maioria, apenas essa fonte de renda.

Quanto ao perfil das pessoas ocupadas, excluindo os proprietários, as principais características, são:

- 34% possuem idade entre 18 a 24 anos;
- 33% possuem faixa etária entre 25 a 39 anos;
- 85% foram trabalhar nos empreendimentos através de relações pessoais;
- 59 % não tem nenhuma relação de parentesco com o proprietário da empresa.

Na média, o rendimento mensal do trabalho das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, sem contar os proprietários, foi de R\$ 240,00, correspondendo a R\$ 253,00 para os homens, valor superior ao das mulheres (R\$ 218,00). Esse rendimento também variava conforme a região, sendo mais alto na região Sul (R\$ 295,00) e mais baixo no Nordeste (R\$ 163,00).

Segundo a ECINF, em 2003, o sexo masculino era o predominante, com 64% das pessoas ocupadas. Também o eram, na sua grande maioria, 66%, os proprietários dos empreendimentos que começaram a trabalhar por conta própria, 31%, por terem sido

dispensados e não terem encontrado emprego. As mulheres representavam 36% das pessoas ocupadas e apenas 44% eram proprietárias dos empreendimentos. O principal motivo que as levou a trabalhar por conta própria, segundo a pesquisa, foi a complementação da renda familiar, equivalendo a 32% das entrevistadas.

Entre as pessoas ocupadas sem remuneração, 64% eram mulheres, correspondendo a 3% do total das ocupações, levando a crer que os maridos/ companheiros ou pais fossem os proprietários e a força de trabalho das mulheres fosse utilizada no empreendimento sem atingir seu objetivo principal, que seria a complementação da renda familiar; mas, ao contrário, ocorria o barateamento do valor da força de trabalho, apesar da pesquisa não revelar assim, pois 54% das pessoas ocupadas não possuem nenhum vínculo pessoal com os proprietários dos empreendimentos.

Quanto ao nível de escolaridade, em 2003, 36% das pessoas ocupadas possuíam apenas o Ensino Fundamental incompleto, relação que mudou, pois, entre 1997 e 2003, a participação de trabalhadores com o Ensino Médio completo aumentou. Esse dado indica que a precarização das ocupações vai ocorrendo também com as pessoas de mais alto nível de escolaridade, embora a situação dos que possuem menor nível de escolaridade seja bem pior. Quanto aos proprietários dos empreendimentos, o nível de instrução preponderante foi também o 1º grau incompleto.

Dos dados apresentados, é importante observar que o número de pessoas envolvidas no setor representa 11,29 % da População Economicamente Ativa (PEA) urbana e que isto passa a ser um dado preocupante, uma vez que a renda gerada pelo setor é relativamente baixa. 90% dos empreendedores vivem exclusivamente da renda gerada no empreendimento, o que vai contribuir para o agravamento da situação da pobreza, conforme será detalhado no próximo item, e para a formação de “bolsões de pobreza”. Fato comprovado principalmente quando se observa a concentração do setor, sobretudo nas regiões de maior contingente populacional, tais como as regiões Sudeste e Nordeste do país.

Na realidade, o que se observa hoje é que existe um circuito de pessoas pobres trabalhando para pessoas pobres, estando em piores condições os trabalhadores dos empreendedores do setor informal, que estão totalmente à margem da Previdência Social, por trabalharem sem a possibilidade de assinatura da carteira de trabalho e, em muitos dos casos, até sem nenhum rendimento.

Analisando os números da Paraíba, a situação não se apresenta muito diferente do que vem ocorrendo na média do país. Segundo os dados divulgados pela ECINF, em 2003, o Estado possuía 202.817 empresas não agrícolas com até cinco empregados, sendo que, dessas, 88,2% pertenciam aos “trabalhadores por conta própria” e 11,80% pertenciam aos pequenos empregadores. 190,2 mil empresas não possuíam qualquer registro junto aos órgãos públicos e 179,6 mil de empreendimentos ocupavam apenas o proprietário.

Segundo a ECINF, o setor informal como um todo ocupava na Paraíba, em 2003, cerca de 285 mil pessoas, entre empreendedores e trabalhadores assalariados, com e sem carteira assinada, e os não remunerados. O que representava 23,20 % da PEA urbana do Estado.

A falta de clientes, a concorrência, a falta de capital próprio e o baixo lucro, na opinião dos entrevistados foram as principais dificuldades encontradas pelos mesmos, em 2003, para desenvolver os seus empreendimentos.

No tocante ao perfil dos empreendedores do setor, tem-se que 63,14 % são do sexo masculino e 36,86%, são do sexo feminino. O nível de instrução preponderante dos proprietários é o primeiro grau incompleto e apenas 26% do total dos empreendedores têm nível superior ou segundo grau completo.

Os principais motivos que levaram os empreendedores a iniciar a atividade foram o fato de não ter encontrado emprego, de um lado, e, de outro, a necessidade de complementação da renda familiar, resultado que vale para ambos os sexos.

4.3 Pobreza no Brasil e na Paraíba

Adotando como posição conceitual acerca da pobreza a apresentada por Rocha (2003), segundo a qual analisar a pobreza em termos de renda é adequado ao Brasil, pelo fato de o país possuir uma economia extremamente monetarizada, conforme explicitado no Capítulo 2 deste trabalho, neste item serão apresentados de forma sintética alguns dados sobre a pobreza no Brasil e na Paraíba, em 2000, a partir de dados divulgados pelo IBGE e trabalhados com maior profundidade pelo PNUD, através do seu Atlas de Desenvolvimento Humano.

Falar de pobreza perpassa por indicadores econômicos, apesar de não serem os melhores por encobrir questões sociais, ou porque não podem ser melhor visualizados a partir

de uma média. Os indicadores trabalhados aqui serão: renda per capita, índice de Gini, rendas provenientes do trabalho e das transferências governamentais, linhas de pobreza e indigência.

Em 2000, segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, a renda per capita do Brasil era de R\$ 297,23, enquanto que a da Paraíba era de R\$ 150,22, o que correspondia a 50,54% da média da renda per capita nacional. Mas tão importante comparar a renda per capita é observar o índice de Gini no intuito de analisar o grau de concentração de rendas, pois o referido índice mede justamente o grau de desigualdade existente entre os indivíduos pela renda per capita. O índice de Gini varia de zero a um, quanto mais próximo de zero melhor é a distribuição de rendas. No caso aqui analisados a concentração de rendas na Paraíba é similar a nacional, em 0,65.

Um dado que chama a atenção, dos indicadores sociais que estão sendo analisados, é a origem dos recursos na formação dos rendimentos, pois uma parcela significativa das rendas no Brasil (14,66%) é oriunda das transferências governamentais, especialmente das pensões e aposentadorias. A Paraíba apresenta um indicador pior que o nível nacional. No intuito de ilustrar melhor esses indicadores, o Quadro 8, abaixo, mostra esses números de forma condensada.

Quadro 8 – Alguns indicadores sociais do Brasil e da Paraíba, 2000.

Indicadores	Brasil	Paraíba
Renda Per Capita em R\$	297,23	150,22
Índice de Gini	0,65	0,65
Renda proveniente de transferências governamentais em %.	14,66	20,20
Renda proveniente de rendimentos do trabalho em %.	69,77	63,17
Intensidade da pobreza em %	49,68	52,09
Intensidade da indigência em %.	53,87	51,06

Fonte: Elaboração própria a partir do Atlas de Desenvolvimento Humano.

Em 2000, o percentual da renda proveniente de transferências governamentais do Brasil era de 14,66%, e da Paraíba de 20,20 %, enquanto que os rendimentos do trabalho representavam 69,77% e 63,17%, para o Brasil e a Paraíba, respectivamente.

Enquanto a intensidade da pobreza (cujo indicador revela o percentual de pessoas que auferem uma renda suficiente para cobrir parte dos custos da sua subsistência) do Brasil era de 49,68% em 2000, na Paraíba, este indicador representava 52,09%.

Quanto às pessoas que viviam com uma renda inferior àquela insuficiente para adquirir apenas os itens de consumo da cesta alimentar, a chamada linha de indigência, segundo os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, em 2000, elas representavam 53,87% da população, apresentando uma situação pior que a da Paraíba, cujo indicador ficou em 51,06%.

4.4 Precarização do trabalho no Brasil e na Paraíba (1997 – 2003)

No intuito de analisar de forma integrada os temas setor informal e pobreza, e analisando especificamente os dados divulgados através das ECINFs, de 1997 e 2003, pode-se perceber claramente que, neste período, assiste-se a um crescimento em torno de 8% das ocupações do Setor Informal e de 9% da quantidade de empresas desse setor no Brasil. Esse crescimento é um resultado da falta de emprego para a parcela da população que entra a cada ano no mercado de trabalho, também é o resultado da falta de emprego para uma parcela que não consegue novo emprego após ser demitida, assim como pelo crescimento dos trabalhadores sem carteira assinada e das ocupações por conta própria.

O Quadro 9, abaixo, mostra a distribuição em termos percentuais das pessoas ocupadas no setor informal em 1997 e 2003. No tocante à caracterização dos empreendimentos e do perfil dos proprietários e das pessoas ocupadas, basicamente não houve mudanças significativas no período; mas, no tocante à forma da distribuição das pessoas ocupadas, assiste-se a uma maior precarização da força de trabalho, uma vez que cresce em termos proporcionais o número de trabalhadores por conta própria e dos sem remuneração, e ocorre, também, uma redução de empregados com carteira assinada, deixando uma maior quantidade de pessoas sem os futuros benefícios da assistência da Previdência Social.

Quadro 9- Brasil: distribuição em % das pessoas ocupadas no setor informal (1997 e 2003)

Ano	Conta própria	Empregadores	Com carteira assinada	Sem carteira assinada	Sem remuneração
1997	67	12	7	10	4
2003	69	10	6	10	5

Fonte: Ecinf 1997 e 2003.

Kraychete (2000) analisa os dados do IBGE de 1997 e chega à conclusão de que:

“o crescimento do desemprego foi acompanhado por uma modificação na composição da estrutura ocupacional, com uma diminuição gradativa, desde os anos de 1980, da mão-de-obra empregada na indústria e no setor primário, e um aumento do terciário, que cresce deteriorando-se, absorvendo ocupações instáveis e mal remuneradas”.

Percebe-se que a sua conclusão continua atualizada quando analisa os dados recentemente divulgados pelo IBGE, em que uma parcela maior da população economicamente ativa encontra-se no setor informal.

Kraychete (2000) também afirma, analisando os dados de 2000, que “a economia informal, tal como existe hoje, é o lugar onde, mal e precariamente, vai ocorrendo a reprodução da vida de parcelas crescentes da população, num quadro marcado pela destruição e escassez dos postos formais de trabalho” e que a eficiência do mesmo deve ser medida pela capacidade de assegurar postos de trabalho e gerar alguma renda para um grande número de pessoas, uma vez que “a racionalidade dessa economia está ancorada na geração de renda destinada a prover e repor os meios de vida e na utilização dos recursos humanos próprios”. (KRAYCHETE, 2000:)

Kraychete (2000) ainda vai mais além, ao afirmar que “diferentemente da empresa, que tem por objetivo a acumulação de capital, a racionalidade econômica dos empreendimentos informais está subordinada à lógica da reprodução da vida da unidade familiar” (...) pois, “é impossível separar as atividades de produção e comercialização de bens e serviços das circunstâncias de reprodução da vida da unidade familiar destas pessoas”.

CAPÍTULO 5 - ESTUDO DE CASO

No presente capítulo, será realizado um estudo de caso apoiado nos dados de uma instituição do setor de microfinanças que opera desde 1994, o CEAPE/PB. O capítulo está estruturado em dois tópicos principais, a saber: caracterização dos microempreendimentos, dos empreendedores e microcréditos concedidos pelo CEAPE/PB, e nos efeitos do microcrédito sobre os empreendimentos e sobre as condições de vida dos proprietários dos microempreendimentos.

5.1 Caracterizando o CEAPE/PB

No intuito de aplicar, num caso real, os conhecimentos adquiridos, a instituição de microcrédito que serviu de base para as análises aqui realizadas foi o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos do Estado da Paraíba (CEAPE/PB).

O CEAPE/PB é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com atuação no Estado da Paraíba, dedicada ao desenvolvimento econômico de pequenos empreendimentos e microempresas, dirigidas por pessoas de baixa renda.

O Centro foi fundado em 15 de outubro de 1993, como uma Organização não Governamental (ONG), mas, devido a Lei 9.790/99 solicitou junto ao Ministério da Justiça a qualificação como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a qual foi atendida e renovada em 2005.

A sede do CEAPE/PB encontra-se localizada à Rua Vidal de Negreiros, 18, Centro, Campina Grande – PB, município onde foram iniciadas suas atividades em abril de 1994. Mas, atualmente, a instituição conta com mais cinco postos, a saber: João Pessoa, Sousa, Cajazeiras, Guarabira e Monteiro, que juntos atendem a 30% dos municípios do Estado da Paraíba.

O público alvo do CEAPE/PB são os proprietários de pequenos empreendimentos informais ou microempresas, que, em sua grande maioria, não possuem acesso a linhas de créditos de instituições bancárias ou financeiras, por não possuírem garantias reais para oferecerem em troca do empréstimo. A missão da entidade, conforme é definida em documentos internos, *é a melhoria da qualidade de vida dos empreendedores de baixa renda, através da massificação do crédito orientado, no Estado da Paraíba, como estratégia de combate à pobreza.*

Importante salientar, ainda sobre a instituição, que ela faz parte de um sistema existente a nível nacional, composto por onze entidades autônomas e independentes, coordenadas pelo CEAPE NACIONAL. Todos os Centros trabalham com as mesmas metodologias: creditícias e técnico gerenciais, e com a mesma filosofia (composta pela missão e pelos objetivos gerais e específicos).

Fundado em 1987, o Sistema CEAPE é atualmente a maior rede privada de microcrédito do país. Apresentava, em dezembro de 2004, conforme Tabela 5, os seguintes indicadores:

Tabela 5 - Carteira ativa, clientes ativos, recursos liberados e média de créditos do Sistema CEAPE/2004

Indicadores	Quantidade ou Valor
Carteira ativa em R\$ 1,00	20.147.948,00
Clientes ativos	30.678,00
Montante de recursos liberados em R\$	1.361.310.503,00
Valor médio dos créditos em R\$ 1,00	960,00

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pelo CEAPE NACIONAL. Posição em 31/12/04.

Retornando ao caso específico do CEAPE/PB, uma dessas unidades do Sistema CEAPE é a Entidade que servirá de base para as análises aqui realizadas. Tem-se que, desde sua fundação até 31 de dezembro de 2004, ele atendeu 6.229 pequenos empreendimentos, aos quais emprestou mais de R\$ 19 milhões, em 26.189 operações de crédito.

Segundo os dados analisados, a cada empreendimento atendido, o CEAPE/PB beneficia diretamente quatro pessoas: o empreendedor mais três membros. A 31/12/04 haviam sido beneficiadas diretamente cerca de 25 mil pessoas. Outro dado importante, é que a cada empreendimento atendido ele fortalece em média 1,7 ocupações.

A 31 de dezembro de 2004, a Instituição contava com 2.398 clientes ativos⁵² e o montante da carteira ativa, ou seja, do valor sem as taxas administrativas que se encontrava emprestado nas mãos dos empreendedores, era de R\$ 1.254.868,27.

⁵² Empreendedores com crédito aberto na entidade.

Será realizada, no item a seguir, uma análise descritiva de alguns dados dos clientes ativos do CEAPE/PB, posição em 31/12/04, e de seus respectivos empreendimentos, antes de apresentar os resultados do modelo econométrico.

5.2 – Características dos microempreendimentos, dos empreendedores e microcréditos do CEAPE/PB, em 31/12/04

Neste item, serão descritas as principais características dos microempreendimentos, dos empreendedores e dos microcréditos concedidos, dos empreendedores que tinham crédito aberto no CEAPE/PB ao final de 2004.

Conforme mencionado anteriormente, o CEAPE/PB, em dezembro de 2004 possuía cinco unidades de atendimento: a matriz, em Campina Grande, e os postos em João Pessoa, Guarabira, Sousa e Monteiro.

A unidade de Campina Grande começou a operacionalizar microcréditos em abril de 1994, ou seja, seis meses após a sua fundação. As unidades de João Pessoa e Guarabira foram fundadas em 1998. Os postos de Sousa e Monteiro foram inaugurados em 2002, a partir de um convênio realizado entre a Instituição e o SEBRAE NACIONAL.

A unidade de Campina Grande, em 31/12/04, apresentava a maior quantidade absoluta e relativa de clientes ativos, sendo seguida pela unidade de Sousa, conforme pode ser melhor visualizado na Tabela 6, a seguir:

Tabela 6- Clientes segundo postos de atendimento do CEAPE/PB - 2004

Posto	Clientes Ativos	
	Frequência absoluta	Frequência relativa
Campina Grande	714	29,77
João Pessoa	496	20,68
Sousa	655	27,31
Guarabira	416	17,35
Monteiro	117	4,88
Total	2.398	100,00

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados filtrados do INFOCRED.

Após essas considerações gerais, passemos a analisar as características dos microempreendimentos, dos empreendedores e microcréditos ativos no CEAPE/PB, em 31/12/04.

5.2.1 – Características dos microempreendimentos

No tocante às características dos microempreendimentos, foram selecionadas as variáveis *setores e ramos de atividades, tempo de funcionamento, média de faturamento, média de lucro, condição de legalização, posse e idade das microempresas*. Quanto às características dos empreendedores, foram eleitas: *sexo, idade, nível de escolaridade, condições de moradia*. Finalmente, têm-se as características dos microcréditos concedidos sendo analisada a média dos valores liberados, faixa de valor e modalidade dos empréstimos.

Dos 2.398 microempreendimentos com créditos abertos no CEAPE/PB, em 31 de dezembro de 2004, e aqui examinados, aproximadamente 88% pertencem ao setor de comércio, 8% ao setor de produção e apenas 4% ao setor prestação de serviços. Essa característica é predominante em todos os postos de atendimento da entidade.

Do cotejo de todos os tipos de atividades, percebe-se que é relativamente grande a participação, no setor de comércio, dos artigos de vestuários em todos os municípios, cuja participação é de 70%. Analisando, de forma mais ampla, os dados disponíveis e tomando como referência a ECINF, pode-se associar tal fato ao baixo capital para iniciar um negócio. Esse fato também é corroborado pela vocação estadual para indústrias de confecções no Estado, bem como a proximidade dos municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, cidades do pólo industrial de confecções do vizinho Estado de Pernambuco.

Quanto ao tempo de funcionamento, existe um predomínio das atividades que já se encontram no mercado há mais de um ano (Tabela 7). Este resultado, por um lado, pode ser explicado pela exigência da instituição em financiar apenas empreendimentos que existam no mercado há mais de seis meses, não podendo o CEAPE/PB afirmar nada quanto à mortalidade⁵³ destes negócios.

⁵³ Foi detectado que existe uma grande evasão de créditos, uma vez que existiam mais de 7.000 clientes cadastrados na base da instituição, em 31/12/2001, mas esse não foi analisado com maior profundidade, por não ser objeto de estudo proposto neste trabalho.

Tabela 7 - Distribuição percentual dos clientes ativos segundo tempo de existência do empreendimento - 2004

Tempo de Existência	Em %
Menor de um ano	27,00
Entre 1 e 2 Anos	42,00
Mais de dois anos	31,00
Total	100,00

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados filtrados do INFOCRED.

Adotando como conceito de caracterização dos empreendimentos o utilizado pelo Ministério do Trabalho, segundo o qual todas as empresas registradas integram o setor formal e as demais fazem parte do setor informal, observou-se, junto aos empreendimentos com crédito ativo na entidade, que 94,32 % destes são informais, e apenas 5,68% são legalmente formalizados e apresentam o registro de microempresa.

A origem do capital, para a abertura da grande maioria (54,66%) dos pequenos empreendimentos, é oriundo de economias individuais, seguido de lucros de outros pequenos empreendimentos existentes na família (28,25%). Recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), 7,86%, que o empregado recebe por ocasião da rescisão de contrato por dispensa sem justa causa, apresentou a terceira colocação, conforme dados da Tabela 8.

Tabela 8 – Distribuição percentual dos clientes segundo fontes de origem do capital para abertura do empreendimento

Origem do capital para abertura do Empreendimento	Em %
Economias	54,66
Venda de bens	4,51
Empréstimos	4,72
FGTS	7,86
Negócio	28,25
Total	100,00

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados filtrados do INFOCRED.

5.2.2 -Algumas características dos proprietários dos microempreendimentos

Contrariamente ao que acontece com a quantidade de empreendedores existentes na Paraíba neste setor, a maioria absoluta e relativa dos clientes ativos do CEAPE/PB são mulheres, representando 65,51% , enquanto os clientes do sexo masculino representam 34,49%. No tocante à faixa etária, a predominância é de empreendedores entre 30 a 39 anos, com 31,13% dos clientes ativos, seguidos da faixa etária entre 40 a 49 anos, com 27,98% (Tabela 9). É relativamente pequena a participação de empreendedores com faixa etária entre 18 a 29 anos, 19,90%. Esses dados levam a acreditar que a maior participação de empreendedores com mais de 30 anos seja, devido a idade em que o homem, em sua grande maioria, não consegue um novo emprego, quando é demitido, e as mulheres tomam conta dos filhos pequenos, tal como comprovam com os dados da ECINF.

Tabela 9 – Distribuição percentual dos beneficiários, segundo faixa etária - 2004

Faixa Etária	Em %
18 a 29 anos	19,90
30 a 39 anos	31,13
40 a 49 anos	27,98
50 a 59 anos	14,54
60 a 69 anos	5,3
+ 70 anos	1,15

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados filtrados do INFOCRED.

O baixo nível de escolaridade, assim como constatado na ECINF, é predominante nos clientes ativos do CEAPE/PB e, conforme pode ser observado na Tabela 10, 45,42 % dos empreendedores apresentam apenas o primeiro grau incompleto. O percentual de empreendedores com curso superior é inferior ao percentual de analfabetos, correspondendo a 3,05% e 5,43%, respectivamente.

Tabela 10 –Distribuição percentual dos beneficiários segundo o nível de escolaridade - 2004

Nível de Escolaridade	Em %
Analfabetos	5,43
1º grau incompleto	45,42
1º grau completo	13,59
2º grau incompleto	10,62
2º grau completo	20,11
Superior incompleto	1,75
Superior completo	3,05
Total	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados filtrados do INFOCRED.

No tocante ao estado civil, 70 % dos empreendedores são casados, e 19 % são solteiros. No banco de dados do CEAPE/PB existiam 3% classificados como “amigados”, que significa que coabitam com alguém, mas não são casados formalmente; e 8% correspondem a viúvos, separados e divorciados.

Como alternativa de fonte de renda familiar, 56,71 % apresentaram o empreendimento como única fonte e 43,39% apresentaram o empreendimento e mais alguma alternativa de renda. O município de Sousa apresenta o maior índice de dependência com mais de 70% dos empreendedores vivendo exclusivamente da renda gerada nos empreendimentos (veja Tabela 11).

Tabela 11 - Clientes ativos e quantidade de beneficiários cuja única fonte de renda é o empreendimento, segundo postos de atendimento - 2004

Postos	Clientes ativos	Quant. de empreendedores cuja única fonte de renda é o empreendimento	
		Frequência absoluta	Frequência relativa
Campina Grande	714	410	57,42
João Pessoa	496	214	43,15
Sousa	655	462	70,53
Guarabira	416	230	55,29
Monteiro	117	44	37,61
Total	2.398	1.360	56,71

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados filtrados do INFOCRED.

O nível de rendimentos está intimamente relacionado ao nível de escolaridade, conforme pode ser observado na Tabela 12, abaixo:

Tabela 12 – Nível de rendimento segundo nível de escolaridade, por faixas de rendimento - 2004

Nível de Escolaridade	< R\$ 130,00	> R\$ 130 e < R\$ 260,00	> 260 e < 520	> R\$ 520,00
Analfabetos	2	9	24	95
1º Grau Incompleto	35	81	241	744
1º Grau Completo	5	13	57	250
2º Grau Incompleto	1	8	53	192
2º Grau Completo	6	18	79	378
Superior Incompleto	1	0	6	35
Superior Completo	1	1	6	65
Total	51	122	466	1.759

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados filtrados do INFOCRED.

A renda per capita das famílias é relativamente baixa, tendo, na média, 8,42% das famílias dos empreendedores vivendo com uma renda inferior a US\$ 1.00 por dia e 22,10% com menos de US\$ 2.00 por dia, conforme Tabela 13, abaixo:

Tabela 13 – Quantidade de clientes ativos cuja renda per capita familiar é menor do que um e do que dois dólares por dia – 2004

Posto	Clientes ativos	Quant. de empreendedores cuja renda per capita é menor que US 1.00 por dia	Quant. de empreendedores cuja renda per capita é menor que US 2.00 por dia
Campina Grande	714	13	102
João Pessoa	496	21	82
Sousa	655	152	299
Guarabira	416	9	21
Monteiro	117	7	26
Total	2.398	202	530

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados filtrados do INFOCRED.

É consenso, nas instituições que trabalham com microcrédito, que os clientes não possuem acesso a financiamento em instituições financeiras. Este fato é constatado no CEAPE/PB, no qual apenas 31,2% dos empreendedores possuem conta corrente aberta em bancos públicos e/ou privados, existindo um maior destaque para os Bancos do Brasil e Bradesco.

Um dado interessante de ser registrado diz respeito à posse da moradia dos empreendedores, pois 82%, têm casa própria e apenas 18% moram em casa alugada e/ou cedida. Tal resultado deve-se ao fato de uma grande quantidade de empreendedores considerarem próprias as casas financiadas pela Companhia de Habitação Popular (CEHAP), apesar de não as terem quitado ainda.

5.2.3 – Características dos microcréditos

Quanto às características dos microcréditos ativos as informações levantadas mostram que:

- a) A modalidade de 86,51% dos microcréditos liberados foi de grupos solidários, e 13,49 % individual, com avalista;
- b) O valor médio dos créditos novos foi de R\$ 550,00;
- c) O valor médio dos créditos renovados correspondeu a R\$ 832,00;
- d) A segmentação dos créditos concedidos pelo setor de atividade econômica, apresenta-se da seguinte forma: comércio (87,81%), seguido pela produção (7,85)% e prestação de serviços (4,34%);
- e) A distribuição pelo volume de recursos, tem-se que: 80,88% foram feitos para créditos de até R\$ 1.000,00; 18,42% para créditos entre R\$ 1.001,00 e R\$ 3.000,00 e 0,70% para créditos com valores acima de R\$ 3.000,00.

5.3 Os efeitos do microcrédito

Neste item, serão apresentados os resultados dos testes econométricos, utilizando a técnica de dados em painel, no intuito de testar as hipóteses que o microcrédito contribui para o fortalecimento dos pequenos empreendimentos e para a melhoria das condições de vida dos empreendedores e de suas famílias. No modelo foram utilizados os dados do CEAPE/PB, no período de 01/01/01 a 31/12/04 e para definição da amostra, tomou-se como referência os empreendimentos atendidos no mês de janeiro de 2001.

Fizeram parte da amostra 56 empreendimentos, que conjuntamente tiraram 779 microcréditos no período supra mencionado. Foram formados quatro painéis, sendo um com 16 créditos, outro com 15 créditos, o penúltimo com 13 créditos e o último com 12 créditos. Em cada painel foram estimadas as seguintes equações: *ativo circulante*, *ativo fixo*, *patrimônio líquido*, para os empreendimentos, e as equações: *pró-labore* e *lucro líquido total*, para os empreendedores.

Importante salientar também, que 100% dos empreendimentos que compuseram a amostra, e para os quais as equações foram estimadas, receberam o microcrédito para a

ampliação do capital de giro, especialmente para a aquisição de mercadorias/produtos, para aumento ou diversificação dos estoques.

Para testar a hipótese do fortalecimento do empreendimento foram estimadas separadamente as variáveis: ativo circulante, ativo fixo e patrimônio líquido, como variáveis dependentes e o valor do microcrédito, como variável explicativa, nos modelos fixos e aleatórios. Todas as variáveis foram expressas em moeda corrente nacional e foram deflacionadas pelo Índice de Preços ao Consumidor por Atacado (IPCA), do IBGE, tomando como base o mês de dezembro de 2004.

Os resultados da estimação da equação econométrica (ACT_{it} , Mic_{it}), $i= 1, \dots, n$ e $t= 1, \dots, T$, em que ACT representa o ativo circulante e Mic o valor do microcrédito, estão resumidas na Tabela 14, abaixo:

Tabela 14 - Resultado da estimação do ativo circulante dos empreendimentos que receberam 16, 15, 13 ou 12 microcréditos - 2001-2004

Efeitos fixos								
	16 créditos		15 créditos		13 créditos		12 créditos	
	Coeficiente	Teste t	Coeficiente	Teste t	Coeficiente	Teste t	Coeficiente	Teste t
Mic	4,12	7,9700	7,31	5,8200	3,06	4,3200	2,80	4,3700
C	-126,91	-0,3000	-3.116,27	-2,1600	849,45	0,9200	2.685,51	2,8800
R ² within	0,2496		0,1711		0,0759		0,1275	
R ² between	0,5795		0,3647		0,1101		0,3307	
R ² overall	0,2567		0,1744		0,1010		0,2435	
F	63,52		33,85		18,64		19,14	
Número de Observações	208		180		247		144	
Efeitos aleatórios								
	16 créditos		15 créditos		13 créditos		12 créditos	
	Coeficiente	Teste z	Coeficiente	Teste z	Coeficiente	Teste z	Coeficiente	Teste z
Mic	4,20	8,44	7,54	6,13	3,12729	4,54	2,96596	4,75
C	-179,46	-0,44	-3369,18	-2,38	759,054	0,48	2445,05	1,68
R ² within	0,2496		0,1711		0,0759		0,1275	
R ² between	0,5795		0,3647		0,1101		0,3307	
R ² overall	0,2567		0,1744		0,101		0,2435	
Wald	71,16		37,59		20,61		22,57	
Teste de Hausman	0,36		4,62		0,43		3,09	
Número de Observações	208		180		247		144	

O modelo de efeitos fixos é o mais adequado para os painéis com 16, 13 e 12 microcréditos. A variável microcrédito mostrou-se altamente significativa, estatisticamente, para explicar variações na variável ativo circulante. De acordo com os painéis estimados, o incremento de um real no microcrédito aumenta de R\$ 2,80 a R\$ 4,12 o ativo circulante dos

empreendimentos. Essa alavancagem vai depender da rotatividade do ativo circulante durante o ano, pois de acordo com o modelo quanto menor for a periodicidade de um crédito para outro, maior é o incremento que o microcrédito pode ocasionar, verificando-se que no painel com 16 créditos os incrementos foram maiores que os com 13 e 12 microcréditos, respectivamente.

Simultaneamente, observa-se outra constatação importante. O poder explicativo do modelo quando os ciclos operacionais anuais são bem definidos, nos casos de 16 e 12 microcréditos, os coeficientes de correlação de Pearson, também conhecido como R^2 , corresponderam a 25,67% e 24,35%, respectivamente, em contraposição ao ciclo, que aparentemente podem ser para aproveitamento de oportunidades, de 13, em que, o R^2 representa 10,10%.

O teste F mostrou-se significativo para todos os períodos analisados (16, 13 e 12), uma vez que todos eles foram superiores ao F crítico, corroborando para inferir que o microcrédito explica a variação positiva do ativo circulante total dos empreendimentos apoiados.

O modelo de efeitos aleatório é o mais adequado para o painel com 15 créditos. A variável microcrédito também se mostrou altamente significativa para explicar variações no ativo circulante, inclusive com uma relação bastante superior que os painéis anteriormente comentados. Para cada um real de microcrédito, há um incremento de R\$ 7,54 no ativo circulante, mas o R^2 denota uma fraca explicação do modelo, 17,44%.

Os resultados obtidos, para a variável ativo circulante total, eram os esperados de acordo com a teoria econômica, pois à medida em que há um aumento no capital da empresa, através de financiamento para capital de giro, ocorre um aumento dos seus estoques.

No tocante à variável ativo fixo total, segundo a equação estimada (AFT_{it} , Mic_{it}), $i=1, \dots, n$ e $t=1, \dots, T$, em que AFT representa o ativo fixo e Mic o valor do microcrédito, o modelo de efeitos aleatórios é o que melhor explica variações no ativo fixo total para os painéis com 16, 13 e 12 microcréditos. A variável microcrédito apresentou-se significativa ao nível de significância de 5% para o painel com 16 microcréditos, nos demais ela não é significativa. O R^2 também se apresenta relativamente baixo 4,44%, 13,72 e 4,91% (Tabela 15), respectivamente. No painel com 15 períodos, a variável microcrédito apresentou-se estatisticamente significativa ao nível de 5%, mas o R^2 e no modelo de efeitos fixos, que é o melhor que explica, apresentou baixo poder explicativo, apenas 5,28%.

Nos demais painéis, com 13 e 12 períodos, a variável microcrédito apresentou-se estatisticamente insignificante, ou seja não explicando variações nos ativos fixos dos empreendimentos.

Os resultados obtidos, para a variável ativo fixo total, eram os esperados por dois aspectos: de um lado, pela própria amostra para as quais os créditos concedidos, terem sido exclusivamente para capital de giro, e por outro lado, devido às características dos empreendimentos atendidos pela instituição serem principalmente do setor de comércio, especialmente, o comércio de confecções e em sua maioria ambulantes, os quais não têm altos investimento no ativo fixo. Acredita-se que em amostras em que o crédito tenha sido utilizado em investimento fixo esse mesmo modelo deve apresentar resultado distinto do que aqui apresentado.

Tabela 15 - Resultado da estimação do ativo fixo dos empreendimentos que receberam 16, 15, 13 ou 12 microcréditos, no período de 2001-2004

EFEITOS FIXOS								
	16 créditos		15 créditos		13 créditos		12 créditos	
	Coefficiente	Teste t	Coefficiente	Teste t	Coefficiente	Teste t	Coefficiente	Teste t
mic	7,71	3,17	8,11	3,13	1,662267	1,02	4,008892	1,24
c	4488,15	2,24	8048,48	1,91	6129,41	2,85	12844,63	2,71
R ² within	0,0501		0,0565		0,0045		0,0115	
R ² between	0,2829		0,0071		0,3162		0,1202	
R ² overall	0,044		0,0528		0,1372		0,0491	
F	10,07		9,82		1,04		1,53	
Número de Observações	208		180		247		144	
EFEITOS ALEATÓRIOS								
	16 créditos		15 créditos		13 créditos		12 créditos	
	Coefficiente	Teste z	Coefficiente	Teste z	Coefficiente	Teste z	Coefficiente	Teste z
mic	7,19	3,08	7,88	3,15	3,229573	2,2	4,762471	1,59
c	4875,23	2,52	5923,25	2,06	4155,1	1,8	11776,36	0,22
R ² within	0,005		0,0565		0,0045		0,0115	
R ² between	0,2829		0,0071		0,3162		0,1202	
R ² overall	0,044		0,0528		0,1372		0,0491	
Wald	9,49		9,92		4,84		2,53	
Teste de Hausman	8,74		1,91		32,61		25,21	
Número de Observações	208		180		247		144	

A última variável analisada para testar o fortalecimento do empreendimento foi o patrimônio líquido (PL), como variável dependente e o microcrédito (Mic) como variável independente. O resultado da estimação é apresentado na Tabela 16, e dela podemos inferir que, tal como esperado, existe uma correlação positiva entre o patrimônio líquido e o microcrédito, pelo menos para os painéis com 16 e 15 créditos. O modelo de efeito aleatório é o que melhor explica o painel com 16 períodos, enquanto que o de efeito fixo explica o painel com 15 períodos. A variável microcrédito apresentou-se altamente significativa estatisticamente para explicar variações no patrimônio líquido nestes dois painéis, havendo

um incremento no patrimônio líquido dos empreendimentos da ordem de R\$ 11,66, no caso de 16 créditos, e de R\$ 14,33 para 15 créditos.

Para os demais painéis a variável microcrédito não se apresentou significativa, ao nível de 5%.

Tabela 16 - Resultado da estimação do patrimônio líquido dos empreendimentos que receberam 16, 15, 13 ou 12 microcréditos no período de 2001-2004

Efeitos Fixos								
	16 créditos		15 créditos		13 créditos		12 créditos	
	Coefficiente	Teste t	Coefficiente	Teste t	Coefficiente	Teste t	Coefficiente	Teste t
mic	11,66	4,75	14,36	4,84	4,69612	2,43	6,91814	2,13
c	4391,26	2,17	4902,19	1,01	6859,73	2,73	15049,4	3,18
R ² within	0,1057		0,1248		0,0254		0,0336	
R ² between	0,1142		0,0609		0,2443		0,2595	
R ² overall	0,0992		0,123		0,1578		0,1232	
F	22,58		23,39		5,92		4,56	
Número de Observações	208		180		247		144	
Efeitos Aleatórios								
	16 créditos		15 créditos		13 créditos		12 créditos	
	Coefficiente	Teste z	Coefficiente	Teste z	Coefficiente	Teste z	Coefficiente	Teste z
mic	11,1944	4,76	14,33	4,84	5,5931	3,06	8,05815	2,67
c	6706,46	2,43	3503,08	1,01	5715,21	1,72	13433,3	2,47
R ² within	0,1057		0,1248		0,0254		0,0336	
R ² between	0,1142		0,0609		0,2443		0,2595	
R ² overall	0,0992		0,123		0,1578		0,1232	
Wald	22,68		24,96		9,36		7,14	
Teste de Hausman	6,45		-67,83		4,53		63,66	
Número de Observações	208		180		247		144	

No intuito de testar a hipótese de que o microcrédito contribui para a melhoria da qualidade de vida, dos empreendedores e de suas famílias, o modelo foi estimado, tendo como variável dependente a renda monetária auferida pelo proprietário do empreendimento tomando como *proxys*, através das variáveis pró-labore e lucro líquido total. Todas as variáveis foram expressas em moeda corrente nacional e foram deflacionadas pelo IPCA, do IBGE, tomando como base o mês de dezembro de 2004.

Da equação econométrica do pró-labore, a estimação do modelo apresentou-se de forma altamente significativa estatisticamente (veja Tabela 17). O microcrédito contribui para o fortalecimento da retirada em três períodos analisados, excetuando o último em que a variável microcrédito é insignificante para explicar variações nas retiradas. Tal resultado não previsto no modelo pode ser proveniente da própria amostra ser pequena para

empreendedores que tiraram 12 créditos. Ou, ainda, porque alguns empreendedores alegam não retirarem nenhuma renda dos empreendimentos, no intuito de reinvestirem no mesmo.

O modelo de efeito fixo é o que mais explica os painéis com 16, 15 e 13 períodos. De acordo com o modelo a retirada dos empreendedores, com a utilização do microcrédito, aumenta de 9 a 26%. O poder explicativo do modelo para 16 créditos foi de 48,9%.

Tabela 17 - Resultado da estimação do pró-labore dos empreendedores que receberam 16, 15, 13 ou 12 microcréditos no período de 2001-2004.

Efeitos fixos								
	16 créditos		15 créditos		13 créditos		12 créditos	
	Coefficiente	Teste t	Coefficiente	Teste t	Coefficiente	Teste t	Coefficiente	Teste t
mic	0,263469	3,87	0,094779	3,76	0,206223	5,16	0,043	0,94
c	-8,6486	-0,39	158,45	3,86	52,19	1	239,96	3,56
R2 within	0,5019		0,0793		0,1049		0,0067	
R2 between	0,2721		0,6311		0,2173		0,0731	
R2 overall	0,489		0,0898		0,1705		0,0057	
F	192,42		14,12		26,61		0,88	
Número de Observações	208		180		247		144	
Efeitos Aleatórios								
	16 créditos		15 créditos		13 créditos		12 créditos	
	Coefficiente	Teste t	Coefficiente	Teste t	Coefficiente	Teste t	Coefficiente	Teste t
mic	0,27	14,09	0,107846	4,19	0,207015	5,61	0,198457	0,47
c	-6,59	-0,42	138,33	3,3	51,9	0,82	273,2	3,8
R2 within	0,5019		0,0793		0,1049		0,0067	
R2 between	0,2721		0,6311		0,2173		0,0731	
R2 overall	0,489		0,0898		0,1705		0,0057	
Wald	198,51		17,55		31,46		0,22	
Teste de Hausman	0,0047		-0,11		0,008		0,002	
Número de Observações	208		180		247		144	

Finalmente, a última estimação proposta neste trabalho foi a que a variável lucro líquido total assumiu a posição de variável dependente e o microcrédito a de variável independente. O microcrédito, assim como se esperava, explicou variações positivas no lucro líquido total do empreendedor (Tabela 18), o qual leva a afirmar que o microcrédito contribui para a melhoria da qualidade de vida dos empreendedores e de suas famílias através do aumento da renda para consumo.

Essa última equação foi a que constatou um impacto mais contundente do microcrédito, pois o R^2 variou 16,86% a 35,08%, sendo esse último o resultado do painel com 16 períodos, novamente justificado pela maior quantidade de ciclos operacionais. O teste F também se apresentou significativo para todos os períodos atestando que existe correlação

positiva entre o microcrédito e o lucro líquido total. O modelo de efeito aleatório é o adequado para todos os períodos analisados.

Tabela 18 - Resultado da estimação do lucro líquido total dos empreendedores que receberam 16, 15, 13 ou 12 microcréditos, no período de 2001-2004

Efeitos Fixos								
	16 créditos		15 créditos		13 créditos		12 créditos	
	Coefficiente	Teste t	Coefficiente	Teste t	Coefficiente	Teste t	Coefficiente	Teste t
mic	0,74	10,71	1,860347	5,72	1,405434	5,37	0,699453	4,78
c	221,26	3,86	-913,505	-2,44	-283,21	-0,83	112,2488	0,74
R2 within	0,3754		0,1663		0,0165		0,1483	
R2 between	0,1957		0,3487		0		0,2202	
R2 overall	0,3508		0,1686		0,0165		0,1564	
F	114,80		32,71		28,8		22,8	
Número de Observações	208		180		247		144	
Efeitos Aleatórios								
	16 créditos		15 créditos		13 créditos		12 créditos	
	Coefficiente	Teste t	Coefficiente	Teste t	Coefficiente	Teste t	Coefficiente	Teste t
mic	0,715531	10,55	1,931749	6,01	1,145702	4,8	0,63001	4,98
c	242,43	4,32	-1404,45	-2,68	48,19801	0,12	257,51	1,24
R2 within	0,3754		0,1663		0,1126		0,1483	
R2 between	0,1957		0,3487		0		0,2202	
R2 overall	0,3508		0,1686		0,0165		0,1564	
Wald	111,32		36,1		23,06		24,75	
Teste de Hausman	2,06		1,55		2,89		0,023	
Número de Observações	208		180		247		144	

Após todas essas explicações, conclui-se que outra estimação importante compatível com a teoria econômica, comprovada com os resultados econométricos apresentados neste trabalho, é a correlação positiva entre o microcrédito e a renda do empreendedor, denominadas de pró-labore e lucro líquido total, pois à medida que aumenta o ativo circulante dos empreendimentos, aumenta a possibilidade de aumento no faturamento bruto do empreendimento, e no aumento da massa de lucro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O microcrédito é uma prestação de serviços creditícios a empreendedores de baixa renda com a utilização de uma metodologia que inclui visita *in locus* e acompanhamento por pessoas especialmente treinadas para desempenhar tal tarefa. O mesmo está sendo difundido no Brasil e no mundo como um instrumento que pode contribuir para a redução da pobreza. Tal afirmação pode ser comprovada pela posição da Organização das Nações Unidas, ao registrar 2005 como o ano internacional do microcrédito.

Este trabalho confirmou a hipótese que o microcrédito contribui para o fortalecimento dos pequenos empreendimentos e da melhoria da qualidade de vida dos empreendedores e de suas famílias, através de um modelo econométrico, utilizando a técnica de dados em painéis, nos dados do CEAPE/PB.

Foram estimadas as equações de ativo circulante total, ativo fixo total e patrimônio líquido, separadamente, como variáveis dependentes e o valor do microcrédito como variável dependente, em quatro painéis balanceados. Pelos resultados estimados nos dados do CEAPE/PB, conclui-se que o microcrédito contribui para o fortalecimento dos empreendimentos através do aumento do ativo circulante e do patrimônio líquido.

Segundo os modelos testados, o fortalecimento do empreendimento ocorre através dos aumentos que o microcrédito proporciona no ativo circulante dos empreendimentos analisados. O incremento no ativo circulante ocorre, inicialmente, nos estoques como capital de terceiros que posteriormente aparece como capital próprio, no patrimônio líquido. Com o financiamento, os empreendedores aumentam os estoques, aumentando a possibilidade de maior faturamento e lucratividade, mas todo esse círculo está condicionado à rotatividade do capital de giro no empreendimento, conforme pode ser observado nos modelos estimados.

No tocante ao impacto social do microcrédito, no caso estudado, através da hipótese testada da melhoria da qualidade de vida dos empreendedores e de suas famílias, via aumento da renda monetária, o mesmo pode ser comprovado através das equações estimadas separadamente do pró-labore e do lucro líquido total, ambas apresentando o microcrédito como variável altamente significativa estatisticamente.

É importante salientar que o impacto social do microcrédito é muito maior que o impacto econômico nos empreendimentos, uma vez que atualmente é muito grande a quantidade de pessoas que vivem exclusivamente da renda gerada nos pequenos empreendimentos, especialmente aqueles que não apresentam nenhum registro, as chamadas atividades informais.

Conforme pode ser visto no decorrer deste trabalho, mais de 13,9 milhões de brasileiros vivem engajados em atividades informais, e, atualmente, este setor é o que ocupa mais pessoas. É o setor em que ocorre não apenas a reprodução do capital, mas essencialmente a reprodução da própria vida.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ACCION INTERNACIONAL. *Marco de ACCION para la evaluación de la pobreza*. Insight, nº.1, octubre, 2002.
- ACCION INTERNACIONAL. *Accion hallazgos del análisis de la pobreza*: Mibancol, Peru. Insight, nº.5, mayo, 2003.
- ACCION INTERNACIONAL. *Accion hallazgos del análisis de la pobreza*: SOGESOL, Haiti. Insight, nº. 8, octubre, 2003.
- ACCION INTERNACIONAL. *Accion hallazgos del análisis de la pobreza*: Bancosol, Bolívia. Insight, nº. 13, febrero, 2005.
- ALVES, Sergio Darcy da Silva & SOARES, Marden Marques. *Democratização do crédito no Brasil*: atuação do Banco Central. Banco Central do Brasil, atualizado em junho de 2004.
- BARONE, Francisco Marcelo, LIMA, Paulo Fernando, DANTAS, Valdi de Araújo REZENDE, Valéria. *Introdução ao microcrédito*. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.
- BLAUG, Mark. *História do pensamento econômico*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.
- BORGES, Berenice Lins Marcelino. *Simplificando a estatística*: coletânea de textos e exercícios didáticos. EDUEPB: Campina Grande, 2003.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. *Globalização, informalidade e mercado de trabalho*. *Anais do 2º encontro regional da ABET*, Vol 1. 1999, p;369-388.
- CAMARATTI, Ilka; SPINK, Peter. *Estratégias locais para redução da pobreza*: construindo a cidadania. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- CARVALHO, Carlos Eduardo & ABROMOVAY, Ricardo. *O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro*. In: SANTOS, Carlos Alberto (Org.). *Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas*: diagnósticos e perspectivas. Brasília: SEBRAE, 2004.
- CASTELLS, Manuel. *A era da informação*: economia, sociedade e cultura, a sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2003. Vol 1. Cap. 4, p; 265-356.
- CASTELLS, Manuel. *A era da informação*: economia, sociedade e cultura, fim de milênio. São Paulo: Paz e Terra, 2003. Vol 3. Cap. 2. p; 95-201.
- CEAPE NACIONAL. *Manual para operadores de microcrédito*: uma experiência do sistema CEAPE. Brasília, 2003.

- CORSEIUL, Carlos Henrique e SERVO, Luciana M. S. *Salário mínimo e bem-estar social no Brasil: uma resenha da literatura*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. Texto para discussão N.º 880.
- Estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- FRANCO, Augusto de. *Pobreza & desenvolvimento local*. Brasília: AED, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996.
- GUJARATI, Damodar N. *Econometria básica*. São Paulo: Makron books, 2001. Cap.1 p:3-20.
- GUIMARÃES, Flávio Romero. *Como fazer? diretrizes para a elaboração de trabalhos monográficos*. 2 ed. Campina Grande: EDUEPB, 2003.
- HUNT, E. K., *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- HUNT, E. K. e SHERMAN, Howard J., *História do Pensamento Econômico*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- IBGE. *Economia informal urbana 1997*.
- IBGE *Economia informal urbana 2003*.
- IBGE. *PNAD*. 2003.
- JAKOBSEN, Kjeld, *A dimensão do trabalho informal na América latina e no Brasil*. In: JAKOBSEN, Kjeld MARTINS, Renato e DOMBROWSKI, Osmir (Orgs.). *Mapa do trabalho informal: perfil sócio econômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- KRAYCHETE, Gabriel. In: KRAYCHETE, Gabriel e COSTA, Beatriz. *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- KUPFER, David & HASENCLEVER, Lia (Org). *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002. Cap. 25, p; 593-617.
- LAKATOS, Eva. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1995.
- LENINE, David M., BERENSON, Mark L. & STEPHAN, David. *Estatística: teoria e aplicações*. Rio de Janeiro: LTC, 2000. Cap. 1, p. 1-25.
- LUNA, Elba & SÁENZ, Maria Victoria. *Macro impacto com micro dinero: 25 años de apoyo a la microempresa*. Washigton: BID,2004.
- MADDALA, *Introdução a econometria*. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. Cap. 15, p. 308-317.
- MALAGUTTI, Manoel Luiz. *Crítica a razão informal: a imaterialidade do assalariado*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MATHIAS, Washington Franco & GOMES, José Maria. *Matemática financeira*. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

- MARQUES, Luis David. *Modelos dinâmicos com dados em painel: revisão de literatura*. Lisboa: CEMPRE, 2000. Dissertação.
- MELO, Hildete Pereira e TELES, Jorge Luiz. *Serviços e informalidade: o comércio ambulante do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Texto para discussão, nº 773.
- MONTAÑO, Carlos E. *Microempresa na era da globalização: uma abordagem crítica*. São Paulo: Cortez, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.
- PARENTE, Silvana. *Microfinanças: saiba como implantar e gerenciar uma organização de microcrédito*. Brasília: AED, 2002.
- PARENTE, Silvana. *Microfinanças: saiba o que é um banco do povo*. Brasília: AED, 2002.
- PASSOS, Alessandro Ferreira dos, PAIVA, Luis Henrique, GALIZA, Marcelo & COSTANZI, Rogério Nagamine. *Focalização, sustentabilidade e marco legal: uma revisão de literatura de microfinanças*. DISOC IPEA: in revista Mercado de Trabalho e análise. Ano 7, fevereiro de 2002. p. 41-62.
- PNUD. *Atlas de desenvolvimento humano*. 2003
- ROCHA, Sônia. In: *Pobreza no Brasil. O que há de novo no limiar do século XXI?*. Economia, Rio de Janeiro, v. 2, nº. 1, p. 73-106, jan/jun. 2001.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ROSS, Stephen A., JORDAN, Randolph W. & WESTERFIELD, Bradford. *Princípios de administração financeira*. 2ª.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. 12ª. ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2003..
- SANTOS, Antônio Raimundo dos. *Metodologia científica a construção do conhecimento*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- SANTOS, Carlos Alberto (Org.). *Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas*. Brasília: SEBRAE, 2004.
- SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 109-134.
- SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de. *A Economia solidária no Brasil: a auto gestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. 2^a. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SOARES, Ilton G. & CASTELAR, Ivan. *Econometria aplicada com o uso do Eviews*. Fortaleza: UFC/CAEN, 2003.

SOUZA, Aldemir do Vale & ARAÚJO, Tarcísio Patrício de. *Apoio a microempresas: limites do possível*. Recife: SUDENE/Editora Massananga, 1983.

SPINK, Peter. In: CAMARATTI, Ilka; SPINK, Peter. *Estratégias locais para redução da pobreza: construindo a cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

STOCK, James H. e WATSON, Mark W. *Econometria*. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

THEODORO, Mário. *As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil*. Brasília: IPEA, 2000. Texto para discussão, número 762.

VASCONCELOS, Marcos Antonio Sandoval de, GREMAUD, Amaury Patrick & JÚNIOR, Rudinei Toneto. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 1999.

VELLOSO, João Paulo dos Reis & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (Org.). *A nova geografia da fome e da miséria*. Ed. José Olympio: Rio de Janeiro, 2004.

YUNUS, Muhammad, JOLIS, Alan. *O Banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2001.

WELCH, Karen Horn & DEVANEY, Patricia Lee. *ACCION Poverty outreach findings & analysis: Mibanco, Peru*. Accion Internacional. 2003.

WELCH, Karen Horn & DEVANEY, Patricia Lee. *ACCION Poverty outreach findings & analysis: SOGESOL, Haiti*. Accion Internacional. 2003.

WERTHEIN, Jorge & NOLETO, Marlova Jovchelovitch (Org.) *Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social*. Brasília: UNESCO, 2003.

Acessos a Internet:

www.bc.gov.br IV seminário Banco Central de microfinanças, acesso em 20/06/05.

www.ibge.gov.br PNAD e IPCA, acesso em 22/08/05.

www.planetfinance.org.br Relatório de rating do CEAPE/PB, acesso em 20/08/04.

ANEXOS

ANEXO 1 – FICHAS UTILIZADAS PELO CEAPE/PB NO PROCESSO DE ANÁLISE DE CRÉDITO E UTILIZADAS DA BASE DOCUMENTAL NESTE TRABALHO

1.1 FICHA CADASTRAL

1.2 FICHA BÁSICA DA ATIVIDADE ECONOMICA – FIBAE

1.3 FORMULÁRIO DE ASSESSORIA



CEAPE/PB

Ficha Cadastral do Cliente

Código 0	Nome				
Grupo					
<input checked="" type="checkbox"/> Endereço Residencial, Rua				Cidade:	
Bairro			CEP	Fone	Contato
Ponto de Ref.					
Linha de Ônibus:			Parada de Ônibus:		
<input checked="" type="checkbox"/> Endereço de Correspondência				Cidade:	
Bairro			CEP	Ponto de Ref.	
<input checked="" type="checkbox"/> Endereço de Cobrança				Cidade:	
Bairro			CEP		
<input checked="" type="checkbox"/> CIC	RG:	Expedida por	Sexo	Estado Civil	
Nacionalidade	Naturalidade		UF	Dependentes	Renda Fam. Total
Nome do Pai			Nome da Mãe		
<input checked="" type="checkbox"/> Endereço Comercial onde trabalha					
Rua				Cidade:	
Bairro			CEP		
Ponto de Referência					
Fone		Fax		Cargo/Função	
Tempo de Serviço	Salário 0,00	Função	Profissão	CTPS	Tempo do Serviço
Tem outro Emprego e/ou Fonte de Renda? Qual?				Renda 0,00	Fone
<input checked="" type="checkbox"/> Nome do Conjuge ou Companheiro(a)					CIC
Onde Trabalha					
Rua				Cidade:	
Bairro			CEP	Fone	Fax
Tempo de Serviço	Salário 0,00	Função	Tem outro Emprego e/ou Fonte de Renda? Qual?		Renda 0,00
<input checked="" type="checkbox"/> Nome do 1º Amigo ou Parente			Endereço		
Nome do 2º Amigo ou Parente			Endereço		
<input checked="" type="checkbox"/> 1ª Referência Comercial				Contato	
2ª Referência Comercial				Contato	
<input checked="" type="checkbox"/> 1ª Referência Bancária				Agência	
Cidade:			UF	Contato	Fone
2ª Referência Bancária				Agência	
Cidade:			UF Lk	Contato	Fone
<p>Declaro serem verdadeiras as informações prestadas, responsabilizando-me na forma do Artigo nº. 299 do Código de Processo Civil.</p> <p>Declaro estar ciente da abertura do meu cadastro, autorizando esta empresa na abertura da respectiva ficha.</p> <p style="text-align: center;">GUARABIRA 3 de dezembro de 2004</p>					
				Assinatura	
Nome no SPC			Informação do SPC		
APÓS 30 DIAS DE ATRASO EM QUALQUER PARCELA O NOME SERÁ INCLUIDO NO SPC					



CEAPE/PB

FIBAE

CLIENTE _____ DATA _____ / _____ / _____

TÉCNICO _____

GERAL	VALOR PEDIDO R\$ _____	PRAZO DE PAGAMENTO _____ MESES
SETOR <input type="checkbox"/> COMÉRCIO <input type="checkbox"/> PRODUÇÃO <input type="checkbox"/> P. SERVIÇO	RAMO _____	ATIVIDADE _____
QUANDO COMEÇOU A ATUAR NO NEGÓCIO ATUAL? ____/____/____	QUANDO COMEÇOU A ATIVIDADE POR CONTA PRÓPRIA? ____/____/____	COMO ADQUIRIU O CAPITAL PARA INICIAR O NEGÓCIO PRÓPRIO? <input type="checkbox"/> ECONOMIAS <input type="checkbox"/> VEN. DE BENS <input type="checkbox"/> EMPRÉSTIMOS <input type="checkbox"/> FGTS <input type="checkbox"/> NEGÓCIO
ESCOLARIDADE <input type="checkbox"/> ANALFABETO <input type="checkbox"/> 1º INC. <input type="checkbox"/> 1º COMPLETO <input type="checkbox"/> 2º INC. <input type="checkbox"/> 2º COMPLETO <input type="checkbox"/> SUP. INC. <input type="checkbox"/> SUP. COMP. <input type="checkbox"/> PÓS GRAD.	Nº DE DEPENDENTES <input type="text"/> Nº DE CRIANÇAS NA ESCOLA <input type="text"/>	CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA <input type="checkbox"/> SOBREVIVÊNCIA <input type="checkbox"/> AC. SIMPLES <input type="checkbox"/> AC. AMPLIADA
IMÓVEL RESIDENCIAL <input type="checkbox"/> PRÓPRIO <input type="checkbox"/> ALUGADO <input type="checkbox"/> CEDIDO <input type="checkbox"/> FINANCIADO	IMÓVEL COMERCIAL PRÓPRIO <input type="text"/> ALUGADO <input type="text"/> CEDIDO <input type="text"/> FINANCIADO <input type="text"/>	TIPO DE REGISTRO NA EMPRESA <input type="checkbox"/> SEM CNPJ <input type="checkbox"/> MICROEMP. <input type="checkbox"/> AC. AMPLIADA
		LUCRO BRUTO ESTIMADO % <input type="text"/>
		PESSOAS OCUPADAS (INCLUIR PE) <input type="text"/>
		SALÁRIO C/ CARTEIRA ASSINADA <input type="text"/>
		SÁLARIO S/ CARTEIRA ASSINADA <input type="text"/>

COMPRAS / VENDAS

CONTROLES UTILIZADOS CLIENTES <input type="text"/> FORNECEDORES <input type="text"/> CUSTOS <input type="text"/> ESTOQUES <input type="text"/>	COMPRAS VALOR: R\$ _____ COMPRAS <input type="text"/> VENDAS <input type="text"/> COMPRAS <input type="text"/> CAIXA <input type="text"/>	COMO REALIZAR SUAS COMPRAS? VAREJO: <input type="text"/> ATACADO <input type="text"/> FÁBRICAS <input type="text"/> PRODUTOR <input type="text"/> V/C - À PRAZO - À VISTA	COMO REALIZA SUA VENDAS? À VISTA R\$ _____ DE 1 À 30 DIAS _____ DE 30 À 60 DIAS _____ MAIS DE 60 DIAS _____
NÃO TEM - PRECÁRIO - SATISFATÓRIO - BOM			

SAZONALIDADE DO PRODUTO

JAN	<input type="text"/>	MAIO	<input type="text"/>	SET	<input type="text"/>
FEV	<input type="text"/>	JUN	<input type="text"/>	OUT	<input type="text"/>
MAR	<input type="text"/>	JUL	<input type="text"/>	NOV	<input type="text"/>
ABR	<input type="text"/>	AGO	<input type="text"/>	DEZ	<input type="text"/>

RUIM - NORMAL - BOM



GEAPE/PI

BALANÇO

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

DISPONÍVEL

À RECEBER

MAT. PRIMA/MERCADORIA

PROD. ACABADO

PROD. EM PROCESSO

REAL. LONGO PRAZO

TOTAL

ATIVO FIXO

INSTALAÇÕES

MÓV. E UTENSÍLIOS

MAQ. E EQUIPAMENTOS

VEÍCULOS

IMÓVEIS

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

FONECEDOR

CONTAS A PAGAR

TRIBUTOS

EMPRÉSTIMOS

ADIANT. DE CLIENTES

EXIG. A LONGO PRAZO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SUBSÍDIOS

INTEGRALIZAÇÃO

RESERVAS

PRAZO MÉDIO

DIAS

DIAS

RESULTADOSDISCRIMINAÇÃO DO
ATIVO FIXO:

RECEITAS / VENDAS

VENDAS À VISTA

VENDAS À PRAZO

CUSTOS

FIXOS

VARIÁVEIS

MARGEM BRUTA

DESPESAS

ADMINISTRATIVAS

VENDAS

TRIBUTÁRIAS

FINANCEIRAS

RET. PRÓ-LABORE

LUCRO LÍQUIDO



CEAPE/PI

AVALIAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DO CLIENTE A B C D E F

VALOR TOTAL DE CRÉDITO _____

VALOR MÁX. POR CATEGORIA DE CRÉDITO

CAP. GIRO:

CRÉDITO RELÂMPAGO:

POR CPF:

ATIVO FIXO:

CHEQUES:

AVALIAÇÃO SUBJETIVA DO TÉCNICO

TRANSPARÊNCIA NAS INFORMAÇÕES	<input type="checkbox"/> BAIXA	<input type="checkbox"/> MÉDIA	<input type="checkbox"/> ALTA
VONTADE DE CRESCER	<input type="checkbox"/> BAIXA	<input type="checkbox"/> MÉDIA	<input type="checkbox"/> ALTA
MOVIMENTO NO LOCAL DE ATIVIDADE	<input type="checkbox"/> BAIXA	<input type="checkbox"/> MÉDIA	<input type="checkbox"/> ALTA
CONCORRÊNCIA NO LOCAL DA ATIVIDADE	<input type="checkbox"/> BAIXA	<input type="checkbox"/> MÉDIA	<input type="checkbox"/> ALTA
DIST. ENTRE RES. E TRABALHO	<input type="checkbox"/> MESMO LOCAL	<input type="checkbox"/> 50-500m	<input type="checkbox"/> >500m
DIST. ENTRE CLIENTES E AVAL. OU NEG. DO GRUPO	<input type="checkbox"/> MESMO LOCAL	<input type="checkbox"/> 50-500m	<input type="checkbox"/> >500m
CONHEC. CLIENTE/AVAL. OU ENTRE MEM. DO GRUPO	<input type="checkbox"/> BAIXA	<input type="checkbox"/> MÉDIA	<input type="checkbox"/> ALTA
CONF. CLIENTE/AVAL. OU ENTRE MEM. DO GRUPO	<input type="checkbox"/> BAIXA	<input type="checkbox"/> MÉDIA	<input type="checkbox"/> ALTA

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO TÉCNICO

ANEXO 2 – DADOS UTILIZADOS DA BASE DE DADOS DO CEAPE/PB PARA RODAR OS MODELOS ECONÔMICOS.

TABELA 1 – DADOS DOS EMPREENDIMENTOS QUE RECEBERAM 16 CRÉDITOS NO CEAPE/PB.

Período	Cliente	Valores em R\$ 1, 00					
		Valor do Microcrédito	Ativo Circulante	Ativo Fixo	Patrimônio Líquido	Pró Labore	Lucro Líquido Total
1	1	1000	820	4000	4820	120	1420
2	1	1000	820	4000	4820	120	1420
3	1	1000	820	4000	4820	120	1420
4	1	1000	820	4000	4820	120	1420
5	1	1000	820	4000	4820	120	1420
6	1	1000	820	4000	4820	120	1420
7	1	1000	820	4000	4820	120	1420
8	1	1000	820	4000	4820	120	1420
9	1	1000	820	4000	4820	120	1420
10	1	1000	820	4000	4820	200	1320
11	1	1000	820	4000	4820	200	1320
12	1	1000	850	4000	4850	200	1320
13	1	1000	850	4000	4850	200	1320
14	1	1000	1150	4000	5150	400	720
15	1	1000	1150	4000	5150	400	720
16	1	1000	1100	4000	4720	250	940
1	2	1900	3200	250	3450	250	2145
2	2	1900	3200	250	3450	250	2145
3	2	2000	3200	250	3450	250	2145
4	2	2200	10600	30250	40350	800	1340
5	2	2300	5800	31300	37100	800	2540
6	2	2300	9800	31300	40600	800	1860
7	2	2300	9400	31300	40100	800	1860
8	2	2300	9400	31300	40100	800	1860
9	2	2300	9250	31300	39950	800	1860
10	2	2300	9500	31300	40300	500	1360
11	2	2300	9200	31300	40100	500	1360
12	2	2300	9130	31300	39930	500	1360
13	2	2300	9150	31300	40000	500	1360
14	2	2300	9450	31300	40400	500	2110
15	2	2500	9450	31300	40400	500	2110
16	2	2700	9450	31300	40400	500	2110
1	3	1300	4500	70000	74000	200	2960
2	3	1300	4500	70000	74000	200	2960
3	3	1250	5430	70000	75070	300	1760
4	3	1300	6100	70000	75720	600	1460
5	3	1500	6200	70000	75800	600	1460
6	3	1300	6200	70000	75800	600	1460
7	3	1300	6200	70000	75800	600	1460
8	3	1300	6200	70000	75800	600	1460
9	3	1300	6200	70000	75800	500	1360
10	3	1300	6250	70000	75930	500	1360

continua

continuação

Valores em R\$ 1,00							
Período	Cliente	Microcrédito	Ativo Circulante	Ativo Fixo	Patrimônio Líquido	Pró-labore	Lucro Líquido Total
11	3	1300	6250	70000	75930	500	1360
12	3	1300	6250	70000	75930	500	1360
13	3	1300	5200	15000	19880	400	1200
14	3	1300	5200	15000	20000	400	1200
15	3	1300	5750	15000	20450	400	1180
16	3	1300	5750	15000	20450	400	1180
1	4	1800	4200	7500	11700	400	1610
2	4	2000	3200	8500	11700	200	1780
3	4	2000	3200	8500	11700	200	1125
4	4	2000	3200	8500	11700	200	1120
5	4	1000	3200	8500	11700	200	1120
6	4	1000	3300	3500	6800	200	1100
7	4	1000	3300	3500	6800	200	1100
8	4	1000	5500	2500	8000	300	1858
9	4	1000	4400	2500	6900	500	1458
10	4	1700	4800	10500	15300	500	2358
11	4	1500	4300	10500	14800	500	1830
12	4	2000	4500	10500	15000	500	1430
13	4	2000	4500	14500	19000	400	1450
14	4	2000	4500	22500	27000	400	1530
15	4	2000	5200	22500	27700	400	1515
16	4	2000	7500	22500	30000	400	1565
1	5	1200	1013	0	1013	0	460
2	5	1200	1013	0	1013	0	460
3	5	1200	1013	0	1013	0	460
4	5	1200	1013	0	1013	0	460
5	5	1200	1013	0	1013	0	460
6	5	800	1013	0	1013	0	460
7	5	800	1013	0	1013	100	660
8	5	800	1013	0	1013	100	660
9	5	800	1013	0	1013	100	660
10	5	800	1013	0	1013	100	660
11	5	800	1013	0	1013	100	660
12	5	800	1013	0	1013	100	660
13	5	800	1280	40000	41080	200	560
14	5	800	1780	40000	41580	200	710
15	5	800	1780	40000	41580	200	710
16	5	800	1780	40000	41580	200	710
1	6	1000	1100	3000	4000	150	435
2	6	1000	1100	3000	4000	150	435
3	6	1000	1100	3000	4000	150	435
4	6	1000	1100	3000	4000	150	435
5	6	1000	1100	3000	4000	150	435
6	6	800	1100	3000	4000	150	435
7	6	800	1100	3000	4000	150	685
8	6	800	1100	3000	4000	150	685

continua

continuação

Valores em R\$ 1,00							
Período	Cliente	Valor do Microcrédito	Ativo Circulante	Ativo Fixo	Patrimônio Líquido	Pró-labore	Lucro Líquido Total
9	6	800	1100	3000	4000	150	685
10	6	800	1100	3000	4000	150	685
11	6	800	1100	3000	4000	150	685
12	6	800	1100	3000	4000	150	685
13	6	800	1100	5000	5980	150	630
14	6	800	1400	5000	6280	150	630
15	6	800	1400	5000	6280	150	630
16	6	800	1400	5000	6280	150	630
1	7	350	130	750	880	150	180
2	7	400	130	750	880	150	180
3	7	400	130	750	880	150	180
4	7	300	860	11500	12360	50	350
5	7	400	860	11500	12360	50	350
6	7	400	860	11500	12360	50	350
7	7	450	860	11500	12360	50	350
8	7	500	750	0	750	50	400
9	7	600	700	0	700	150	450
10	7	600	850	0	850	150	500
11	7	600	1000	0	1000	150	600
12	7	700	1150	0	1150	150	550
13	7	750	1300	0	1300	150	450
14	7	800	820	750	1570	200	770
15	7	800	970	750	1720	100	500
16	7	1000	1420	750	2170	100	400
1	8	900	6500	2500	9000	100	740
2	8	900	6500	2500	9000	100	740
3	8	900	6500	2500	9000	100	740
4	8	900	6500	2500	9000	100	740
5	8	900	6500	2500	9000	100	740
6	8	800	6500	2500	9000	100	740
7	8	800	6500	2500	9000	100	840
8	8	800	6500	2500	9000	100	840
9	8	800	6500	2500	9000	100	840
10	8	800	6500	2500	9000	100	840
11	8	800	6500	2500	9000	100	840
12	8	700	6500	2500	9000	100	840
13	8	800	4200	17500	21700	100	510
14	8	800	5000	17500	22300	180	610
15	8	800	5000	17500	22300	180	610
16	8	800	5000	17500	22300	180	610
1	9	900	11270	0	10754	300	2240
2	9	900	11270	0	10754	300	2240
3	9	1000	11270	0	10754	300	2240
4	9	1200	10280	0	10144	600	1340
5	9	1300	10280	0	10144	600	1340
6	9	1300	10280	0	10144	600	1340
7	9	1300	10150	0	10150	600	1340

continua

continuação

Valores em R\$ 1,00							
Período	Cliente	Valor do Microcrédito	Ativo Circulante	Ativo Fixo	Patrimônio Líquido	Pró-labore	Lucro Líquido Total
8	9	1300	10150	0	10150	600	1340
9	9	1300	10180	0	9930	600	1340
10	9	1300	12400	0	10480	250	1250
11	9	1300	25600	0	23600	600	2390
12	9	1100	25450	0	24100	600	2390
13	9	1300	19900	0	18600	600	2390
14	9	1300	20300	0	18800	600	2690
15	9	1300	20300	0	18800	600	2690
16	9	1600	20300	0	18800	600	2690
1	10	750	2250	28000	30000	200	600
2	10	800	2250	28000	30000	200	600
3	10	850	3700	16650	20130	300	2425
4	10	1000	3700	16650	20130	300	2425
5	10	1000	3700	15000	18700	300	1765
6	10	1000	3700	15000	18700	300	1765
7	10	1000	3700	15000	18700	300	1765
8	10	1000	3700	15000	18700	300	1765
9	10	1000	3700	15000	18700	300	1765
10	10	1300	2200	27000	29054	0	1520
11	10	1400	3600	20550	24150	550	700
12	10	1500	5800	20550	26050	550	600
13	10	1200	4300	20550	24748	550	950
14	10	1500	7300	20550	27850	450	695
15	10	1500	7300	20550	27850	450	695
16	10	2000	7300	17000	24299	500	1130
1	11	750	1670	14000	15670	200	830
2	11	800	1670	14000	15670	200	830
3	11	850	5250	19000	24250	400	2430
4	11	1000	5250	19000	24250	400	2430
5	11	1000	5300	22000	27300	300	1000
6	11	1000	5300	22000	27300	300	1000
7	11	1000	5300	22000	27300	300	1000
8	11	1000	5300	22000	27300	300	1000
9	11	1000	5300	22000	27300	300	1000
10	11	1100	5200	0	5200	500	1400
11	11	1100	4500	3500	8000	500	1500
12	11	1200	2700	3500	6200	400	1500
13	11	1200	4700	3500	8200	500	850
14	11	1200	2500	3500	6000	500	1240
15	11	1200	7500	3500	11000	500	885
16	11	1500	6800	10000	16799	400	1040
1	12	300	512	40000	40512	160	432
2	12	300	512	40000	40512	160	432
3	12	400	512	40000	40512	160	432
4	12	400	512	40000	40512	160	432
5	12	400	512	40000	40512	160	432
6	12	400	200	40000	40200	100	630

continua

continuação

Valores em R\$ 1,00							
Período	Cliente	Valor do Microcrédito	Ativo Circulante	Ativo Fixo	Patrimônio Líquido	Pró-labore	Lucro Líquido Total
7	12	400	855	20600	21455	160	402
8	12	400	812	20000	20712	160	482
9	12	400	812	20000	20712	160	482
10	12	400	812	20000	20712	160	482
11	12	500	1950	0	1950	200	740
12	12	300	600	400	1000	60	168
13	12	400	895	400	1295	30	272
14	12	500	520	400	920	100	417,5
15	12	500	455	3000	3455	60	275
16	12	500	775	3000	3774	50	262
1	13	300	1400	26000	27400	150	600
2	13	300	1400	26000	27400	150	600
3	13	400	1200	24100	25300	150	800
4	13	400	1200	24100	25300	150	800
5	13	400	850	24000	24850	150	1150
6	13	400	1100	24000	25100	0	1150
7	13	400	1100	24000	25100	0	1150
8	13	400	1100	24000	25100	0	1150
9	13	400	1100	24000	25100	0	1150
10	13	400	1100	24000	25100	0	1150
11	13	400	2080	6000	8080	200	990
12	13	300	1100	0	1100	200	351
13	13	400	400	0	330	100	350
14	13	400	480	2000	2480	100	285
15	13	500	950	3200	4150	50	310
16	13	500	1450	3200	4649	80	350

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados filtrados do INFOCRED.

TABELA 2 – DADOS DOS EMPREENDIMENTOS QUE RECEBERAM 15 CRÉDITOS NO CEAPE/PB.

Período	Cliente	Valores em R\$ 1,00					Lucro Líquido Total
		Valor do Microcrédito	Ativo Circulante	Ativo Fixo	Patrimônio Líquido	Pró-labore	
1	1	900	1600	0	1600	100	530
2	1	900	1600	0	1600	100	530
3	1	950	1600	0	1600	100	530
4	1	1000	1600	0	1600	100	530
5	1	1000	1600	0	1600	100	530
6	1	1000	1600	0	1600	100	530
7	1	1000	1600	0	1600	100	530
8	1	800	1600	0	1600	100	530
9	1	800	1600	0	1600	100	530
10	1	800	1600	0	1600	100	530
11	1	1000	1600	0	1600	100	530
12	1	1000	2100	0	2100	200	530
13	1	1100	1800	0	1800	200	750
14	1	1100	1800	0	1800	200	800
15	1	1200	1800	0	1800	200	800
1	2	800	3000	6500	9270	150	680
2	2	800	3000	6500	9270	150	680
3	2	850	3000	6500	9270	150	680
4	2	1000	2950	20000	22870	200	780
5	2	1000	2950	20000	22870	200	780
6	2	1000	2950	20000	22870	200	780
7	2	1000	2950	20000	22870	200	780
8	2	500	2950	20000	22870	200	580
9	2	800	2950	20000	22870	200	580
10	2	700	2950	20000	22870	200	580
11	2	1000	2950	20000	22870	200	580
12	2	1000	2950	20000	22870	200	580
13	2	1100	3600	20000	23520	200	880
14	2	1100	3600	20000	23520	200	930
15	2	1200	3600	20000	23520	200	930
1	3	800	7400	17000	24400	300	790
2	3	800	7400	17000	24400	300	790
3	3	800	7400	17000	24400	300	790
4	3	800	7800	17000	24800	300	850
5	3	900	7800	17000	24800	300	850
6	3	900	7800	17000	24800	300	850
7	3	900	7800	17000	24800	300	850
8	3	950	7800	17000	24800	300	850
9	3	1000	7800	17000	24800	300	850
10	3	1000	7800	17000	24800	300	850
11	3	1000	7800	17000	24800	300	850
12	3	1000	7800	17000	24800	300	850
13	3	750	7800	17000	24800	300	750
14	3	1000	8800	17000	25600	300	680
15	3	1000	8800	17000	25600	300	680

continua

continuação

Valores em R\$ 1,00							
Período	Cliente	Valor do Microcrédito	Ativo Circulante	Ativo Fixo	Patrimônio Líquido	Pró-labore	Lucro Líquido Total
1	4	800	4400	0	4400	70	1110
2	4	800	4400	0	4400	70	1110
3	4	800	4400	0	4400	70	1110
4	4	850	4500	0	4500	180	940
5	4	900	4500	0	4500	180	940
6	4	900	4500	0	4500	180	940
7	4	900	4500	0	4500	180	940
8	4	950	4500	0	4500	180	940
9	4	1000	4500	0	4500	180	940
10	4	1000	4500	0	4500	180	940
11	4	1000	4500	0	4500	180	940
12	4	1000	4500	0	4500	180	940
13	4	1000	5500	1500	7000	300	1050
14	4	1000	5350	1500	6700	300	1000
15	4	1000	5350	1500	6700	300	1000
1	5	1000	1900	10500	12320	0	265
2	5	1000	1900	10500	12320	0	265
3	5	1000	1900	10500	12320	0	265
4	5	1000	4000	15000	18920	50	610
5	5	1000	4000	15000	18920	50	610
6	5	1000	4000	15000	18920	50	610
7	5	1000	4000	15000	18920	50	610
8	5	1000	4000	15000	18920	50	510
9	5	1000	4000	15000	18920	50	510
10	5	1000	4000	15000	18920	150	610
11	5	1000	4000	15000	18920	150	610
12	5	1000	3300	15000	18220	150	610
13	5	1000	3300	15000	18220	150	610
14	5	600	2600	15000	17520	200	610
15	5	500	2300	15000	17220	200	610
1	6	1800	2400	15000	17400	100	1100
2	6	1800	2400	15000	17400	100	1100
3	6	1800	2400	15000	17400	100	1100
4	6	1800	2400	15000	17400	100	1100
5	6	1800	2400	15000	17400	100	1100
6	6	1600	2400	15000	17400	100	1100
7	6	1600	2400	15000	17400	100	1000
8	6	1600	2400	15000	17400	100	1000
9	6	1600	2400	15000	17400	100	1100
10	6	1600	2400	15000	17400	100	1100
11	6	1600	2400	15000	17400	100	1100
12	6	1600	2400	15000	17400	100	1100
13	6	1600	2400	15000	17400	100	1100
14	6	1600	3000	30000	31500	250	1250
15	6	1500	3000	30000	31500	250	1250
1	7	2000	8000	31000	39000	300	-1500

continua

continuação							
Valores em R\$ 1,00							
Período	Cliente	Valor do Microcrédito	Ativo Circulante	Ativo Fixo	Patrimônio Líquido	Pró-labore	Lucro Líquido Total
2	7	2000	5030	31000	36030	320	1820
3	7	2000	5350	31000	36350	400	1620
4	7	2000	4100	31000	35100	400	2200
5	7	2000	5000	31000	36000	550	2500
6	7	2000	6200	40712	46762	200	2400
7	7	2000	10250	40712	50775	200	2702
8	7	2000	15400	112	14512	200	3921
9	7	2000	12400	112	11512	300	2921
10	7	2000	11350	112	10362	600	2821
11	7	2000	33000	10112	39112	600	1421
12	7	2500	32500	10112	38612	600	5591
13	7	2500	22500	40112	56912	500	10100
14	7	1500	70100	40112	102407	500	20860
15	7	2000	40000	40112	75112	1000	5860
1	8	1000	4600	23000	27600	300	740
2	8	1000	7017	23000	30017	200	880
3	8	1000	5830	23000	28830	200	960
4	8	1000	3500	23000	26500	200	260
5	8	1000	3500	23000	26500	200	260
6	8	1000	3100	23000	26100	200	760
7	8	1000	3100	23000	26100	200	760
8	8	1000	3600	23000	26300	200	760
9	8	1000	4300	13000	17000	200	1060
10	8	1000	4700	13000	17400	500	1560
11	8	1000	5700	13000	18300	500	1560
12	8	1000	4400	13000	17000	500	1560
13	8	1200	4500	13000	17500	300	1280
14	8	1200	5000	13000	18000	400	1360
15	8	1200	6000	13000	18500	450	1300
1	9	800	1850	4500	6350	150	40
2	9	800	1850	4500	6350	150	40
3	9	800	1650	4500	6150	150	390
4	9	800	1650	4500	6150	150	390
5	9	800	1650	4500	6150	150	390
6	9	800	1400	4500	5900	150	590
7	9	800	1400	4500	5900	150	590
8	9	800	1030	4500	5380	150	590
9	9	1000	1030	4500	5380	150	590
10	9	1000	1200	4500	5550	200	590
11	9	1000	1160	4500	5560	200	590
12	9	1000	1850	4500	6250	300	740
13	9	1000	2200	4500	6600	300	800
14	9	1100	2500	4500	6850	300	750
15	9	1100	2820	4500	7140	300	870
1	10	600	970	19500	20350	150	685
2	10	600	970	19500	20350	150	685
3	10	600	2200	33800	36000	300	1040

continua

continuação

Período	Cliente	Valores em R\$ 1,00					
		Valor do Microcrédito	Ativo Circulante	Ativo Fixo	Patrimônio Líquido	Pró-labore	Lucro Líquido Total
4	10	800	2200	33800	36000	300	1040
5	10	600	2200	33800	36000	300	1040
6	10	700	2200	33800	36000	300	1040
7	10	700	2000	1000	2850	300	1100
8	10	600	2000	1000	2850	300	1100
9	10	1000	2800	1000	3650	300	970
10	10	1000	3100	1000	3950	300	820
11	10	1000	4250	1000	5100	300	1170
12	10	1000	4800	1000	5650	250	1250
13	10	1200	4400	4000	8250	250	1580
14	10	1200	4400	4000	8250	250	1580
15	10	1000	4400	4000	8250	250	1580
1	11	1000	3400	42000	45370	0	750
2	11	1000	3400	42000	45370	0	750
3	11	1000	3400	42000	45370	0	750
4	11	1000	4000	42000	45880	20	604
5	11	1000	4000	42000	45880	20	604
6	11	1000	4000	42000	45880	20	604
7	11	1000	4000	42000	45880	20	604
8	11	1000	4000	42000	45880	20	604
9	11	1000	4000	42000	45880	20	604
10	11	1000	4100	42000	45980	20	554
11	11	1000	4100	42000	45980	20	554
12	11	1000	4100	42000	45980	150	554
13	11	1000	3600	42000	45600	200	754
14	11	1000	3600	42000	45600	200	754
15	11	1000	2700	42000	44700	200	654
1	12	700	2850	5000	7850	300	720
2	12	700	2850	5000	7850	300	720
3	12	750	2850	5000	7850	300	720
4	12	800	3200	5500	8700	300	770
5	12	900	3200	5500	8700	300	770
6	12	1000	3200	5500	8700	300	770
7	12	1000	3200	5500	8700	300	970
8	12	1000	3200	5500	8500	300	970
9	12	1000	3200	5500	8500	300	970
10	12	1000	3200	5500	8500	300	970
11	12	1000	3200	5500	8500	300	970
12	12	500	3200	5500	8500	300	970
13	12	1000	3200	5500	8500	300	1150
14	12	1000	3600	5500	8900	300	1150
15	12	1000	3600	5500	8900	300	1150

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados filtrados do INFOCRED.

TABELA 3 – DADOS EMPREENDEMENTOS QUE RECEBERAM 13 CRÉDITOS NO CEAPE/PB.

Cliente	Período	Valores em R\$ 1, 00					Lucro Líquido Total
		Valo do Microcrédito	Ativo Circulante	Ativo Fixo	Patrimônio Líquido	Pró-labore	
1	1	1200	1378	0	1378	200	600
1	2	1200	1378	0	1378	200	600
1	3	1200	1378	0	1378	200	600
1	4	1200	3158	10000	13158	300	700
1	5	1100	2900	13400	16300	300	3300
1	6	1100	2900	13400	16300	300	3300
1	7	1200	5400	13400	17000	600	1895
1	8	1200	3800	13400	17140	600	1045
1	9	1200	3750	13400	17090	600	1045
1	10	1200	3600	13400	16900	600	1045
1	11	1000	2700	13400	16000	200	800
1	12	1000	2700	13400	16000	200	800
1	13	1400	2700	13400	16000	200	800
2	1	700	2817	0	2757	100	1125
2	2	1000	2817	0	2757	100	1125
2	3	1000	2817	0	2757	100	1125
2	4	1000	2817	0	2757	100	1125
2	5	1000	2817	0	2757	100	1000
2	6	1000	2817	0	2757	100	1000
2	7	1200	2817	0	2757	100	1425
2	8	1200	2817	0	2757	100	1425
2	9	1300	2817	0	2757	100	1425
2	10	1300	2817	0	2757	100	1425
2	11	1500	2817	0	2757	100	1425
2	12	1300	3917	5000	8767	100	900
2	13	1200	3917	5000	8767	100	900
3	1	1000	6600	13300	19900	100	1180
3	2	1000	6600	13300	19900	100	1180
3	3	1000	6600	13300	19900	100	1180
3	4	1000	6600	13300	19900	100	1180
3	5	600	6600	13300	19900	100	1180
3	6	600	6600	13300	19900	100	1180
3	7	1000	6600	13300	19900	100	1180
3	8	1000	6600	13300	19900	100	1180
3	9	1000	4100	13300	17400	300	1100
3	10	1000	4100	13300	17400	300	1100
3	11	1000	4100	13300	17400	300	1100
3	12	1000	4100	13300	17400	300	1100
3	13	1000	4750	13300	17850	300	1080
4	1	1000	1700	13000	14700	250	685
4	2	1000	1700	13000	14700	250	685

continua

continuação

Cliente	Período	Valores em R\$ 1, 00					Lucro Líquido Total
		Valor do Microcrédito	Ativo Circulante	Ativo Fixo	Patrimônio Líquido	Pró-labore	
4	3	1000	1700	13000	14700	250	685
4	4	600	730	6000	6730	200	525
4	5	1000	730	6000	6730	200	525
4	6	1000	730	6000	6730	200	525
4	7	1000	730	6000	6730	200	525
4	8	1000	730	6000	6730	200	525
4	9	1000	6500	6000	12500	250	1000
4	10	1000	6500	6000	12500	250	1000
4	11	1000	3600	6000	8800	240	1320
4	12	1000	3600	6000	8800	240	1320
4	13	1000	3600	6000	9100	240	1270
5	1	1000	3500	7500	10820	160	704
5	2	1000	3500	7500	10820	160	704
5	3	1000	3500	7500	10820	160	704
5	4	1000	2070	6000	8070	160	2980
5	5	1000	2070	6000	8070	160	2980
5	6	1000	2070	6000	8070	160	2980
5	7	1000	2070	6000	8070	160	2980
5	8	1000	2070	6000	8070	160	2980
5	9	1000	2500	6000	8500	350	780
5	10	1000	2500	6000	8500	350	780
5	11	1000	2500	6000	8500	350	980
5	12	1000	2500	6000	8500	350	980
5	13	1000	2500	6000	8300	350	980
6	1	800	700	5000	5700	300	368
6	2	800	750	5000	5750	151	368
6	3	800	750	5000	5750	151	368
6	4	1000	1300	6000	6800	100	400
6	5	1000	1300	6000	6800	100	400
6	6	1000	1300	6000	6800	100	400
6	7	1100	1300	6000	6800	200	650
6	8	1200	1300	6000	6800	200	650
6	9	1300	1300	6000	6800	200	650
6	10	1200	1300	6000	6800	200	650
6	11	1400	2250	6000	7750	200	790
6	12	1500	2250	6000	7750	250	950
6	13	1500	2250	6000	7750	250	950
7	1	1500	2250	4500	6750	250	1260
7	2	1500	2250	4500	6750	250	1260
7	3	1500	2600	1500	3954	240	715
7	4	1500	2600	1500	3954	250	1350
7	5	1500	2200	15350	17550	240	1071
7	6	2000	2290	15350	17340	240	1751
7	7	2000	5800	15350	21150	300	1330
7	8	1500	5500	15350	20390	250	801
7	9	1500	5800	15350	20690	450	1301
7	10	1000	4500	15350	19850	450	1301

continua

continuação

Valores em R\$ 1, 00							
Cliente	Periodo	Valor do Microcrédito	Ativo Circulante	Ativo Fixo	Patrimônio Líquido	Pró-labore	Lucro Líquido Total
7	11	1500	4750	15350	20100	450	1270
7	12	2000	4750	15350	20100	450	1270
7	13	2200	4750	15350	20100	400	1500
8	1	700	1780	800	2560	100	400
8	2	700	1780	800	2560	100	400
8	3	700	1780	800	2560	100	400
8	4	700	1780	800	2560	100	400
8	5	700	1780	800	2560	100	400
8	6	600	1780	800	2560	100	400
8	7	600	1780	800	2560	100	650
8	8	500	1780	800	2560	100	550
8	9	500	1750	800	2530	100	550
8	10	600	1750	800	2530	150	650
8	11	700	1750	800	2530	150	650
8	12	800	1750	800	2530	150	650
8	13	800	1750	800	2530	150	650
9	1	1000	5000	2000	7000	200	840
9	2	1000	5000	2000	7000	200	840
9	3	1100	2100	4500	6600	200	735
9	4	1100	2100	4500	6600	200	735
9	5	1200	2100	4500	6600	200	1081
9	6	1200	2100	4500	6600	200	1081
9	7	1200	2800	4500	7300	250	565
9	8	1300	2900	4500	7400	250	965
9	9	1300	3350	4500	7850	250	1105
9	10	1500	3900	4500	8400	300	1355
9	11	1500	4500	12000	16500	300	1605
9	12	1500	4500	12000	16500	300	1605
9	13	1700	4500	12000	16500	300	1605
10	1	800	5080	5000	10007	300	670
10	2	800	5080	5000	10007	300	670
10	3	1000	10500	17500	27770	400	1260
10	4	1100	21300	17000	37510	200	1190
10	5	1200	23300	17000	40300	200	1490
10	6	1300	22250	17000	39040	800	1950
10	7	1500	22180	17000	38970	800	1950
10	8	1500	22180	17000	38970	800	1950
10	9	1000	17100	17000	33920	800	1950
10	10	1000	30500	17000	45500	1000	1950
10	11	1000	25500	17000	41500	1000	1950
10	12	1200	25500	17000	41500	1000	1950
10	13	1200	22600	17000	38800	1000	1950
11	1	300	680	0	680	50	400
11	2	300	680	0	680	50	400
11	3	400	680	0	680	50	400
11	4	500	680	0	680	50	400

continua

continuação

Valores em R\$ 1, 00							
Cliente	Período	Valor do Microcrédito	Ativo Circulante	Ativo Fixo	Patrimônio Líquido	Pró-labore	Lucro Líquido Total
11	5	500	680	0	680	50	400
11	6	500	880	0	880	50	400
11	7	500	880	0	880	50	400
11	8	600	970	0	970	50	400
11	9	600	960	0	960	200	400
11	10	600	910	0	910	200	400
11	11	600	1510	0	1510	200	500
11	12	600	1510	0	1510	200	500
11	13	600	1510	0	1510	200	500
12	1	300	250	200	450	0	150
12	2	300	250	200	450	0	150
12	3	250	250	200	450	0	150
12	4	400	250	200	450	0	150
12	5	400	250	200	450	0	150
12	6	600	250	200	450	100	300
12	7	500	250	200	450	100	300
12	8	500	360	200	560	100	300
12	9	400	455	200	655	100	400
12	10	400	400	200	600	100	400
12	11	400	380	200	580	150	400
12	12	500	380	200	580	150	400
12	13	500	380	200	580	150	400
13	1	800	2000	4000	5906	150	1770
13	2	500	2000	4000	5906	150	1770
13	3	500	2000	4000	5906	150	1770
13	4	650	2000	4000	5906	150	1770
13	5	600	2150	4000	6150	300	820
13	6	600	2150	4000	6150	300	820
13	7	700	2150	4000	6150	300	820
13	8	800	4800	6000	10800	300	950
13	9	700	4500	6000	10500	300	950
13	10	750	4500	6000	10500	300	950
13	11	1000	4500	6000	10500	300	950
13	12	1200	4500	6000	10500	500	2700
13	13	1300	4500	6000	10500	500	2600
14	1	800	606	0	406	200	450
14	2	500	606	0	406	200	450
14	3	500	606	0	406	200	450
14	4	650	606	0	406	200	450
14	5	600	2000	0	1674	300	900
14	6	600	2000	0	1674	300	900
14	7	700	2000	0	1674	300	900
14	8	800	830	0	830	200	1700
14	9	700	900	0	900	500	1700
14	10	750	900	0	900	500	1700
14	11	1000	900	0	900	500	1000
14	12	1200	1150	0	1150	500	1100

continua

continuação

Valores em R\$ 1, 00							
Cliente	Período	Valor do Microcrédito	Ativo Circulante	Ativo Fixo	Patrimônio Líquido	Pró-labore	Lucro Líquido Total
15	8	1000	500	3600	4100	300	350
14	13	1300	1400	0	1400	500	1100
15	1	650	1000	0	1000	300	400
15	2	700	1000	0	1000	300	400
15	3	700	800	4700	5500	200	360
15	4	1000	800	4700	5500	200	360
15	5	1000	500	3600	4100	300	350
15	6	1000	500	3600	4100	300	350
15	7	1000	500	3600	4100	300	350
15	9	1000	500	3600	4100	300	350
15	10	1000	500	3600	4100	300	350
15	11	1000	1000	1000	2000	300	600
15	12	1000	1000	1000	2000	300	775
15	13	1000	700	1000	1700	500	700
16	1	550	3065	0	3065	50	122,5
16	2	600	1500	0	1500	50	272,5
16	3	650	4200	12500	16700	100	350
16	4	700	2570	24000	26547	100	438
16	5	700	5200	22000	27048,12	100	438
16	6	700	5200	22000	27048,12	100	438
16	7	800	5200	22000	27048,12	100	438
16	8	1000	5200	22000	27048,12	100	438
16	9	800	6300	0	6133	50	950
16	10	800	5400	0	5220	50	890
16	11	700	5400	0	5220	50	890
16	12	1000	6700	0	6568	50	1100
16	13	1200	7600	4500	11969	0	802
17	1	500	0	0	0	0	0
17	2	700	3530	17500	20841	250	450
17	3	800	3620	17500	20231	100	480
17	4	600	4680	30000	33883	150	646
17	5	1000	4680	30000	33883	150	646
17	6	800	4680	30000	33883	150	646
17	7	1000	3028	800	3593,4	0	735
17	8	1000	3028	800	3593,4	0	735
17	9	1000	3580	0	3120	180	1530
17	10	1000	2560	0	2284	0	125
17	11	1000	3280	0	3070	100	180
17	12	1000	3570	0	3570	100	130
17	13	1000	3330	3500	6829	100	536
18	1	400	0	0	0	0	0
18	2	200	0	0	0	0	0
18	3	400	0	420	420	0	700
18	4	400	570	420	990	400	540
18	5	400	570	420	990	400	540
18	6	400	795	6950	7745	0	420
18	7	500	1080	590	1525,7	0	760

continua

continuação

		Valores em R\$ 1, 00					
Cliente	Período	Valor do Microcrédito	Ativo Circulante	Ativo Fixo	Patrimônio Líquido	Pró-labore	Lucro Líquido Total
18	8	700	207	1010	1014,99	200	750
18	9	800	920	1010	1699,13	400	1520
18	10	800	1230	1010	2009,13	320	2510
18	11	800	636	1010	1417,76	200	615
18	12	900	1400	1490	2890	400	2976
18	13	700	2020	1490	3510	400	2510
19	1	400	0	0	0	0	0
19	2	300	0	0	0	0	0
19	3	500	0	8000	8000	0	3000
19	4	400	1200	8620	9820	100	777
19	5	300	1200	8620	9820	100	777
19	6	0	1200	8620	9820	100	777
19	7	500	1080	3300	4174,7	200	4144
19	8	600	5000	2000	6826,85	200	6068
19	9	600	700	3000	3516,85	240	5276
19	10	500	4500	3000	7360,63	250	5340
19	11	600	2800	3000	5628,82	200	4136
19	12	700	3500	7380	10880	200	7700
19	13	400	2500	7380	9880	150	6180

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados filtrados do INFOCRED.

TABELA 4 – DADOS EMPREENDIMENTOS QUE RECEBERAM 12 CRÉDITOS NO CEAPE/PB.

Cliente	Período	Valores em R\$ 1,00					Lucro Líquido Total
		Valor do Microcrédito	Ativo Circulante	Ativo Fixo	Patrimônio Líquido	Pró-labore	
1	1	900	8600	17000	25300	100	585
1	2	900	8600	17000	25300	100	585
1	3	950	8600	17000	25300	100	585
1	4	1000	15500	15000	30500	300	1050
1	5	1000	15500	15000	30500	300	1050
1	6	800	15500	15000	30500	300	1050
1	7	900	15500	15000	30500	300	1050
1	8	1000	15500	15000	30500	300	1050
1	9	1000	15600	15000	30600	300	900
1	10	1100	10800	15000	25800	300	1000
1	11	1100	10800	15000	25800	300	1100
1	12	1200	10800	15000	25800	300	1100
2	1	1000	3900	0	3900	200	720
2	2	1000	3900	0	3900	200	720
2	3	1000	7500	6200	13700	50	480
2	4	1000	7500	6200	13700	50	480
2	5	500	3300	200	3350	100	600
2	6	1000	3600	200	3650	100	560
2	7	1000	3800	200	3850	200	650
2	8	1000	4050	200	4100	200	700
2	9	1000	8800	13200	21630	250	1450
2	10	1000	6100	13200	18930	300	1450
2	11	1000	6200	13200	19030	300	1400
2	12	1000	6680	13200	19310	400	1400
3	1	300	1310	200	1510	80	374
3	2	500	1310	200	1510	80	374
3	3	500	1310	200	1510	80	374
3	4	550	880	16000	16880	150	400
3	5	500	1050	16000	17050	150	450
3	6	500	780	16000	16780	150	800
3	7	500	2050	16000	18050	150	1000
3	8	600	2100	16000	18100	150	1000
3	9	600	470	16000	16470	100	375
3	10	1000	1200	16000	17200	100	1225
3	11	1000	1200	16000	17200	150	640
3	12	1000	1550	16000	17450	150	590
4	1	600	0	0	0	0	0
4	2	600	0	0	0	0	0
4	3	600	4320	14500	16320	200	650
4	4	900	3800	14500	15800	200	1000
4	5	700	3800	14500	15800	200	1000
4	6	600	3800	14500	15800	200	1000
4	7	1000	4050	14500	17750	500	1000
4	8	1000	3700	14500	17650	500	1000
4	9	800	3750	14500	17850	500	1150

continua

continuação

Valores em R\$ 1,00							
Cliente	Período	Valor do Microcrédito	Ativo Circulante	Ativo Fixo	Patrimônio Líquido	Pró-labore	Lucro Líquido Total
4	10	1000	3600	14500	17750	500	1150
4	11	1200	5600	14500	18600	500	1150
4	12	1200	6600	17500	23600	500	1200
5	1	600	0	0	0	0	0
5	2	600	0	0	0	0	0
5	3	600	0	0	0	0	0
5	4	900	2200	9000	11200	500	1200
5	5	600	2200	9000	11200	500	1200
5	6	600	2200	9000	11200	500	1200
5	7	700	1530	9000	10280	500	1200
5	8	600	1480	9000	10230	500	1200
5	9	600	1520	9000	10120	500	1200
5	10	1000	1600	9000	10300	500	1200
5	11	1200	1630	9000	10380	500	1200
5	12	1200	2050	17500	19250	500	1200
6	1	400	950	5000	5940	100	165
6	2	500	950	5000	5940	100	165
6	3	500	950	5000	5940	100	165
6	4	550	1700	7000	8660	100	310
6	5	500	1800	7000	8760	100	310
6	6	500	1450	7000	8410	100	310
6	7	400	1500	0	1500	100	360
6	8	600	1600	0	1600	150	460
6	9	600	1270	0	1270	200	350
6	10	800	1900	0	1900	200	650
6	11	800	2300	0	2300	200	700
6	12	900	2550	0	2400	200	800
7	1	800	3495	26200	29373	350	820
7	2	800	3495	26200	29373	350	820
7	3	800	5220	26200	31318	350	860
7	4	800	3250	26200	29450	300	620
7	5	800	2320	26200	28340	300	620
7	6	800	1430	26200	27480	300	620
7	7	800	1350	26200	27420	300	620
7	8	800	1220	26200	27420	300	620
7	9	900	1250	26200	27450	300	620
7	10	900	1280	26200	27480	300	1040
7	11	900	4580	30000	34460	400	1033
7	12	900	1850	30000	31850	600	1513
8	1	700	200	0	185	0	0
8	2	800	200	0	185	0	0
8	3	800	4800	2000	6440	600	1275
8	4	800	4200	2000	5840	200	575
8	5	800	4200	2000	5840	200	575
8	6	800	3500	2000	5140	200	575
8	7	1000	3800	2000	5440	200	625
8	8	1000	3750	2000	5390	200	725

continua

continuação

Valores em R\$ 1,00							
Cliente	Período	Valor do Microcrédito	Ativo Circulante	Ativo Fixo	Patrimônio Líquido	Pró-labore	Lucro Líquido Total
8	9	1000	3800	2000	5440	200	1145
8	10	1200	10000	8000	17711,5	400	1970
8	11	1400	9900	8000	17620	400	1830
8	12	1500	6700	8000	14700	400	1415
9	1	1350	5640	28000	33640	100	750
9	2	1400	7200	28000	35200	100	750
9	3	1400	9100	30800	39900	100	1340
9	4	1500	9100	30800	39900	100	1340
9	5	1800	9100	30800	39900	100	1340
9	6	1800	9100	30800	39900	100	1340
9	7	2000	9100	30800	39900	100	1340
9	8	1500	9100	30800	39900	100	1340
9	9	1500	8000	0	7160	700	1770
9	10	1200	5300	0	4540	400	2630
9	11	1200	8000	500	7671	200	1430
9	12	1000	7000	500	7500	350	1345
10	1	700	2100	34000	36100	50	500
10	2	850	5150	34000	39150	50	500
10	3	500	2000	35500	37500	50	-30
10	4	900	2000	35500	37500	50	-30
10	5	1400	2000	35500	37500	50	-30
10	6	1400	2000	35500	37500	50	-30
10	7	1500	2000	35500	37500	50	-30
10	8	1500	2000	35500	37500	50	-30
10	9	1000	6800	0	6740	100	1205
10	10	1200	4200	0	4200	100	1390
10	11	1200	3530	400	3880	50	1095
10	12	1100	4950	400	5328,9	50	955
11	1	750	7000	3700	10255	200	945
11	2	850	7000	3700	10350	200	1060
11	3	1000	5500	28000	33150	150	180
11	4	1200	3500	15000	18500	50	360
11	5	1500	2500	15000	17500	50	360
11	6	1500	2500	15000	17500	50	360
11	7	1500	6500	10000	16500	240	1050
11	8	1500	6500	10000	16500	240	1050
11	9	1500	9500	0	9500	150	1010
11	10	1800	8000	0	8000	150	1409
11	11	1800	5700	500	6200	150	3197
11	12	2000	13500	500	14000	400	1321
12	1	750	4000	2300	6104	400	80
12	2	850	4000	2300	6104	400	80
12	3	1000	4300	30000	34104	300	280
12	4	1200	7000	62000	67860	200	280
12	5	1500	3000	31000	34000	100	280
12	6	1500	3000	31000	34000	100	280
12	7	1500	4500	27000	31150	0	985
12	8	1500	4500	27000	31150	0	985
12	9	1500	7500	0	6920	0	770
12	10	1800	9500	0	8840	0	1140
12	11	2000	7600	7500	14370	0	745
12	12	2000	8600	7500	15540	0	855

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados filtrados do INFOCRED.

Autorização

Eu, Gilvanete Dantas de Oliveira Pereira, autorizo a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.